



XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 1 DE ABRIL DE 2026

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)  
[José António Ribeiro de Carvalho](#)  
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)  
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 14 horas e 59 minutos.

Ao abrigo do [artigo 224.º-B](#) do Regimento, procedeu-se a um debate setorial com o Ministro da Educação, Ciência e Inovação (Fernando Alexandre), que, após ter proferido uma intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [Porfírio Silva](#), [Aida Carvalho](#) e [Sofia Pereira](#) (PS), [Pedro Alves](#), [Ana Gabriela Cabilhas](#) e [Inês Barroso](#) (PSD), [Maria José Aguiar](#), [Manuela Tender](#) e [Rui Cardoso](#) (CH), [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Filipa Pinto](#) e [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Filipe Sousa](#) (JPP).

No âmbito da reapreciação do Decreto da Assembleia

da República n.º [17/XVII](#) — Alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade, e do Decreto da Assembleia da República n.º [18/XVII](#) — Altera o Código Penal, criando a pena acessória de perda da nacionalidade, que foram posteriormente aprovados por maioria absoluta dos votos dos Deputados em efetividade de funções, com alterações entretanto aprovadas, juntamente com a apreciação das Petições n.ºs [12/XVII/1.ª](#) (Iliá Bobin e outros) — Pela criação de um regime transitório que mantenha temporariamente o prazo de cinco anos para a naturalização dos estrangeiros residentes legalmente em Portugal, em caso de alteração à Lei da Nacionalidade (Lei n.º 37/81); [60/XVII/1.ª](#) (Juliet Cristino e outros) — Alteração à Lei da Nacionalidade relativa à contagem dos cinco anos de

residência legal em Portugal para naturalização; e [73/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (Priscila Santos Nazareth Correa e outros) — Solicitam a alteração da Lei da Nacionalidade, no sentido de o prazo de residência, para efeitos de naturalização, continuar a contar-se a partir do momento do pedido da autorização de residência, por qualquer via formulado, e de ser estabelecida uma norma transitória para quem já reúne o requisito vigente da residência legal de cinco anos mas ainda não apresentou o seu pedido. Intervieram, além do Ministro da Presidência (António Leitão Amaro), os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Muacho](#) (L), [Rui Rocha](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Fabian Figueiredo](#) (BE) e [António Rodrigues](#) (PSD).

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [461/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo BE) — De pesar pelo falecimento de Sérgio Fernandez, [462/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de Silvino Louro e [464/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Lionel Jospin, antigo Primeiro-Ministro da República Francesa, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foram aprovados, na generalidade, na especialidade e em votação final global, os Projetos de Lei n.ºs [243/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Elevação de Botão à categoria de vila, [244/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Elevação de Cernache à categoria de vila e [246/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Elevação de Nogueira do Cravo à categoria de vila.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, a solicitar a prorrogação do prazo para reapreciação, na generalidade, na Comissão de Orçamento e Finanças, por mais 60 dias, dos Projetos de Lei n.ºs [8/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) —

Procede à adaptação da Lei de Enquadramento Orçamental ao disposto na Lei de Bases do Clima e [387/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Altera a Lei de Enquadramento Orçamental, compatibilizando-a com a Lei de Bases do Clima.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, a solicitar a prorrogação do prazo para reapreciação, na generalidade, na Comissão de Orçamento e Finanças, por mais 60 dias, dos Projetos de Lei n.ºs [14/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Prevê a redução da taxa de IVA aplicável às garrafas de gás butano e propano, [373/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Redução do IVA do gás engarrafado para a taxa mínima, [377/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Reduz o IVA no fornecimento de garrafas de gás butano e propano e [384/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Reduz o IVA sobre o gás destinado a consumo doméstico.

Foi aprovado o texto final, apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [474/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Recomenda ao Governo que reconheça a ilegitimidade do regime venezuelano e apoie a transição democrática no país, [573/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Recomenda ao Governo o reforço dos apoios à comunidade portuguesa na Venezuela e a intensificação de esforços que garantam a libertação dos presos políticos portugueses e lusodescendentes, [674/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo que apoie a transição democrática na República Bolivariana da Venezuela, o regresso livre dos líderes da oposição e a realização de eleições justas e transparentes e [681/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Em defesa do direito internacional e de uma transição democrática para o povo venezuelano.

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 33 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde. Está aberta a sessão.

*Eram 14 horas e 59 minutos.*

Os Srs. Agentes da autoridade podem abrir as galerias.

*Pausa.*

Cumprimento os Srs. Ministros e os restantes membros do Governo.  
Bem-vindos à Assembleia.

*Pausa.*

Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de ler aquilo que é obrigatório ser lido.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, informo a Câmara que se encontram nos suportes institucionais da Assembleia da República todas as iniciativas que deram entrada desde a última sessão plenária.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Hoje dava jeito ler uma coisa um bocadinho mais longa, pois ainda não estão presentes todos os grupos parlamentares. Estou a ver se, com alguma pequena tolerância, ficamos com a representação parlamentar total assegurada para poder dar a palavra ao Sr. Ministro.

*Pausa.*

Vamos, então, começar os nossos trabalhos.

Do primeiro ponto da ordem do dia constam, sem tempos atribuídos para debate, os Projetos de Lei n.ºs 243/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Elevação de Botão à categoria de vila, 244/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Elevação de Cernache à categoria de vila e 246/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Elevação de Nogueira do Cravo à categoria de vila. Já o segundo ponto da ordem do dia consiste no debate setorial, ao abrigo do artigo 224.º-B do Regimento, com o Ministro da Educação, Ciência e Inovação.

Pedia aos Srs. Deputados e às Sr.<sup>as</sup> Deputadas que se encontram de pé o favor de se sentarem para que possa dar a palavra ao Sr. Ministro.

Faça favor, Sr. Ministro, tem a palavra para a sua intervenção inicial.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação** (Fernando Alexandre): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Cumprem-se amanhã, dia 2 de abril, dois anos de Governos liderados pelo Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, os quais tenho a honra de integrar desde o primeiro dia.

Nestes dois anos, a mudança do mundo acelerou e os desafios que enfrentamos afiguram-se ainda mais complexos. As mudanças tecnológicas obrigam-nos a um maior esforço de antecipação dos seus efeitos nas competências para o mercado de trabalho, na revisão das aprendizagens essenciais e nos métodos pedagógicos.

O grupo de trabalho criado pelo Governo apresentará, até ao final do ano letivo, uma estratégia para o digital. A revisão das Aprendizagens Essenciais, que está numa primeira fase de consulta pública, visa um currículo mais exigente e mais preparado para responder aos desafios do presente e do futuro, nomeadamente os que são relacionados com a inteligência artificial.

Nos últimos meses, Portugal foi, mais uma vez, assolado por uma sucessão de eventos atmosféricos extremos. Temos de preparar o nosso sistema educativo para enfrentar estas adversidades. Quando uma escola fecha, os alunos ficam privados de aprendizagens...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, peço desculpa por interromper, mas está muito barulho na Sala, o que, além de ser uma desconsideração em relação ao orador, impede que se ouça a intervenção, que é, com certeza, do interesse de todas as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quando uma escola fecha, os alunos ficam privados de aprendizagens e é a vida de toda uma comunidade que fica condicionada.

Na sequência das tempestades de 28 de janeiro, acompanhámos as escolas, uma a uma, nas zonas mais afetadas. Graças aos esforços dos municípios e dos diretores, em Leiria, os alunos estiveram apenas o máximo de dois dias sem aulas e, na Marinha Grande, o máximo de seis dias sem aulas.

A reflexão sobre o impacto destes eventos, nomeadamente no âmbito da preparação do PTRR (Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência), levou-nos a rever o segundo aviso do BEI (Banco Europeu de Investimento), de forma a permitir a valorização da resiliência da rede escolar e das infraestruturas escolares a eventos extremos.

Neste contexto de incerteza e complexidade crescentes, temos uma certeza: vencer os desafios que temos pela frente implicará mais investimento em educação, ciência e inovação. É esse o caminho que os Governos da AD (Aliança Democrática) têm vindo a fazer desde a primeira hora.

Menos de dois meses após a tomada de posse, alcançámos um acordo para a recuperação do tempo de serviço, que já beneficiou mais de 84 000 professores. Desde que iniciámos funções, mais de 10 000 novos professores entraram na escola pública.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Apostámos em políticas direcionadas para combater a falta de professores nas áreas mais carenciadas. Lançámos dois concursos extraordinários que permitiram colocar mais de 3000 professores na Grande Lisboa, na Península de Setúbal, no Alentejo e no Algarve. Criámos o Apoio Extraordinário à Deslocação, um incentivo único e inovador para atrair os professores para as áreas carenciadas, beneficiando já mais de 6700 professores, e estamos a apostar na formação de novos professores.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, estamos a resolver os problemas de curto prazo, mas nunca perdemos de vista os objetivos de longo prazo, aqueles que são verdadeiramente transformadores e que permitem realizar a visão que temos para a educação e para a ciência. Por essa razão, desenhámos e estamos a implementar a reforma mais profunda, mais ampla e ambiciosa, em muitas décadas, na área da educação, da ciência e da inovação.

A reforma em curso do MECI (Ministério da Educação, Ciência e Inovação) é uma condição para podermos ter um sistema educativo que garanta a igualdade de oportunidades, o acesso a uma educação de qualidade em todo o território nacional e um sistema científico e de inovação que gere valor social e económico. Para tal, necessitamos de clarificar as competências das diferentes entidades, simplificar os processos e dar passos na digitalização, focados em melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados às famílias, aos alunos, aos professores e à comunidade científica.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Convém lembrar a dimensão do desafio que temos pela frente. O MECI é o maior empregador nacional. O número de profissionais do MECI é cinco vezes superior ao número do maior empregador nacional, que é a rede de supermercados Pingo Doce, numa rede de 809 agrupamentos, com mais de 5200 escolas. Os professores e técnicos especializados do MECI representam 20 % dos funcionários públicos e uma despesa de cerca de 6 mil milhões de euros, isto é, 2 % do PIB (produto interno bruto).

Por si só, estes valores exigem do Estado uma gestão rigorosa do sistema educativo. De facto, o sistema ainda vigente não permite uma gestão eficiente dos recursos humanos, com prejuízos para os alunos que ficam demasiado tempo sem aulas. O atual sistema prejudica também os professores, que são obrigados a

uma carga burocrática desnecessária, e os candidatos a professores, que têm muitas vezes de aguardar um ano para serem colocados.

A redução do número de alunos sem aulas foi assumida como a prioridade deste Governo. Os dados que, periodicamente, alguns sindicatos e outras entidades têm trazido a público baseiam-se nas necessidades de horários apresentados pelas escolas. Como temos vindo a alertar há muito tempo, estes dados estão desfasados da realidade, têm grandes fragilidades e sobrestimam o número de alunos sem aulas.

Vou dar-vos um exemplo dos erros graves que existem nos sistemas de informação do Ministério.

*Protestos do Deputado do PS Miguel Cabrita e do Deputado do PCP Alfredo Maia.*

Em 26 de janeiro de 2026, identificavam-se 1208 horários por ocupar. No entanto, estes horários agregavam muitas necessidades repetidas. Por exemplo, uma escola da Península de Setúbal identificava 23 horários em falta que correspondiam, efetivamente, a um. Noutra escola, 10 horários de educação moral correspondiam, efetivamente, apenas a um. Estes casos multiplicavam-se pelo País. O processo de revisão e consolidação da identificação de necessidade de professores tem permitido a eliminação destas duplicações, embora ainda não totalmente. Assim, em 26 de março, o número de professores em falta correspondia a 448 horários, isto é, menos de metade dos registados há dois meses.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Esta redução da identificação das necessidades de professores resulta das medidas em curso, mas também da correção de erros administrativos e de um maior rigor da informação. O novo sistema de informação que estamos a criar permitirá identificar com precisão as necessidades de professores e os alunos sem aulas e também, já agora, as escolas onde há excesso de professores, porque também as há.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o ensino superior foi o principal motor da transformação social e económica de Portugal nos últimos 50 anos. De um País de baixas qualificações e de mão de obra barata, passámos a ser vistos no mundo como um País que gera e atrai talento ao mais alto nível.

Estamos a implementar uma reforma profunda com a proposta de revisão do RJIES (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior), do modelo de ação social e do decreto-lei de graus e diplomas. Estas reformas visam reforçar a autonomia e a prestação de contas das instituições de ensino superior, criando condições para que possam diversificar a sua oferta formativa, respondendo às necessidades das regiões e do País, contribuindo para a coesão territorial e para a competitividade.

Estamos a criar condições para que as IES (instituições de ensino superior) possam ser uma parte cada vez mais relevante nas respostas aos novos desafios de Portugal e da União Europeia.

A proposta de revisão do decreto-lei de graus e diplomas reforça a comparabilidade internacional das qualificações portuguesas e prepara o sistema nacional para a aplicação do futuro grau europeu de ensino superior.

Apresentámos um novo modelo de ação social, profundamente transformador, que visa garantir a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior e a liberdade de escolha aos estudantes. É também um modelo mais justo, mais transparente, que considera o rendimento disponível dos agregados e os custos reais de frequentar o ensino superior, garantindo a progressividade.

Também na área da ciência estamos a investir e a reformar. Em 2024 e 2025, a FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) atingiu o valor recorde na execução orçamental, 833 milhões de euros e 715 milhões de euros, quando o melhor valor alcançado até aí tinha sido, em 2022, de 618 milhões de euros. Para 2026, aumentámos o orçamento em 8 %, mais 40 milhões de euros. Estamos comprometidos em alcançar os 3 % do PIB em investimento público e privado em investigação e desenvolvimento até ao final da década.

Para que estes investimentos tenham impacto, é necessário ter uma estratégia clara para o futuro. É isso que estamos a fazer com a criação da AI<sup>2</sup> (Agência para a Investigação e Inovação). Esta nova agência permitirá uma ligação efetiva da investigação à inovação, garantindo impacto económico e social e um maior alinhamento entre as políticas nacionais e as políticas europeias.

Finalmente, a AI<sup>2</sup> representa um novo paradigma para a gestão e financiamento da ciência em Portugal, baseado num orçamento plurianual e em planeamento estratégico, identificando as prioridades de médio e

longo prazo do País. Com o investimento e as reformas que estamos a fazer, colocaremos a educação, a ciência e a inovação no centro da estratégia de desenvolvimento das regiões e de Portugal, garantindo mais bem-estar aos nossos cidadãos, mais competitividade à nossa economia, maior coesão territorial e mais sustentabilidade.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Enquanto os Srs. Deputados preparam as perguntas, porque já temos as galerias cheias em função de quem nos assiste, vou dar a conhecer à Câmara que estão a assistir aos nossos trabalhos alunos e professores da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, cidadãos do Passeio Municipal Sénior, de Paços de Ferreira, alunos e professores da Escola Secundária Afonso Lopes Vieira, de Leiria, um grupo de cidadãos do Seixal e a Escola Básica de Eixo, de Aveiro.

*Aplausos gerais.*

Para a primeira ronda de perguntas ao Sr. Ministro, dou a palavra ao Sr. Deputado Porfírio Silva, do Partido Socialista.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros e demais membros do Governo, cumprimento-os.

Sr. Ministro, hoje é o dia em que completa dois anos como Ministro da Educação. Dois anos é meia legislatura. Aqui chegados, o Sr. Ministro já sabe quando vai saber quantos alunos estão sem professor?

*Aplausos do PS.*

O que é que na revisão do estatuto vai tornar mais atrativa a carreira docente?

Sr. Ministro, as verdadeiras reformas não se fazem com choques, fazem-se com visão a longo prazo, concertação, persistência e duração. Na educação, a descentralização de competências é uma marca forte desse reformismo de longo curso do PS,...

**Vozes do PSD**: — Uh!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — ... uma reforma que combina transferência de competências para as autarquias, a par com maior autonomia para as escolas.

Já a grandiosa reforma do Estado deste Governo, com o MECl como cobaia, é napoleónica: mexidas grandiosas no topo e uma certa indiferença por quem labuta no terreno.

*Protestos de Deputados do PSD.*

O que nos dizem os encarregados de educação e os docentes? Que não há resposta em tempo útil. Com a aplicação E72 que este Governo herdou, a resposta dos serviços chegava em 72 hora e agora chega a demorar mais de um mês.

O que nos dizem os diretores?

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Quem são esses diretores?

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Que o Ministério lhes passa responsabilidades burocráticas para as quais não têm meios nem recursos jurídicos, que os afogam e prejudicam a sua função de liderança pedagógica e que os novos responsáveis nas CCDR (comissões de coordenação e desenvolvimento regional) só vão aliviar os organismos centrais, não tendo competências de proximidade para auxiliar as escolas.

O que nos dizem os centros de formação? Que está a ser tirado dinheiro das candidaturas para pagar salários, que falta capacidade para fazer formações urgentes, como em multideficiência ou em inteligência

artificial, e que o atraso de meses na bolsa de avaliadores prejudica a integridade do processo de avaliação externa do desempenho docente.

O que nos dizem os sindicatos? Que as promessas de valorização dos assistentes e dos técnicos especializados estão todas no tinteiro e não há negociações nenhuma para avançar.

Pela primeira vez desde há muitos anos, não há nenhuma estrutura central do Ministério especificamente responsável pelo ensino profissional, tal como não há nenhuma para a educação de adultos.

E, quando se esvaziam estruturas como o Plano Nacional de Leitura, pergunta-se: quem inventou uma rotação administrativa dos técnicos sem qualquer lógica? Para quê dismantelar serviços com o argumento de fazer regressar profissionais à docência, quando muitos chegam à escola e não têm horário letivo?

Estes são problemas reais pelos quais lhe perguntamos, Sr. Ministro.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Pedia silêncio aos Srs. Deputados que estão em conversas bilaterais. A soma de todos torna difícil a audição das perguntas e das respostas que o Sr. Ministro vai dar.

Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Porfírio Silva, o Sr. Deputado não deve ter ouvido o meu discurso,...

*Protestos do PS.*

... porque o Sr. Deputado pertence a um partido, o Partido Socialista, que apoiou um Governo que esteve no poder durante oito anos e meio e não conseguiu sequer perceber que a informação que era divulgada sobre o número de alunos sem aulas, que causa um grande prejuízo à imagem da escola pública, era profundamente errada.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Eu acabei de lhe mostrar que o número de alunos sem aulas, ou as necessidades de professores que ainda há poucos meses eram identificadas, foram reduzidas a um terço em dois meses, simplesmente identificando informação errada que existia. E a ignorância do próprio sistema é a pior forma, porque, quando nós sabemos que não sabemos e estamos a resolver para sabermos, nós já estamos a um passo de saber a verdade.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Infelizmente, os Governos do Partido Socialista estiveram oito anos e meio à frente do Ministério da Educação sem nunca sequer perceberem, de facto, a validade dos dados que eram fornecidos pelos serviços. Sem perceberem isso.

*Protestos do PS.*

Eu lamento, porque os erros que eram fornecidos pelos serviços eram demasiado graves, como eu acabei de mostrar. Como também referi na minha intervenção, não são apenas erros em relação às necessidades. Nós também temos muitos erros em escolas que têm professores a mais. Sabe?

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — A sério?!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Quando há escolas com professores a mais, eles fazem falta noutras escolas e, por isso, nós temos de conseguir ter uma boa gestão de recursos humanos, que não temos.

E é isso que estamos a fazer com esta reforma profunda do Ministério da Educação, que é administrativa. Veja, nós agora sabemos qual é o papel da Agência para a Gestão do Sistema Educativo. O Sr. Deputado ainda não sabe, já percebi.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — A falta de educação do Ministro da Educação é lamentável!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Mas nós sabemos, nós sabemos. Nós sabemos, toda a gente sabe! Toda a gente sabe!

Desculpe, o Sr. Deputado, na sua intervenção, demonstrou que não conhece a nova orgânica do Ministério, porque o Educa tem as responsabilidades do ensino profissional.

*Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.*

Eu já sei que o Sr. Deputado tem um preconceito em relação ao politécnico e ao profissional. O profissional é uma via de ensino tão digna como qualquer outra.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

E por isso é que faz sentido que o profissional esteja na mesma estrutura em que está o resto do sistema que tem a escolaridade obrigatória. Está a ver? Ou seja, quando coloca o profissional numa estrutura ao lado, já está a dizer que o profissional é diferente. Não é! O profissional é apenas uma via que os alunos têm para escolher o seu futuro, é só isso. É só isso! E por isso nós valorizamos o profissional também por aí.

*Aplausos do PSD.*

Mas gostava de lhe dizer que, em relação à atração de professores, sabe, mais uma vez, o Governo que o Partido Socialista apoiou durante oito anos e meio teve situações que nós estamos agora a resolver, em que nós tínhamos professores que estavam mais de um ano à espera de poderem ser colocados.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Agora é que é!...

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Imagine, alguém que acabava o mestrado em ensino em julho só poderia dar aulas no ano letivo seguinte. E nós estamos a mudar isso, porque, para nós atrairmos os professores para a carreira, temos de os tratar bem.

*Aplausos do PSD.*

Quando alguém quer ser professor, nós temos de tratar essa pessoa bem. Não vamos dizer «olhe, espere um ano, pode concorrer para o ano», quando temos muitas necessidades no nosso sistema educativo.

Por isso, sabe o que é que nós estamos a fazer? Estamos a fazer aquilo que o Partido Socialista não fez durante oito anos e meio. Estamos a mudar, estamos a reformar, estamos a melhorar o sistema educativo.

*Aplausos do PSD.*

Só mais uma nota em relação ao E72. O Sr. Deputado, pelos vistos, também não sabe que o E72 era uma fonte de ruído grave no nosso sistema. Sabe porquê? Porque o E72, à mesma pergunta de professores diferentes, dava muitas vezes respostas diferentes.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Agora não dá nenhuma!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Dá, dá! Vai dar! Não se preocupe, porque nós não queremos simplesmente manter o que tínhamos. Nós estamos, de facto, a melhorar o nosso sistema

educativo, a reformá-lo e a tratar os professores de uma forma muito mais cuidada, reduzindo-lhes a carga burocrática...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação:** — ... e simplificando-lhes a vida e a forma como eles se vão relacionar com o Ministério.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Que lição! É de educação que estamos a falar, ou não?

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Porfírio Silva.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, a resposta que deu agora podia ter sido razoável no princípio do seu mandato, mas, com dois anos, com meia legislatura, é uma resposta de fuga.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do PSD.*

É fugir às suas responsabilidades!

Sobre a questão dos professores, Sr. Ministro, a falta de professores começou quando o Governo a que o senhor pertencia tirou da escola pública 30 000 professores e disse que não tinham futuro em Portugal. Foi isso que travou a formação de professores.

*Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.*

E também travou a formação de professores o Presidente do PSD dizer, ainda em 2019, que havia professores a mais. O PS trouxe para a escola pública 9000 professores, mais 9000 professores.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Miséria!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Não estava tudo feito, mas começámos a trilhar um caminho.

*Aplausos do PS.*

Sr. Ministro, outro assunto. Há um histórico na direita portuguesa de perseguição ao escritor José Saramago.

**Vozes do CH:** — Oh!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Governantes que tentaram obliterar esse escritor sobrepondo...

*Protestos do PSD e do CH.*

Sr. Presidente, eu penso que...

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente:** — Tem razão, tem razão.

Srs. Deputados, goste-se ou não se goste, estamos a falar de uma figura maior da literatura portuguesa, um prémio Nobel, portanto, é preciso respeitar.

Faça favor, Sr. Deputado, com a esperança de que, assim que começar, o ruído vai baixar.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Eu sou mais de fé do que de esperança, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ninguém diria!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Pois, ninguém diria!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — É esse histórico da direita portuguesa que, ao nível da governação, tentou obliterar José Saramago, o único escritor português nobilitado, e que nos faz ter preocupações quando sabemos que há uma proposta para permitir que se termine a escolaridade obrigatória sem ter estudado esse escritor, o único Nobel português.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos deixar terminar a pergunta sobre um tema que é importante e sobre um escritor também importante.

Faça favor, Sr. Deputado Porfírio Silva.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Há saneamentos piores!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Nós não queremos transformar uma decisão curricular numa decisão política.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ninguém diria!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Não fizeram vocês outra coisa!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Ela deve ser pedagógica e deve ser educacional.

Por isso, Sr. Ministro, perguntamos: há garantias de que não haverá nenhum enviesamento ideológico nas decisões curriculares sobre as leituras da escolaridade obrigatória?

*Aplausos do PS.*

*Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.*

O Sr. **Presidente**: — Agora penso que todos estão interessados em saber a resposta do Sr. Ministro, por isso, temos de dar condições para ouvir o que o Sr. Ministro vai dizer.

Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Porfírio Silva, acho que pode estar descansado. Veja que aquilo que é dado como opção numa avaliação que é exclusivamente técnica — exclusivamente técnica! — é escolher entre um escritor que era militante do Partido Comunista e um outro escritor, Mário de Carvalho, que, tanto quanto sei, também é militante do Partido Comunista.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.*

Por isso, acho estranho que esteja a acusar de ideologia. Acho estranho, acho muito estranho.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do PS, do PCP e do BE e contraprotestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, há que respeitar a resposta. Pode não se concordar, mas é a resposta.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Aida Carvalho, do Partido Socialista, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Aida Carvalho** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, os dados disponíveis indicam que Lisboa necessita de cerca de 30 000 camas, pelo que lamentamos profundamente a desistência de transformar o antigo edifício do Ministério da Educação, na Av. 5 de Outubro, em residência universitária, reforçando desta forma a oferta pública.

Há, por isso, várias questões que carecem de esclarecimento. Em 2022, foi desenvolvido um projeto de arquitetura com um custo superior a 700 000 € e inscrita uma dotação de 16 milhões de euros no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência). O projeto inicial, com 605 camas, foi reprovado e revisto para 496 camas e aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa, em agosto de 2023, e, ainda no Governo do PS, foi autorizada a sua despesa. O Sr. Ministro integrou este Executivo em abril de 2024 e nada fez para acelerar o processo e, em outubro de 2024, comunicou a desistência.

Entretanto, a Universidade Nova de Lisboa, o Instituto Politécnico de Lisboa e o ISCTE (Instituto Universitário de Lisboa) criaram um consórcio e apresentaram uma alternativa, sem recurso ao PRR, sem encargos para o Estado, com financiamento próprio e do BEI, para garantir alojamento a preços acessíveis, solicitando apenas a sua autorização.

O Sr. Ministro refugiou-se, assim, num silêncio e, em janeiro de 2026, anunciou a instalação da Universidade Aberta neste edifício e a permuta de dois imóveis.

Sr. Ministro, governar é decidir, mas também é explicar, pelo que lhe pergunto: por que razão não é a Universidade Nova a proceder à venda do seu património, como tem acontecido com outras IES, e por que razão é o Estado a substituir-se à universidade? Já existia um projeto de requalificação para instalar a Universidade Nova neste edifício? Qual o custo estimado desta intervenção, nomeadamente no reforço estrutural? Qual o custo total da obra? Em que estudos técnicos se baseia, para afirmar que o custo de reforço estrutural previsto no projeto da residência era muito elevado? Em que estudo de viabilidade económica e financeira se baseia, para rejeitar o projeto apresentado pelas IES? Que garantia pode dar de que a sede da Universidade Nova será, de facto, reconvertida em residência?

Na resposta à pergunta parlamentar enviada pelo Partido Socialista, o MECI criticou o projeto anterior por ter valores de quarto até 750 €. Pergunto-lhe, Sr. Ministro: quantos quartos tinham esse valor e qual era a sua tipologia? Quantas camas têm estas três instituições, na cidade de Lisboa?

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

Sr. Ministro, o País clama por camas estudantis, mas V. Ex.<sup>a</sup> continua a governar no país das maravilhas.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação, Ciência e Inovação.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Aida Carvalho, muito obrigado pelas suas questões. Quando nós chegámos, a obra que o Partido Socialista já podia ter começado não tinha começado e, nessa altura, já não era exequível com verbas do PRR a tempo...

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

*Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.*

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — ... e, não sendo financiada com verbas do PRR, o modelo de negócio não era sustentável.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Pergunte ao seu companheiro!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Eu sei que o Partido Socialista não tem muito cuidado com os planos de negócio,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — ... mas este plano de negócio não era sustentável e a proposta que foi feita por três IES — e as IES estão obrigadas a praticar preços máximos —, com os preços máximos que podem cobrar, não era sustentável.

Se fosse uma entidade privada, podia fazê-lo,...

*Protestos de Deputados do PS.*

... mas nós, infelizmente, não tivemos nenhuma entidade privada a fazer esta proposta. Não tivemos!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — E, já agora, quero só informar a Sr.<sup>a</sup> Deputada do resultado da venda dos imóveis da Universidade Aberta, que, como sabe, vão ser dedicados à construção de residências no centro de Lisboa, provavelmente no quarteirão onde está instalada, neste momento, a Universidade Aberta.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma pergunta ao Sr. Ministro, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Aida Carvalho.

A Sr.<sup>a</sup> **Aida Carvalho** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, fica evidente que há mais dúvidas do que respostas e isto deve preocupar-nos a todos. O que perguntei foi: a que tipologia correspondem os de 750 €?

Continuando, vieram a público notícias sobre a eventual autonomização da Nova SBE (School of Business and Economics), da Universidade Nova de Lisboa, na sequência de divergências institucionais recentes. Importa, por isso, clarificar: que informação tem o Governo sobre esta hipótese e quais os fundamentos invocados? Como avalia o impacto e o processo desta natureza no equilíbrio, na coesão e na sustentabilidade do sistema do ensino superior público? Que garantias entende o Sr. Ministro que deverão ser asseguradas, quanto à proteção dos estudantes e trabalhadores e à continuidade dos ciclos de estudo? Confirma o Sr. Ministro que recebeu o Sr. Diretor da SBE e de outras unidades orgânicas da Nova, sem convocar o Sr. Reitor da Universidade?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Ui, que escândalo...!

A Sr.<sup>a</sup> **Aida Carvalho** (PS): — Confirma que a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado enviou uma mensagem à reitoria a questionar sobre as eleições no Conselho Geral da Universidade Nova de Lisboa? Se sim, não considera tal matéria uma ingerência na autonomia da universidade? O Ministério tem por hábito fazer estas mesmas questões, em relação às outras instituições de ensino superior? Que garantias pode o Sr. Ministro dar de que serão salvaguardados a manutenção do património público e os direitos dos estudantes?

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação, Ciência e Inovação.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Aida Carvalho, obrigado. Em relação à questão da Universidade Nova de Lisboa, nós não temos, obviamente, nenhuma intervenção, não recebemos nenhuma proposta de nenhum grupo de professores, não recebemos nenhuma proposta da reitoria e, portanto, isso é uma questão que está na praça pública, em relação à qual não nos pronunciamos.

A carta que enviámos à Presidente do Conselho Geral da Nova SBE, de que demos conhecimento ao Sr. Reitor e ao Sr. Presidente do Conselho de Curadores, resultou do facto de o mandato do Conselho Geral ter terminado a 23 de março e de que as eleições deviam ter sido convocadas em dezembro. Nós perguntámos porque é que, no início de março, ainda não tinham sido convocadas. Como sabe, neste momento, podemos ter um problema complicado, porque há um vazio,...

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Não sabia disso?

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — ... mas essa é uma interpretação jurídica que será feita mais tarde. É só isso.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma pergunta ao Sr. Ministro, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sofia Pereira.

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, há uma coisa que o País já sabe: é que o Sr. Ministro tem andado aos ziguezagues, desde que iniciou o mandato no ensino superior, e agora, nas regras de acesso, também o fez.

**Vozes do PSD**: — Oh...!

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Pereira** (PS): — Em agosto, dizia que não se devia mexer no regime, porque assegurava rigor; em outubro, já admitia mudanças; agora, com o ano letivo adiantado, quer mudar as regras.

E mais, estas novas exigências aplicam-se apenas a cursos especiais, incluindo diplomados por vias profissionais e maiores de 23 anos. Pergunto-lhe: tem algum preconceito com o ensino profissional, Sr. Ministro?

*Aplausos do PS.*

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Acabou de dizer que não!

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Pereira** (PS): — E diga-me outra coisa: o Sr. Ministro estudou o impacto discriminatório desta medida? Estudou o efeito que ela terá no agravamento das desigualdades sociais e regionais?

Sr. Ministro, nós estamos perante um improviso de um Ministro que muda de ideias a cada...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PS.*

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Foi compreendida a pergunta, pelo que passo a palavra ao Sr. Ministro da Educação, Ciência e Inovação, para responder, com o tempo que lhe resta.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Sofia Pereira, a revisão do decreto-lei de graus e diplomas foi anunciada pelo Governo e será apresentada aquando da votação do RJIES, que é o que está a acontecer.

Nós temos estado a trabalhar. A aprovação do RJIES vai ter implicações no decreto-lei de graus e diplomas e é isso que nós estamos a fazer. O que nós estamos a fazer é uma atualização muito importante deste diploma, que está datado, tem 20 anos, é anterior ao próprio RJIES, e nós, hoje, vivemos num mundo, numa União Europeia em que queremos ter um espaço europeu de ensino superior. Para isso, precisamos de ter uma comparabilidade de competências,...

*Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.*

... para permitirmos avançar para o grau europeu de ensino superior. Essa é a grande mudança que nós estamos a fazer!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — É, é!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Não há alterações ao concurso nacional de acesso. O que é fixado são os referenciais internacionais para cada nível de ensino.

Como se sabe, nós temos mais de 40 % dos alunos nas licenciaturas que não entram por concurso nacional de acesso, por exemplo, os estudantes que são maiores de 23 anos.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Pois, é isso! Já isso é discriminação!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Aliás, eu tive o privilégio de participar no primeiro recrutamento desses alunos para o ensino superior,...

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — ... que eram alunos que não completavam sequer o ensino secundário e, para isso, tinham aulas, que eu próprio dei, eram avaliados, eram entrevistados...

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — O que é que isso tem a ver?

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Tem tudo a ver, Sr. Deputado! Também não percebeu esta matéria.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — O Sr. Ministro é que não percebeu!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Quando nós estamos a avaliar, em qualquer sistema de avaliação, devemos ter referenciais, temos de ter referenciais. É isto que estamos a introduzir, com esta proposta dos graus e diplomas, ou seja, estamos a dizer, no fundo, quais são os referenciais que alguém que entra numa licenciatura, num mestrado, num doutoramento ou num dos CTeSP (cursos técnicos superiores profissionais) deve ter. É basicamente isto.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — O Sr. Ministro, pelos vistos, não percebeu!

O Sr. **Presidente**: — Para colocar perguntas ao Sr. Ministro, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Alves, do PSD.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, restantes Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, antes de mais, quero deixar uma palavra de agradecimento ao balanço que o Sr. Ministro aqui nos fez, de uma forma muito sucinta, muito objetiva e também muito esclarecedora, sobre o trabalho que o Governo tem vindo a fazer em áreas tão relevantes para a nossa vida coletiva, como são a educação, a ciência e o ensino superior.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

E, como estamos em época de balanço, é importante começarmos pelo essencial, que é a verdade dos factos, e pelo início do trabalho que foi feito neste Governo.

O ponto de partida é conhecido de todos nós: instabilidade nas escolas, alunos sem aulas,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — ... professores desmotivados,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — ... conflito permanente nas escolas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Tudo verdade!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Esta é a herança que o Partido Socialista deixou para este Governo.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos da Deputada do PS Aida Carvalho.*

Durante anos, prometeram reformas, adiaram decisões. Durante anos, escolheram apenas gerir e nunca decidir ou resolver. Quando mexeram, mexeram mal. Veja-se o caso da descentralização, sem qualquer planeamento, sem rigor e sem financiamento adequado.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Vá dizer isso aos municípios!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — E o resultado, todos nós o conhecemos: municípios a gastar mais do que aquilo que recebem, serviços essenciais pressionados, como as refeições escolares, os transportes escolares e também as obras de manutenção nos edifícios.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Ah é?

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Com isto tudo, as desigualdades aumentam: municípios com mais capacidade económica, alunos beneficiados; municípios com menos capacidade económica, alunos prejudicados.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Esta também é uma herança do Partido Socialista.

*Aplausos do PSD.*

Esta não é escola pública que nós pretendemos.

O Sr. **Porfírio Silva** (PSD): — Vá dizer isso aos municípios do PSD!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Isto não é descentralizar, Sr. Deputado; isto é passar problemas e desresponsabilizar aquela que devia ser a ação do Estado.

O Sr. **Porfírio Silva** (PSD): — É, é! Descentralizar é isto, agora!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Hoje, temos aqui uma ação política claramente diferente. É um Governo que não foge.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

*Protestos de Deputados do PS.*

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — É um Governo que não se esconde. É um Governo que não empurra as responsabilidades para ninguém,...

*Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.*

... porque este Governo facilmente entendeu que o problema não era apenas gerir, era um problema estrutural, era preciso, mais do que gerir, construir, fazer reformas! Esta é que é a grande diferença deste Governo, em relação aos Governos do Partido Socialista.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — A mudança que está a acontecer, e como o Sr. Ministro aqui disse, é uma reforma profunda, do ponto de vista administrativo. Queremos simplificar, queremos unificar, queremos tornar todo o processo mais funcional.

A agregação que se fez de um conjunto de organismos na Agência para a Gestão do Sistema Educativo...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É uma reforma!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — ... é claramente uma ferramenta que dá uma mais-valia às escolas, a outras instituições e também ao Governo, para poder ter o aconselhamento para decidir.

Há menos confusões, há menos duplicações e há mais rapidez, ao contrário do que se diz, no processo de decisão. Há uma maior eficiência dos serviços, mas não só. Não ficou de fora aquilo que é fundamental em educação: a qualidade do sistema educativo e o rigor com que o ensino é ministrado.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — E, por essa mesma razão, foi criado o Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação.

Mais, em relação à descentralização, criámos proximidade, mas não deixámos os municípios ao abandono e é por essa razão que hoje há um vice-presidente na CCDR, para poder acompanhar em proximidade e para que os municípios não fiquem ao abandono.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Porfírio Silva** (PSD): — É só para trabalhar para o Governo!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Por último, a Direção-Geral de Estudos, Planeamento e Avaliação é uma ótima ferramenta, não apenas para o Governo tomar as decisões em função dos estudos e projetos, mas também para todos os decisores, de forma intermédia, que queiram tomar decisões. Hoje, estuda-se com rigor e não se tomam decisões em cima do joelho.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — É substituir o método pelo improvisado, a dispersão pela coordenação e a inércia pela reforma.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

*Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.*

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Porém, quando olhamos para a oposição, nestes dois anos, o que é que encontramos? Nada! Ruído, ruído, ruído, crítica fácil e zero de responsabilidades.

*Protestos de Deputados do PS.*

Sr. Ministro, foi isto que aconteceu, durante estes dois anos.

Por isso, faço-lhe uma pergunta muito direta, que, certamente, terá uma resposta muito clara: está o Governo preparado para ir até ao fim com esta reforma, para corrigir definitivamente o subfinanciamento que é feito às autarquias, para garantir que as escolas tenham uma autonomia real e não apenas formal,...

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Que pergunta difícil!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Dífceis foram as suas...!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — ... e para assegurar que este novo modelo chega ao terreno e melhora, efetivamente, a vida dos alunos, dos professores e dos diretores?

É isto que está em causa, não é apenas uma questão de arquitetura, é o seu funcionamento real e, por isso, é preciso ter coragem para mudar, coragem para enfrentar os interesses instalados,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — ... coragem para romper com o passado e coragem para mudar isto mesmo a sério.

É que eu tenho a certeza, Sr. Ministro, da coragem que está a imprimir na sua governação. Ou nós temos coragem para mudar a educação ou continuaremos apenas a gerir o seu declínio. Esta é a escolha que está hoje em cima da mesa.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação, Ciência e Inovação.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Alves, muito obrigado. De facto, a reforma que nós estamos a implementar é uma reforma muito profunda, que vai transformar completamente o funcionamento do nosso sistema educativo.

Antes de ir à reforma, eu gostava de lembrar, como referi no meu discurso, que, apesar de estarmos a implementar a reforma, nós continuamos a melhorar os processos e a resolver problemas.

Só para terem uma ideia, quando nós chegámos ao Governo, em 2024, se um diretor identificasse a falta de um professor, ele precisava, no mínimo, de esperar três semanas, até que o sistema colocasse um outro professor. Isto é, as reservas de recrutamento só aconteciam de 15 em 15 dias; entre a identificação da necessidade e a colocação do professor eram, pelo menos, três semanas, se corresse bem.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Já é para aí a décima vez que diz isso, neste Plenário!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Mesmo sem a reforma, nós agora colocamos professores duas vezes por semana e, na proposta que apresentámos aos sindicatos, na semana passada, nós queremos colocar professores todos os dias.

De facto, quando temos um sistema com a dimensão que eu descrevi — ou seja, no fundo, o Ministério da Educação é o maior empregador nacional —, qual é o grande empregador nacional que não tem de substituir trabalhadores todos os dias, porque se reformaram, porque ficaram doentes ou porque mudaram de carreira?

É por isso que nós temos um sistema que está completamente desfasado das necessidades dos alunos, dos diretores e dos professores, daqueles que já são professores e daqueles que querem ser professores.

*Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.*

Por isso, nós temos uma margem enorme para melhorar o funcionamento do nosso sistema educativo.

O nosso objetivo é ter esta reforma administrativa completamente concluída no final de 2027. Como eu já anunciei, e já está contratualizado, nós temos a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) a monitorizar a reforma, que visitará Portugal e as nossas escolas em abril. Essa é a primeira missão. Vai produzir relatórios, no final de 2027, para mostrar que nós estamos a fazer esta reforma com toda a transparência...

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — ... e com uma entidade totalmente independente. Ou seja, nós queremos o melhor para o sistema educativo e também acreditamos que é precisamente com o apoio de outras entidades que nós conseguimos melhorar o nosso sistema.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Indo agora diretamente a algumas das questões que o Sr. Deputado Pedro Alves referiu, nomeadamente a questão das CCDR, queria referir que as CCDR não vão substituir a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares. Aliás, eu gostava de dizer que uma das mudanças mais importantes que nós estamos a fazer é acabar — e já acabámos — com a dimensão assistencialista do Ministério da Educação às escolas.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

*Risos do Deputado do PS Porfírio Silva.*

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Os delegados do Ministério que andavam pelas escolas justificavam sempre... Aliás, o Sr. Deputado Porfírio Silva disse isso: que as escolas precisam de apoio.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — O Ministério trabalhar com as escolas é assistencialismo?!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Se as escolas precisam de apoio, aquilo que nós temos de fazer é reforçar o apoio técnico nas escolas, não é enviar para lá delegados do Ministério.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — E porquê? Porque nós queremos escolas autónomas, com capacidade de gestão. Por isso, se as escolas precisam de apoio, nós temos é de colocar mais técnicos nas escolas.

*Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.*

Aliás, os agrupamentos receberam hoje a instrução do Ministério para abrirem até 1406 lugares para técnicos especializados e para outras funções, precisamente para garantir o apoio às escolas. Nós, com esta medida, vamos reforçar imenso não apenas o apoio de psicólogos — basicamente, vamos reduzir o rácio de 1400 alunos por psicólogo para menos de 800 alunos por psicólogo,...

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — ... porque estamos a aproximar-nos das metas europeias, vejam o passo que estamos a dar! —, mas também de técnicos para outras funções, que vão precisamente capacitar as escolas. Esta é uma dimensão muito importante: nós queremos capacitar as escolas, queremos reforçar a sua autonomia e a capacidade de gestão.

Em relação às CCDR, elas não vão substituir a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e não vão ter qualquer função executiva. Vão apenas fazer planeamento e articular com o Governo e com as autarquias a dimensão da rede escolar, da oferta do ensino profissional e dos CTeSP, para conseguirmos ter um alinhamento entre as políticas nacionais — que são, obviamente, da responsabilidade do Governo — e a forma como elas, depois, acontecem no território. Aquilo que acontece neste momento é um... Não é «que acontece», porque já não é bem assim, pois o Ministério já é bem mais pequeno. Só para terem uma ideia, os mapas de pessoal das entidades dos serviços centrais do Ministério foram reduzidos em 50 %. Não foi 10 %, não foi 15 %, não foi 20 % — foi 50 %!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Só por causa da inclusão!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Por isso, o que nós queremos é que estas estruturas sejam muito mais eficientes e que tenham uma ligação muito clara com as escolas, com as CCDR, para que as políticas aconteçam nos territórios de uma forma que seja coerente.

Só para terminar, quanto à outra questão que o Sr. Deputado colocou, o que nós desejamos verdadeiramente é que, no final de 2027, a discussão em Portugal sobre educação, de uma vez por todas, se centre naquilo que verdadeiramente importa, que é a qualidade do sistema educativo,...

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — ... as aprendizagens dos alunos.

*Aplausos do PSD.*

Nós não tínhamos um instituto para a qualidade e para a inovação pedagógica, mas agora temos o EduQA, que é o Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação, e é esse que tem de ser o nosso foco.

Antes disso, claro, temos de resolver um conjunto de problemas administrativos, que eu já aqui elenquei, nomeadamente a questão da gestão dos recursos humanos — é isso que estamos a fazer —, porque isso é essencial para que as escolas tenham os recursos de que precisam para trabalhar.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Gabriela Cabilhas, para fazer perguntas ao Sr. Ministro.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministros, Srs. Membros do Governo, Sr. Ministro, já aqui hoje foi referido que amanhã se assinalam dois anos da governação da Aliança Democrática...

*Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.*

... e, por isso mesmo, eu creio que é importante regressarmos ao ponto de partida.

Quando o Sr. Ministro iniciou funções, lembro-me bem do coro de críticas, por juntar a educação, o ensino superior e a ciência. E o que é que se dizia? Que era um retrocesso, que este superministério não ia dar atenção nem ao ensino superior nem à ciência.

*Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O senhor a fazer contas é extraordinário! A sua matemática até me impressiona!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — O que é que se dizia? Dizia-se que o ensino superior e a ciência iam ficar órfãos.

*Continuação de protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Jesus! Cale-se, deixe ouvir, pá!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Passados dois anos, a todo este ruído nós respondemos com resultados.

De facto, consegue-se perceber o embaraço do Partido Socialista.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Claro!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — É que o Partido Socialista, ao longo de oito anos, precisou de dois ministérios — o da Educação e o do Ensino Superior —, e para quê? Para deixar tudo na mesma e para arrastarem os pés!

*Aplausos do PSD.*

Ponham os olhos neste superministério, que é um superministério que está a fazer aquilo que os senhores nunca tiveram coragem de fazer!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Vá lá perguntar às instituições!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Foi o imobilismo total, por parte do Partido Socialista.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

*Protestos dos Deputados do PS Aida Carvalho e Porfírio Silva.*

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Deste lado, estamos a reforçar e a reformar a ação social, para garantir igualdade de oportunidades; estamos a reformar o Regime Jurídico das Instituições de Ensino

Superior, que o setor pedia há anos; estamos a apostar na ciência, no financiamento, nas carreiras, na sua organização, e também estamos a reformar o regime jurídico de graus e diplomas.

Sr. Ministro, eu gostava de centrar as minhas questões neste tema, porque, ao longo dos últimos dias, ao debate público foram trazidos muito alarmismo, muitas dúvidas e muita confusão, a mesma confusão que foi trazida pela voz da Sr.<sup>a</sup> Deputada do Partido Socialista. Trazem esta confusão, mas depois queixam-se de que o populismo cresce e aumenta.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Ora! Pois é!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Por isso, Sr. Ministro, convém aqui recentrar o debate...

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Vergonha!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — É verdade, Sr. Deputado, eu sei que custa ouvir!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Vergonha!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Fale na sua vez, pá! Que coisa! Jesus!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Como dizia, convém recentrar o debate sobre as nossas preocupações, que são três. A primeira preocupação é garantir que os adultos que estão hoje no mercado de trabalho conseguem participar no ensino superior e reforçar as suas competências. A segunda preocupação prende-se com o número de cursos, pois todos os anos são submetidos diversos cursos, centenas de cursos, mas também continuamos com muitos cursos sem um único candidato que seja. E depois uma outra questão, que é pouco falada: é que temos um conjunto de estudantes de mestrado e de doutoramento que não têm o acompanhamento devido, nem a orientação devida, nas fases do estágio, mas também a nível da sua dissertação.

Por isso, Sr. Ministro, gostava de perceber como é que esta reforma vai, de facto, responder a estas preocupações.

Porém, também não posso deixar de dizer que quem ouvisse os reitores e os presidentes dos politécnicos percebia que, se calhar, não tinham estado envolvidos nesta reforma, o que foi uma grande surpresa. Portanto, gostava que também pudesse clarificar qual o debate que está a ter com o setor.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Nós sabemos bem qual é o debate que está a ter com o setor!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Sr. Ministro, este Governo é um Governo de diálogo e nós valorizamos isto, mas o diálogo não pode ser uma cedência ao imobilismo, não pode ser uma cedência aos interesses instalados, não pode ser a cedência aos interesses corporativos. O interesse nacional pede reformas e é este caminho que o Governo deve continuar.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Gabriela Cabilhas, muito obrigado. De facto, o ruído que surgiu em torno da proposta de revisão do decreto-lei de graus e diplomas tem impedido demonstrar a grande inovação que nós estamos a introduzir com esta proposta.

Começando por responder à última questão: nós tivemos a oportunidade de apresentar duas vezes o diploma e os princípios ao CRUP (Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas) e também, já uma vez, ao CCISP (Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos), e temos reunião marcada para discutir novamente. Nós estamos num processo de audição e, aliás, a discussão que tem surgido vem precisamente no seguimento dessa partilha da proposta do Governo.

As questões que colocou são aquelas que, de facto, importam. Aquilo que nós estamos a fazer — que, estranhamente, de facto, ainda não foi discutido e que é uma das inovações deste diploma — é sermos muito mais rigorosos com os recursos docentes que são afetos aos estudantes. Nós temos um grande número de cursos e é preciso ter a certeza de que, de facto, quer o número de cursos quer o número de alunos têm depois os recursos docentes previstos e necessários. É esta exigência que nós estamos a aumentar, mas que ainda não veio para a discussão.

A razão para nós termos essa exigência é porque, de facto, não se fala muito disso em Portugal, há uma discrepância enorme entre o número de inscritos — nos cursos de licenciatura, de mestrado e doutoramento — e os diplomados.

Um dado que é muito conhecido: apenas 40 % dos alunos que entram numa licenciatura concluem a licenciatura no prazo previsto; nos mestrados, apenas 35 % concluem a dissertação; e no doutoramento os números são ainda piores.

O que é que isto quer dizer? Quer dizer que nós precisamos de olhar para as condições em que os alunos ingressam em cada um destes graus de estudo, porque senão estamos a enganar as famílias, estamos a enganar os estudantes e estamos a desperdiçar recursos públicos.

Por isso, é fundamental que existam os tais referenciais, que vão permitir, mais tarde, à A3ES (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior) poder fazer uma avaliação daquilo que efetivamente é oferecido pelas instituições. E é esta a discussão que importa.

Outra dimensão muito relevante deste diploma é nós termos uma regulação muito mais clara dos CTeSP, que nós valorizamos. Os CTeSP, cursos técnicos superiores profissionais, aparecem agora ao lado — com a mesma dignidade, respeito e valorização que merecem ter — das licenciaturas, dos mestrados e dos doutoramentos. Eu já comuniquei que o objetivo do Governo é precisamente que estes cursos sejam financiados como todas as outras ofertas das instituições, com regras claras, mas com avaliação. Os CTeSP têm sido importantíssimos, mas a verdade é que também há uma taxa de desistência enorme nas instituições. Por isso, nós temos de garantir a expansão desta oferta, acautelando que os critérios para a entrada e depois para a conclusão são respeitados. É isto que nós estamos a fazer.

Quanto às microcredenciais — que é outra inovação, já agora —, vão ser uma oferta cada vez mais importante das instituições de ensino superior, também reguladas neste diploma. Vai ser uma dimensão importantíssima no acesso ao ensino superior pela população adulta, pela população mais velha, que também precisava de ser regulada, mas que não estava regulada, havia aqui um vazio.

Por isso, esta revisão obviamente está em discussão pública, há aspetos em que podemos melhorar, mas vem atualizar uma lei que está completamente desatualizada e que não responde nem às necessidades das instituições nem às necessidades do País.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para colocar questões ao Sr. Ministro, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês Barroso, do PSD.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Barroso** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento os Srs. Ministros e os Srs. Secretários de Estado. Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, em 1995, António Guterres anunciou a sua paixão pela educação, durante a campanha eleitoral em que foi eleito como Primeiro-Ministro. António Costa seguiu-lhe o exemplo, voltou a declarar esta paixão e, em 2015, ainda era Secretário-Geral do PS. Com o PSD e o Governo da Aliança Democrática, esta paixão deixou de ser platónica.

*Risos do PSD.*

Uns dormem e sonham, outros trabalham e fazem acontecer!

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.*

Isto não é demagogia, Srs. Deputados. Convido VV. Ex.<sup>as</sup> para um exercício simples de me acompanharem na seguinte reflexão: quem desestruturou a carreira docente não foi o PSD, foi o PS, com políticas mal pensadas e desequilibradas, congelamentos longos, concursos injustos, promoções discriminatórias e divisão das carreiras.

Não foi este Governo que criou as injustiças; foram os governos socialistas entre 2005 e 2010, com a instabilidade crónica que impuseram na sua governação.

A recuperação integral do tempo de serviço que o PS nunca quis fazer foi feita agora.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Fizeram zero!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Aida Carvalho** (PS) — Olha, e quem pagou?

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Barroso** (PSD): — O Governo da AD devolveu o tempo de serviço a quem serve o País nas escolas todos os dias.

Foi o PS quem manteve milhares de docentes com 10, 15 e até 20 anos de serviço sem vínculo estável enquanto dizia valorizar a escola pública. Os professores não se esqueceram de quem os congelou, mas sabem quem tem estado a descongelá-los.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Isso mesmo!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Barroso** (PSD): — O PSD não está a destruir a carreira; está a reconstruí-la, com uma reforma do Estatuto da Carreira Docente feita com diálogo e justiça.

Mas centremo-nos concretamente nas medidas que o Ministério desenvolveu no âmbito do plano + Aulas + Sucesso, que foi inicialmente desvalorizado e até desconsiderado, mas cujos resultados estão bem à vista, Sr. Ministro.

A Sr.<sup>a</sup> **Aida Carvalho** (PS) — Falem das residências!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Barroso** (PSD): — Muitos números têm sido indicados como verdadeiros sobre a falta de professores.

A Sr.<sup>a</sup> **Aida Carvalho** (PS) — Falem!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Barroso** (PSD): — Mas em que dados se baseiam, Sr. Ministro? Que cálculos são realizados para estarem sistematicamente a dar ênfase a informações não credíveis que dão projeção a *fake news* para a alimentação de redes sociais? Não deveriam os seus atores serem responsabilizados e provarem o que afirmam?

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Ora!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Barroso** (PSD): — Sr. Ministro, tenho três questões muito pragmáticas.

Pode fazer o obséquio de esclarecer sobre os dados reais relativos a docentes com a adoção das medidas do plano + Aulas + Sucesso e que têm impacto no objetivo fundamental de diminuição do número de alunos sem aulas?

Uma segunda questão: pode atualizar a informação sobre o que o Governo tem estado a fazer no âmbito das parcerias com o ensino particular e cooperativo, e quanto à atualização dos modelos de contratos de

associação, contratos de patrocínio, contratos de cooperação e contratos simples e de desenvolvimento de apoio à família?

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Barroso** (PSD): — Por último, pode ainda referir o que está em fase de execução no ensino profissional e no ensino artístico?

Como disse no início da minha intervenção, Sr. Ministro, este Governo tem trabalhado e feito acontecer — com rigor, transparência e competência. Muito obrigada pelo que tem feito pela escola, pela escola pública e pela educação em Portugal.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra para responder, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação:** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês Barroso, de facto, temos vindo a adotar um conjunto de medidas desde 2024, altura em que chegámos ao Governo, com o plano +A+S (+ Aulas + Sucesso). Estamos a atualizar e temos avaliado quais são as medidas que funcionam melhor; apostámos nessas e algumas deixámos cair. Mas posso dizer-lhe, por exemplo, que há mais de 1700 professores que adiaram a idade da reforma, ou seja, atingiram a idade da reforma e continuam a dar aulas.

Como eu disse há pouco, temos 10 000 novos professores no sistema. São professores que entraram e que vieram para a escola pública, mostrando que sentem que a escola pública está realmente a ser valorizada. As horas extraordinárias têm sido fundamentais para garantir que todos os alunos têm aulas, ou que quase todos os alunos têm aulas.

Gostava de tornar claro que nós sabemos — e essa continua a ser a prioridade do Governo — que é necessário acabar com as situações de alunos sem aulas. Ou seja, continua a ser um problema, mas, como tenho dito desde o início, é um problema localizado em algumas áreas, em algumas escolas, às quais estamos muito atentos e temos dirigido medidas.

Por exemplo, para essas áreas, que são a grande Lisboa, a península de Setúbal, algumas regiões do Alentejo e o Algarve, nós colocámos, em 2025 e em 2026, mais de 3000 professores num concurso externo extraordinário, o que permitiu a vinculação de muitos professores apenas com habilitação própria; e estamos a pagar na totalidade a profissionalização desses professores.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação:** — Nunca tinha sido feito e essa é mais uma aposta e uma demonstração da valorização da importância que o Governo dá à área da educação.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação:** — Gostava também de referir que, ao nível dos estudantes do ensino superior, temos tido um aumento da oferta e da procura dos estudantes quer nas licenciaturas de Educação Básica quer nos mestrados em Ensino. As licenciaturas ficaram preenchidas e tivemos um aumento significativo também nos mestrados em Ensino.

Temos igualmente mais de 5000 estudantes que têm uma bolsa correspondente à propina da licenciatura, que é financiada pelo Estado português.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Isto é, um estudante de Educação Básica só paga a propina se desejar porque o Estado português oferece-lhe uma bolsa. O mesmo valor da bolsa é também oferecido a cerca de 2000 alunos dos mestrados em Ensino.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — E, na atuação com as instituições de ensino superior, temos 27 milhões de euros previstos no Orçamento para este ano para fazer contratos-programa com instituições para grupos disciplinares que identificámos como prioritários, mais carenciados face às reformas que vamos ter nos próximos 10 anos e nas regiões onde são mais carenciados. Já assinámos 10 contratos com 10 instituições e vamos continuar a trabalhar com as instituições para que as cerca de 4000 reformas que vamos ter durante os próximos 10 anos possam ser...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora às perguntas do Chega. Para a primeira, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria José Aguiar.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria José Aguiar** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, hoje é 1 de abril, o Dia das Mentiras.

*Protestos de Deputados do PSD.*

Nunca uma data assentou tão bem para se falar do estado da educação porque escolas, professores e alunos já não sabem se vivem a verdade da mentira ou a mentira da verdade que o seu Governo insiste em contar.

Sr. Ministro, talvez não leia os mesmos jornais que eu e os portugueses, mas eu mostro-lhe.  
«O que se passa nas escolas? Professora agredida por aluno com 12 anos em Coimbra».

*A oradora exibiu cópia da notícia que mencionou.*

*Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.*

«Tu trazes as armas, eu levo as facas», alunos de escolas em Oeiras.

*A oradora exibiu cópia da notícia que mencionou.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

A Sr.<sup>a</sup> **Maria José Aguiar** (CH): — «Três professoras agredidas por dois alunos de oito anos.» Oito anos, Sr. Ministro, oito!

*A oradora exibiu cópia da notícia que mencionou.*

Isto não é exceção; é o sintoma de um sistema onde a autoridade e o respeito se perderam e onde o medo começa a substituir-se ao ensino.

E o que fez o Sr. Ministro onde esteve? Que palavra dirigiu aos professores? Que sinal deu às escolas? Zero, bola!

Pergunto-lhe diretamente quantos casos mais são precisos, quantas agressões mais serão necessárias para que o Governo reconheça que perdeu o controlo e deixe de se esconder atrás de relatórios e estatísticas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Maria José Aguiar** (CH): — Os professores estão desprotegidos, os alunos estão expostos e o Ministério está calado.

Mas há outra face do mesmo fracasso: 40 000 alunos sem professor no 2.º período, 40 000 jovens com horas, dias ou semanas sem aulas.

*A oradora exibiu cópia da notícia que mencionou.*

Isto não é pontual; é o colapso de políticas sem rigor.

Pergunto-lhe como pode falar de futuro, de qualificações, de igualdade de oportunidades, quando abandona milhares de alunos sem o mais básico: um professor na sala de aula, não uma outra pessoa qualquer.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Maria José Aguiar** (CH): — Resposta simples, mas incómoda: durante décadas, os professores foram desrespeitados, desvalorizados, tratados como um problema, nunca como uma solução.

Foram três décadas marcadas por protestos históricos. Eu vivi-os na primeira pessoa. Ser professor deixou de ser vocação, passou a ser resistência e resiliência. Resultado: os mais experientes saem e os mais jovens, mesmo entrando, desistem. Ninguém quer ser professor e aí está o colapso do sistema à vista de todos.

Mas a ironia dos diabos é que os que hoje se mostram surpreendidos com a falta de professores são os mesmos que, durante anos, contribuíram para este cenário.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Quando vocês estavam no PSD, não!

A Sr.<sup>a</sup> **Maria José Aguiar** (CH): — O PS não é um espectador, é um dos principais responsáveis.

*Aplausos do CH.*

Prometeram valorização, estabilidade e respeito, mas o que entregaram foi desgaste, instabilidade e silêncio.

Sr. Ministro, entre a violência que cresce e a ausência de professores, temos hoje um sistema de ensino fragilizado, desautorizado e perigosamente abandonado. Os professores não podem continuar a ser ignorados e os alunos não podem continuar reféns de um sistema que falha todos os dias.

Hoje, neste irónico Dia das Mentiras, aquilo que as escolas exigem é uma coisa muito simples: verdade. A verdade sobre o que falhou, sobre quem é responsável e, sobretudo, a verdade nas soluções. Porque a maior mentira de todas seria continuar a fingir que isto é normal — e nisso, Sr. Ministro, já ninguém acredita.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria José Aguiar, em relação à questão que colocou sobre a violência nas escolas, obviamente são fenómenos a que temos de estar muito atentos.

Felizmente, é importante dizer que são pontuais. A maior parte das escolas públicas são lugares seguros, onde as famílias podem deixar as suas crianças em tranquilidade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — São?! Tem de ir a Campo Maior!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Felizmente é assim, o que não quer dizer que, de facto, não haja fenómenos,...

A Sr.<sup>a</sup> **Maria José Aguiar** (CH): — Todos os dias!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É diário. Tem de lá ir!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — ... nomeadamente, que foram salientados no Relatório Anual de Segurança Interna, para os quais temos de estar muito atentos.

O reforço da segurança nas escolas, obviamente, tem de ser feito em articulação com as forças de segurança — o que fazemos através da do Programa Escola Segura — mas também com as autarquias. Esta é uma dimensão da descentralização. Como penso que sabe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, porque esteve presente na apresentação do estudo da descentralização, há um conjunto de competências que ainda não foram assumidas pelas autarquias e que nós queremos que sejam por elas assumidas, e, de facto, a dimensão da segurança é uma das dimensões que os autarcas têm, pela proximidade, porque conhecem os problemas de segurança nos seus concelhos e à volta das escolas.

Porque é preciso dizer isto: muita da violência que acontece até não é dentro do espaço escolar. Também há,...

A Sr.<sup>a</sup> **Maria José Aguiar** (CH): — Demasiada!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — ... mas a maior parte é fora do espaço escolar e, por isso, é muito importante que as forças de segurança estejam atentas e que conheçam a realidade local, que é o que acontece quando há esta articulação com as autarquias.

Mas nunca é de mais chamar a atenção para estes problemas de insegurança, porque se há local que tem de ser seguro, obviamente, é a escola.

Em relação à avaliação que faz do estado da educação, lamento que tenha esta visão tão negra sobre aquilo que é ser professor. Hoje, felizmente, há muitos jovens que querem ser professores. Os cursos de Educação estão cheios. Eu disse há pouco que a procura nos mestrados tem aumentado muito. Hoje, quando vou às escolas, tenho muitos alunos que vêm ter comigo dizer: «Sr. Ministro, eu gostava de ser professor.»

A Sr.<sup>a</sup> **Maria José Aguiar** (CH): — Cinco anos e vão-se embora!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Por isso, acredito que estamos a mudar.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

Nós estamos a mudar uma atitude que existia, precisamente porque estamos não apenas a valorizar a profissão; estamos a valorizar o professor — o professor como uma referência social, como referência para as famílias, como referência para a sociedade.

Isso pode ser feito de muitas maneiras. Obviamente, a revisão do Estatuto da Carreira Docente é essencial e, por isso, estamos a negociar esta revisão e pretendemos concluí-la este ano letivo, ou seja, desejamos que em 2027 tenhamos um novo Estatuto da Carreira Docente. Penso que as negociações estão a correr de uma forma muito positiva, os sindicatos percebem o que estamos a querer fazer. Aliás, aquilo que estamos a querer fazer está, em muitas dimensões, alinhado com o que os sindicatos aspiravam há muito tempo. Obviamente, nem todos os sindicatos terão a mesma posição. Mas esta é uma prioridade para nós, precisamente porque temos de dar esse sinal da importância de ser professor: a importância, o impacto que tem na vida das pessoas o ser professor. A Sr.<sup>a</sup> Prof.<sup>a</sup> Maria José Aguiar sabe bem disso, como também sei pela minha experiência.

Temos tomado muitas medidas. De facto, temos falta de professores num conjunto de regiões que estão bem identificadas, que é a grande Lisboa, a península de Setúbal e o Algarve. São as três regiões onde basicamente está muito mais de metade do problema. Mas estamos a tomar...

*Protestos do Deputado do CH Rui Cardoso.*

A Sr.<sup>a</sup> **Maria José Aguiar** (CH): — E o Porto?

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, há falta de professores. Pela dimensão do sistema, há a necessidade de substituir professores todos os dias, em muitas escolas. Lembro que o sistema é o maior empregador nacional, de longe. Repito, de longe. Portanto, isso é natural.

A gravidade da situação na grande Lisboa, na península de Setúbal e no Algarve é que, em alguns casos, substituir um professor demora semanas e às vezes meses. Às vezes, meses! Fora destas regiões, isso não é comum. Não estou a dizer que não possa existir, mas é esporádico. Volto a dizer, é esporádico.

Por isso, criámos o apoio à deslocação. Como sabe, foi uma inovação, devo dizer, apoiada pelos sindicatos, que inicialmente foi criada apenas para as zonas mais carenciadas e que depois foi alargada a todos os professores deslocados.

Neste momento, temos cerca de 7000 professores que beneficiam do apoio à deslocação. Estamos a falar de um investimento de cerca de 20 milhões de euros. Para esta medida de apoio à deslocação, o Estado investe cerca de 20 milhões de euros. Cada uma destas medidas que refiro — como por exemplo os 3000 professores que foram colocados no concurso externo extraordinário ou os 25 milhões de euros de horas extraordinárias que pagámos em dezembro do ano passado — mostram o investimento que estamos a fazer. Não chega, como eu disse, porque não apenas temos de investir como temos de melhorar o funcionamento do sistema. Se continuarmos a investir sem reformarmos o sistema, provavelmente não vamos conseguir atingir os resultados. Mas estou certo que vamos conseguir, porque a reforma é mesmo para levar até ao fim e está em andamento muito forte.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Manuel Tender, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Tender** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, Portugal é um dos países europeus com maior índice de pobreza energética. Muitas famílias não conseguem aquecer as casas no inverno e sufocam em casa no verão.

Incompreensivelmente, isto acontece também em muitas escolas do nosso País, que não têm sistema de aquecimento ou em que o mesmo é desligado em pleno inverno, por falta de verba para comportar os custos de energia absurdamente elevados em Portugal.

Grande parte dos edifícios escolares não dispõe de equipamentos para reduzir as altas temperaturas na primavera e no verão. Há regiões de temperaturas extremas em que isto tem custos na saúde, no bem-estar, na capacidade de trabalho e concentração, na relação com o espaço escolar. Perante isto, pergunto: quando vamos ter escolas devidamente equipadas para combater o calor e o frio e garantir conforto à comunidade escolar?

Os centros tecnológicos especializados são uma medida do PRR destinada às escolas com oferta de ensino profissional, e os objetivos do aviso de abertura fundamentam a relevância e o previsível impacto. Mas temos conhecimento de que nem tudo está a correr bem na execução e que pode perder-se um investimento vital para o País. Relatos dão-nos conta de que há escolas que foram aconselhadas a desistir ou a adotar soluções procedimentais questionáveis por parte do IGeFE (Instituto de Gestão Financeira da Educação, IP); outras, tendo pedido informações ou prorrogação do prazo, não receberam resposta. Há execuções em curso bloqueadas por atrasos administrativos, lotes desertos e ausência de decisão. E há atrasos ou incapacidade de cumprir prazos por falta de resposta ou por retenção de verbas.

Como explica que algumas escolas tenham sido aconselhadas a desistir ou a não avançar com procedimentos por alegada falta de tempo, quando o Governo veio a alargar sucessivamente os prazos?

Quem assume esta responsabilidade política? Como justifica que escolas em situação materialmente idêntica tenham recebido respostas diferentes, autorizando a prorrogação dos prazos numas e não autorizando noutras?

Considera aceitável gerir fundos PRR sem critérios uniformes, transparentes e escritos? Se o próprio Estado, através do IGeFE, atrasou respostas, não libertou verbas e não decidiu pedidos de prorrogação em tempo útil, com que legitimidade pretende imputar às escolas a responsabilidade por eventuais incumprimentos daí decorrentes? Vai o Ministério garantir que nenhuma escola será penalizada quando o atraso resulte de omissões, de silêncio ou de retenção de verbas por parte do IGeFE?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Manuela Tender, estou totalmente de acordo com a questão da climatização das escolas. É inaceitável que num país como Portugal haja profundas desigualdades. A verdade é que muitas vezes na mesma cidade temos uma escola onde os alunos passam frio e depois temos as outras escolas, que são raras, até em países muito mais ricos do que nós.

Temos, pois, uma desigualdade muito grande que queremos corrigir. Estamos, por isso, a fazer um investimento de 1550 milhões de euros até o final da década, que vai beneficiar mais de 300 escolas, mas com regras muito claras em relação aos preços que podem ser praticados. Só para ter uma ideia, quando chegámos ainda encontrámos vários projetos de 30 e tal milhões de euros que vieram para metade desse valor. Isto porque havia uma cultura de fazer obras muito caras, muitas vezes com funcionalidades desnecessárias, o que gerou depois uma grande desigualdade no resto do território.

Por essa razão, o que queremos fazer agora é garantir as condições essenciais a todas as escolas. Repito, a todas as escolas. Precisamos portanto de fazer esse investimento e vamos certamente dar um passo muito significativo na equidade para garantir que em todo o território nacional temos os alunos com condições de bem-estar semelhantes, porque são todos cidadãos, são todos portugueses e têm todos o direito a estudar em instalações condignas e que lhes permitam seguir o seu percurso escolar.

Em relação aos CTE (centros tecnológicos especializados), gostava de informar que o IGeFE já não existe, foi extinto — por isso, a informação agora é dada através da Agência para a Gestão do Sistema Educativo —, e que obviamente todas as escolas receberão a mesma informação. O prazo é igual para todos e vai ser adiado. Não comunicámos o novo prazo, porque também não queremos retirar pressão às escolas. As escolas têm de sentir a pressão para terminar os CTE — essa é a razão —, mas já receberam a informação para indicarem a data em que vão concluir. E vai ser igual para todas, como é evidente.

A avaliação que fazemos é a de que a execução está a correr bem. Ou seja, sempre soubemos que o dia 31 de março não iria ser cumprido por todos, mas a taxa de conclusão neste momento é rapidíssima. Basicamente, recebo mensagens quase diariamente a dizer que temos mais um CTE pronto e que querem que estejamos presentes.

Portanto, vai ser uma grande transformação do ensino profissional em Portugal, e é um investimento — penso que a Sr.<sup>a</sup> Deputada sabe disso — que este Governo acompanhou desde o início. Uma das primeiras equipas que criei, com o Secretário de Estado-Adjunto, foi para acompanhar um a um estes equipamentos. Aliás, os diretores das escolas até conhecem os nomes das pessoas do meu Gabinete.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma última pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Cardoso, do Chega.

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro da Educação, pese embora o burburinho que aqui foi lançado antes, tenho de lhe dar uma congratulação por ter tido a coragem de ter acabado com a obrigatoriedade de se estudar José Saramago nas escolas portuguesas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Saramago era um homem que não gostava de Portugal. Saramago era um homem que apoiou ativamente regimes totalitários por todo o mundo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

*Protestos de Deputados do PS e do Deputado do L Jorge Pinto.*

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Saramago era um homem que atacou a nossa identidade e a nossa matriz cultural cristã.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

*Protestos de Deputados do PS.*

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — E, por isso, nós precisamos de mais Camões e de menos Saramago nas escolas portuguesas. Mais Camões e menos Saramago!

*Aplausos do CH.*

*Protestos do PS.*

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Mas gostava, nesta interpelação, de tocar no tema do ensino superior.

*Protestos de Deputados do PS.*

Não estejam tão nervosos!

*Continuação de protestos de Deputados do PS.*

Como estava a dizer, gostava de tocar no tema do ensino superior, que é uma dimensão muito importante na qual estamos a fazer reformas estruturais. Estamos a aprovar o novo RJIES, que se encontra em fase de conclusão, e esta lei que vai sair do Parlamento é muito melhor do que a lei que está atualmente em vigor, uma vez que consagra maior democraticidade de participação nos órgãos de governo e de gestão das instituições, mantém a pluralidade dentro dos subsistemas universitário e politécnico e coloca o ensino privado em igual dignidade institucional com o ensino público,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

*Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.*

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — ... rompendo com os pendores ideológicos do passado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Mas há uma dimensão que tem de ser assinalada, para o País saber. É que esta reforma foi feita arredando o Partido Socialista das negociações. Esta é uma dimensão fundamental, que tem de ser assim assinalada.

*Aplausos do CH.*

*Protestos de Deputados do PS e contraprotestos de Deputados do CH.*

Há capacidade de diálogo quando conseguimos convergir no essencial e pôr Portugal à frente dos partidos. Isto fica, Srs. Ministros, para levarem para o Conselho de Ministros quando vier a este Parlamento a revisão constitucional.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vamos a isso, que é preciso!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Temos uma maioria neste Parlamento. Só não fazemos reformas se não quisermos responder aos portugueses.

*Aplausos do CH.*

Por isso, a pergunta que gostava de lhe fazer é se em matéria de ação social está disposto a garantir a igualdade de oportunidades para os jovens portugueses, num projeto e numa negociação que tem de ser transparente, tem de ser clara e tem de ser à direita.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dou a palavra ao Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Cardoso, em relação às aprendizagens essenciais de Português, aquilo que foi apresentado é exclusivamente técnico, pelo que não tenho responsabilidade nenhuma nisso. Acho que tenho coragem para fazer muitas coisas, mas neste caso não foi um ato meu nem do Secretário de Estado. Não houve qualquer intervenção.

*Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.*

A este propósito, gostava de dizer que não acho problemática a proposta que é feita agora.

*Protestos de Deputados do PS.*

Acho que José Saramago não tem de ser obrigatório. Aliás, olhando para outros escritores portugueses, consigo identificar vários...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Camilo! Camilo Castelo Branco!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — ... que poderiam lá estar como opcionais: Agustina Bessa-Luís, António Lobo Antunes, Jorge de Sena. Já agora, Gonçalo M. Tavares, que o Prémio Nobel português disse que seria Nobel. Por que não o Gonçalo M. Tavares?

Muito bem, em relação à pergunta direta que me fez sobre a ação social, claro que sim, claro que estamos disponíveis para negociar. Em todas as matérias que são estruturantes, como foi com o RJIES, com a ação social e com outras, temos mostrado sempre toda a disponibilidade para negociar com todos os partidos; com o Partido Chega, com o Partido Socialista, com a Iniciativa Liberal, com todos os partidos. Não fazemos distinções. Ninguém tem o monopólio da ação social, ninguém tem o monopólio do RJIES, ninguém tem o monopólio da lei da ciência.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Educação** (Alexandre Homem Cristo): — Temos, temos.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Por isso, obviamente, estamos disponíveis para negociar...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, terminou o tempo de que dispunha.  
Sr. Deputado Rui Cardoso, tem a palavra.

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, esta é que é a grande diferença do PSD para o Chega. É que o Partido Socialista vem a este debate, bate-vos, bate-vos, bate-vos e, no final, ainda ouve dizer: «Nós estamos disponíveis para falar com todos».

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Não haverá reformas em Portugal, enquanto o Partido Socialista tiver uma palavra a dizer. Não há hipótese nenhuma!

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — Chegaste há cinco minutos e vens falar de reformas?!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Mas nestes segundos que me restam, gostava ainda de tocar noutro tema, que tem a ver com a politização das instituições de ensino superior.

Há umas semanas, o Chega esteve presente numa feira de educação, a Futurália, com uma mensagem muito clara e muito simples: não haverá qualquer tipo de políticas públicas se não houver portugueses e se continuarmos a ser substituídos na nossa terra. Imediatamente viu-se «cair o Carmo e a Trindade». Vieram alguns diretores, vieram alguns reitores dizer que havia mensagens inconcebíveis.

Quando o Bloco de Esquerda distribuía bandeiras LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgénero) ou da Palestina, ninguém dizia nada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — É o minuto de conspiração!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Quando a Juventude Socialista distribuía preservativos a crianças, não havia problema nenhum.

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — E a terra é plana!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Quando veio o Chega, «cai o Carmo e a Trindade».

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Sr. Ministro, estes diretores e estes reitores utilizam a cátedra universitária para propagandear ideologia, para coartar a liberdade de pensamento e para ativismo ideológico. O que é que o Sr. Ministro tem a dizer? Para nós, é muito claro: se querem utilizar a universidade para doutrinar, pois «a porta da rua é a serventia da casa».

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro terá de responder noutra altura e noutro local, pois não tem tempo agora para o efeito.

Vou dar a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

O Sr.<sup>a</sup> **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a educação é um dos pilares mais importantes de qualquer democracia liberal. Quando o sistema educativo funciona quebra ciclos de pobreza. E, para funcionar, não pode tratar de forma igual o que é diferente.

Quando o sistema educativo não funciona, impõe mecanismos igualitários, em que nos nivelamos por baixo para não ofender ninguém e normalizamos a mediocridade. Uma escola que ensina a ler e a fazer contas, mas que depois não sabe contar, prova que estamos muito longe do nosso objetivo.

É o que acontece com o Ministério da Educação, um dos maiores empregadores de Portugal, tal como o Sr. Ministro disse há pouco, em que as contas não batem certo e em que salários pagos não correspondem ao número de contratados. Enquanto os sistemas não estiverem interligados, não há respostas para se saber aquilo que se exige a uma empresa privada; a uma qualquer empresa que teria esta resposta na ponta da língua.

Continuamos a não saber quantos alunos não têm professores a uma disciplina, e por isso não se sabe qual o impacto que isto tem nas aprendizagens nem nas notas dos exames. Mas o que sabemos é que há aprendizagens que se perdem e que afetam de forma muito mais grave e permanente os alunos que vêm dos meios mais desfavorecidos.

Quem pode, paga a um explicador; quem não pode, não acompanha da mesma forma, e, se vier de famílias destruídas, ainda menos.

A Iniciativa Liberal é o único partido que fala da necessidade de termos serviços mínimos na educação.

*Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.*

Há um pacto de silêncio à volta deste assunto, todos com medo da FENPROF (Federação Nacional dos Professores) e dos seus companheiros de luta. É como se as aprendizagens só se perdessem quando não há professores colocados, mas não se perdessem quando há greves.

São os mais pobres e os migrantes que mais chumbam e que mais abandonam a escola.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Angélique Da Teresa** (IL): — Quanto às crianças com necessidades especiais, os diagnósticos chegam tarde, e muitas vezes os professores não conseguem lidar com condições sensoriais ou mentais tão complexas. Já para não falar dos recursos especializados, que não são suficientes.

Na educação secundária, a taxa real de escolarização está aquém daquilo que deveria ser e, comparativamente a democracias liberais com as quais nos queremos comparar, ainda estamos longe.

É verdade que houve importantes evoluções, mas este nivelamento igualitário lança sinais de alerta a que não podemos ficar alheios, como é o caso do *Diagnóstico de Fluência Leitora* do EduQA, que nos mostra taxas preocupantes na falha de competências básicas.

Paralelamente, a população docente está cada vez mais envelhecida e o problema que estamos a viver na escolaridade obrigatória de falta de professores está a bater à porta do ensino superior. Continuamos a ter uma visão preconceituosa e pequenina, herdada de António Costa, quanto à oferta educativa.

Os contratos de associação, patrocínio e cooperação não estão a ser honrados, Sr. Ministro. Foi prometida pelo Sr. Secretário de Estado a alguns destes estabelecimentos uma atualização intercalar, porque reconheceu que muitas destas escolas estão em falência técnica. Sr. Ministro, a lei é clara: a base é o custo médio por aluno — e desconfiamos que nem isso o Ministério consiga calcular.

O que é que os pais vão fazer, se estas escolas fecharem portas? Para onde vão milhares de alunos, muitos deles com deficiências profundas, do ensino artístico e profissional, que estão nestas escolas porque a rede pública não tem capacidade para os receber?

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro, para responder.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Angélique Da Teresa, sem dúvida, nós estamos a dar esse passo. Estamos, neste momento, com as equipas a trabalhar em velocidade de cruzeiro na implementação dos novos sistemas de informação. Como tive oportunidade de referir aqui, já não são 312 aplicações, são 313 aplicações informáticas que o Ministério tem — foi descoberta mais uma — e são milhões de euros de investimentos que foram feitos ao longo dos anos.

Eu não quero dizer, e não vale a pena estar a olhar muito para trás... Ou seja, acredito que os serviços andaram a resolver problemas com essas aplicações, mas a verdade é que se perdeu uma visão integrada de todo o sistema e, neste momento, ainda não há — estamos quase lá! — a capacidade de, a partir da colocação de um professor no SIGRHE (Sistema Interativo de Gestão de Recursos Humanos da Educação), saber exatamente em que escola é que ele está e em que turmas é que ele está a lecionar.

Enquanto não conseguimos essa interoperabilidade, e outras formas de interoperabilidade, já agora... Veja, nós temos cerca de 4000 professores a reformarem-se por ano. É muito importante que haja uma interoperabilidade com a Caixa Geral de Aposentações e com a Segurança Social para que, quando alguém saia do quadro, a atualização seja feita automaticamente.

Aquilo que o Ministério da Educação fazia era recenseamentos anuais. Ou seja, em cada ano fazia, no fundo, um recenseamento junto das escolas de qual era o número de docentes. Ora, se nós pagamos a todos os docentes, nós temos, de facto, de saber em tempo real, mês a mês, quais são os docentes, em que escolas é que estão e que serviço estão a fazer.

É isso que estamos a montar e vamos tê-lo, obviamente, concluído. Mas veja, são mais de 120 000 professores, são mais de 5000 escolas, com sistemas que existem e que têm de continuar a funcionar — não podemos parar o sistema — e, por isso, isto não se faz... Não é assim tão evidente. Nós temos pessoas fantásticas a trabalhar connosco e, por isso, sabemos o que é que estamos a fazer e sabemos por onde é que vamos.

Já agora, nós sabemos que há muitas empresas que também têm muitos problemas de informação.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não tem comparação!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Não vou dar aqui exemplos, mas conheço muitos exemplos de empresas com muita dimensão...

A Sr.<sup>a</sup> **Angélique Da Teresa** (IL): — Pode dar um exemplo concreto?

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — ... que também têm problemas semelhantes.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PCP, por exemplo!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Em relação àquilo que referiu, sobre as desigualdades, não posso estar mais de acordo. Ou seja, partilho completamente da sua visão e sensibilidade em relação à importância que a escola tem para garantir a igualdade de oportunidades.

De facto, além de termos de garantir professores em todas as escolas e o bom funcionamento do ponto de vista de todos os recursos, há depois uma dimensão que a Sr.<sup>a</sup> Deputada referiu, que é essencial e na qual estamos também a trabalhar, que tem a ver, precisamente, com uma avaliação mais rigorosa e comparável das aprendizagens: a fluência leitora, que, como referiu, foi instituída por este Governo e, depois, seguida de um plano de ação para colmatar as falhas na aprendizagem no final do 2.º ano do 1.º ciclo.

Mas há também, por exemplo, as provas ModA (provas de monitorização da aprendizagem), que decorreram pela primeira vez no ano passado. Foi algo que correu muito bem e, no início do ano letivo, cada encarregado de educação recebeu informação sobre o seu educando, sobre os resultados que ele obteve e como é que esses resultados se comparavam com os resultados na escola — ou seja, se ele está abaixo ou

acima da média da escola, ou se está na média —, no concelho onde vive e no País. Essa informação é muito importante também para o diretor, para saber como é que a sua própria escola se compara com as outras; para o presidente da câmara, para saber como é que as escolas do seu concelho se comparam entre elas e com as escolas dos outros concelhos, a nível nacional; e para nós, porque é essencial percebermos onde é que há mais falhas de aprendizagem para podermos ter políticas direcionadas para corrigir essas situações.

Só para terminar, em relação aos colégios de educação especial, como anunciámos, vamos fazer o pagamento, com efeitos retroativos a 1 de janeiro, dos 10 %, e está a haver uma articulação entre o gabinete do Sr. Secretário de Estado e estas entidades para, de facto, se apurar o custo por aluno — o que também não é fácil, porque são situações muito díspares, muitas vezes. Isto para que se possa, de facto, ter um alinhamento entre a transferência que é recebida do Estado e aquele que é o custo efetivamente suportado por cada colégio.

Nós não temos dúvidas sobre a importância que estas entidades têm na prestação de um serviço essencial a pessoas numa situação de fragilidade muito grande.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.*

O Sr. **Presidente**: — Continuamos no tempo do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, mantendo-se no uso da palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Angélique Da Teresa.

A Sr.<sup>a</sup> **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, a Iniciativa Liberal lançou uma moda: agora, parece que todos querem ser reformistas.

*Risos e protestos de Deputados do CH.*

E a reforma do Ministério da Educação, que disse que passou de 18 para 7 entidades, segundo o Sr. Ministro, e referiu-o há pouco, resultou numa redução de pessoal de 50 %...

*Protestos do CH.*

... e numa poupança anual de 50 milhões de euros devido à digitalização de tarefas. Disse também que o objetivo não era poupar, mas reconfigurar a organização do Ministério.

A Iniciativa Liberal, como reformista que é, pergunta-lhe: como é que a poupança não deve ser o objetivo, se nós estamos à beira do fim do cheque europeu?

Os Srs. Deputados poderão dizer-me: «Ah, mas será daqui a muitos anos.» Não, não! É daqui a dois anos.

O programa Pessoas 2030 e a ação social têm um enorme contributo dos fundos europeus. Aliás, mais de 55 % da ação social tem proveniência em fundos europeus. Se o valor estimado do corte de Bruxelas para Portugal é de pelo menos 12 % — é o que já está a ser anunciado e será já em 2028 —, como é que um dos maiores empregadores do nosso País não se prepara para este embate?

Se não se preocupa com as poupanças, se o seu objetivo é a reconfiguração do Ministério e não a poupança propriamente dita, de duas, uma: ou acaba com os programas que mencionei, ou então vai ter de carregar os portugueses com mais impostos. Portanto, aquilo que lhe perguntava é: em que é que ficamos?

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Angélique Da Teresa, sabe, eu pertenci a um Governo, do qual tive muita honra em fazer parte, no período de intervenção da troica, em que o País estava à beira da bancarrota e, de facto, nós tivemos de tomar muitas medidas em que o foco era a poupança, antes de mais.

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Pois, nós sabemos o que é isso!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — A reforma que nós estamos a fazer agora é diferente, mas a poupança vai ser um resultado.

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Nós sabemos o que é poupar!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Ou seja, não é o objetivo, mas é um resultado inevitável, e aquilo que estamos a ver no nosso Ministério é que, de facto, há um enorme espaço para melhorar não só a eficiência dos serviços, como também a qualidade do serviço que é prestado e, já agora, a forma como os próprios trabalhadores fazem esse serviço, para uma forma muito mais sofisticada. Temos ainda muita manualidade no Ministério da Educação, o que depois dá origem a muitos erros, e estamos a eliminar esse tipo de tarefas.

Por isso, a minha resposta é: vamos ter muitas poupanças, porque elas vão resultar neste Ministério como vão resultar noutros ministérios, porque continuamos a ter um Estado que ainda não aproveita na totalidade o potencial do digital, e é isso que estamos a fazer.

O digital tem uma centralidade enorme na reforma que estamos a fazer no Governo, em todos os ministérios, e no final vamos ter essas poupanças. Mas nós não estamos movidos por isso, nós estamos movidos por mais eficiência e melhor serviço aos utilizadores.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Muito bem, Sr. Ministro, nós sabemos o que é poupar!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A Iniciativa Liberal termina aqui a utilização do seu tempo.

Vamos passar ao Grupo Parlamentar do Livre e a primeira pergunta vai ser feita pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Filipa Pinto, que tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministro, começamos pelas tempestades: milhares de alunos da região centro ficaram sem aulas e alguns ainda têm as suas casas destruídas. O Livre perguntou ao Sr. Ministro o que ia fazer, e a sua resposta foi empurrar a responsabilidade para as autarquias e para as direções escolares. Disse-nos, e cito, que «no âmbito da sua autonomia, cada agrupamento está a definir estratégias».

Sr. Ministro, se os apoios do Estado central não chegaram a estes territórios, como espera que estes alunos estejam em igualdade com os restantes na questão das aprendizagens?

Este problema agrava-se quando olhamos para a falta de professores.

O Sr. Ministro anunciou o plano +Aulas +Sucesso, mas o que vemos é o problema a piorar: 26 milhões de euros gastos em horas extraordinárias de uma classe envelhecida, contratações sem formação pedagógica, alunos do 1.º ciclo com aulas dadas por assistentes técnicos.

Até quando se vai refugiar na suposta falta de dados para esconder a dimensão real desta crise?

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Bem lembrado!

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Pinto** (L): — Como se não bastasse, o Governo decide, em contraciclo, enfraquecer o currículo.

*Protestos do Deputado do CH Rui Cardoso.*

A revisão das aprendizagens essenciais em consulta pública retira a obrigatoriedade de ler José Saramago no 12.º ano, o nosso único Prémio Nobel da Literatura. E fá-lo num País onde, segundo a OCDE, 42 % dos

adultos têm níveis baixos de literacia e 15 % mal conseguem compreender frases curtas e simples. Além disso — pasmem-se! —, nem o Primeiro-Ministro de Portugal sabe citar corretamente José Saramago.

*Risos de Deputados do L.*

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Bem lembrado!

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Pinto** (L): — Num momento em que precisávamos de mais leitura, mais bibliotecas e mais mediação, o Governo reduz o Plano Nacional de Leitura a um selo e esvazia a Rede de Bibliotecas Escolares.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Pinto** (L): — Sr. Ministro, este Governo preocupa-se de facto com a educação ou espera que seja toda a gente menos o Ministério a resolver os problemas?

*Aplausos do L e de Deputados do PS.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação:** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Filipa Pinto, sabe, penso que, se tiver oportunidade de falar com as direções das escolas e com os municípios que foram afetados pelas tempestades — seja Marinha Grande, em particular Vieira de Leiria, ou Leiria —, verá que eles sabem que o Ministro esteve sempre atento e que o próprio Ministro foi respondendo diretamente aos pedidos dos diretores e ajudando a resolver muitos problemas. Só estou a dizer isto porque a Sr.<sup>a</sup> Deputada fez a pergunta que fez, já que, no meu discurso, aquilo que salientei foi precisamente a importância dos autarcas e dos diretores das escolas.

Posso dizer-lhe que, de facto, Vieira de Leiria foi o caso mais grave que tivemos. Fui lá três vezes e acompanhámos a recuperação da eletricidade e a acomodação dos alunos. Fui perguntando quando é que os alunos do secundário, que ainda estavam em más condições, conseguiam ir para monoblocos com melhores condições.

Mais do que isso: não só atuámos no curto prazo, como fui falando com o Presidente da Câmara, precisamente para rever o investimento que estava previsto — também fiz esta referência no meu discurso —, que vai ser financiado com um empréstimo do BEI, para que se possa, em Vieira de Leiria, fazer um grande centro escolar de grande qualidade, que permita acomodar todas as escolas de Vieira de Leiria, porque é esse o desejo da Câmara Municipal, e o Governo acha que essa é precisamente a estratégia que deve ser seguida.

Obviamente, para estas famílias e professores que foram flagelados por este evento, não há forma de diminuir aquilo que as pessoas sofreram, mas a verdade é que, graças aos diretores e aos autarcas, com o apoio do Governo, quando foi possível, conseguiu-se recuperar rapidamente o funcionamento das escolas.

É nesse sentido de reconhecimento do trabalho dos autarcas e dos diretores que foi dada a resposta ao Livre. Não foi dizer «os autarcas e os diretores que resolvam o problema por eles». Não foi isso que foi escrito, não é assim que este Governo se relaciona com as escolas ou com as autarquias.

*Aplausos do PSD e do CDS.*

Desculpe falar desta forma. É que, de facto, preocupamo-nos mesmo com as escolas e temos uma relação muito próxima. Veja, a subdiretora da escola tem o meu contacto direto, ela envia-me as mensagens diretamente quando precisa de alguma coisa. É disso que estamos a falar. Estamos a falar desse nível de proximidade.

Em relação ao Plano Nacional de Leitura, ele é muito importante e, obviamente, continuará a ser valorizado. Está integrado no EduQA, que é onde deve estar, e é dirigido pela Dr.<sup>a</sup> Manuela Pargana Silva, que é a diretora da Rede de Bibliotecas Escolares, e já o era antes de nós chegarmos ao Governo.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Não houve mudança nenhuma, houve o reconhecimento de competência naquela pessoa, para juntar estas duas dimensões. Por isso, não são estruturas de missão, são um departamento do EduQA. Organicamente, o que estamos a fazer é acabar com uma estrutura temporária, que era o Plano Nacional de Leitura e a Rede de Bibliotecas Escolares, e a institucionalizá-la. Ela agora faz parte da orgânica do Ministério.

*Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.*

Por essa razão, a desvalorização que referiu só pode ser também má informação,...

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Ora bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — ... porque esse nunca foi o objetivo. Tratou-se de uma valorização.

Em relação àquilo que fazemos pela leitura, posso dar-lhe o exemplo da situação das bibliotecas. Como deve saber — anunciámos esse plano —, temos cerca de 90 000 alunos do 1.º ciclo que hoje ainda não têm biblioteca. No final deste ano eletivo, mais de metade, mais de 50 000, já vão ter uma biblioteca.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Vamos criar mais de 430 novas bibliotecas este ano. Se acha que isto não é preocupação com a leitura... Isto é preocupação e é resolver mesmo os problemas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Posso ter o melhor Plano Nacional de Leitura, mas, se nas escolas não há livros, não serve.

Em relação à questão do José Saramago, eu não faço avaliação literária nestas funções, mas, obviamente, quando surgiu esta questão nos *media*, fui ver com atenção os programas do 10.º, 11.º e 12.º anos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — São péssimos!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sabe o que é que achei? Sabe do que é que notei mesmo falta? Olhe, notei falta de Machado de Assis no 11.º ano, século XIX.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Notei falta de Clarice Lispector ou de Mia Couto no 12.º ano. Se, de facto, a língua portuguesa é a nossa pátria, isso é que nos devia preocupar, e não uma questão que acho paroquial, que é estar a dizer «o Nobel agora tem de ser obrigatório».

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Desculpe, o Nobel é uma referência, não há dúvidas sobre isso, mas, felizmente, tivemos e temos outros «nobelizáveis» em Portugal, e daquilo que precisamos é de boa literatura.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Continuando no tempo do Grupo Parlamentar do Livre, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gonçalves,...

*Burburinho na Sala.*

... assim que a Sr.<sup>a</sup> Deputada tiver condições, obviamente, no Hemiciclo, para poder fazer a sua pergunta, o que em poucos segundos vai certamente acontecer.

Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministro, o Decreto-Lei n.º 125/2025, que transpõe a Diretiva NIS 2, entra em vigor no dia 3 de abril e estabelece novas exigências significativas em matéria de cibersegurança.

O seu artigo 3.º é claro. Este regime aplica-se às instituições de ensino superior, por decisão exclusiva do legislador nacional. E isto não é neutro. Estamos a falar de instituições grandes, complexas e altamente descentralizadas, que vão ter de cumprir obrigações técnicas e organizativas exigentes num contexto de suborçamentação.

A questão que lhe quero colocar é muito simples: que meios concretos estão a ser dados às instituições para cumprir estas obrigações? Mais concretamente, estão previstos apoios financeiros e logísticos para a implementação deste regime nas universidades ou estamos a transferir responsabilidades para as universidades, sem cumprir recursos?

Cedo tempo ao Sr. Ministro para responder.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Se o Governo aceitar, peço aos serviços que passem o remanescente tempo do Livre para o Governo, para que o Sr. Ministro possa ter 1 minuto e 39 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, cedo 40 segundos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Ah! Não é tudo!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Então, são só 40 segundos. Vamos só dar tempo para que os serviços façam a alteração.

*Pausa.*

Sr. Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, obrigado pela generosidade.

Nós estamos obviamente muito atentos. As questões de cibersegurança fazem parte do PTRR e a FCCN (serviços digitais da FCT) já enviou uma proposta ao Governo, precisamente, de reforço para cumprir esta diretiva.

Mesmo sem ela, temos de atuar nesse sentido, de garantir que as instituições de ensino superior e as nossas instalações científicas são seguras, porque os riscos são cada vez maiores.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra, para continuar as perguntas ao Sr. Ministro, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gonçalves.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, do que tem vindo a público sobre a revisão do RJGD (Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior), o Governo pretende reforçar a autonomia das instituições, mas isso levanta um risco conhecido: atribuir graus com base em critérios pouco claros e sem limites efetivos.

Já vimos esse filme, chamou-se «caso Relvas», e sabemos como acabou.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Bem lembrado!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Foi precisamente para evitar isso que a lei passou a impor limites e, agora, o Governo parece querer recuar. Ou seja, mais exigência à entrada, menos garantias no rigor dos graus.

Gostava de saber o seguinte: garante que não voltamos a ter diplomas pedidos e que o ensino superior continua a ser um espaço de conhecimento, exigência e pensamento crítico?

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Livre cede agora o tempo que lhe resta ao Governo, portanto, para responder, tem a palavra o Sr. Ministro, que dispõe de 27 segundos.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, veja, se lerem a proposta do Governo, a marca deste documento é mais exigência para atribuir os graus e tudo isso. Por isso, se há alguma confusão em relação à redação, ela será revista, porque o objetivo não é esse. A marca deste diploma é mais exigência.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos agora passar ao tempo do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tendo a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, para dirigir perguntas ao Sr. Ministro.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr. Ministro, para o Governo, a educação, incluindo o acesso aos mais elevados níveis de ensino, não é um direito, é um privilégio que só deve estar ao alcance de alguns, deixando de fora milhares de estudantes, em particular os filhos dos trabalhadores, reproduzindo e acentuando desigualdades.

Insiste-se no aumento das propinas, exatamente no ano em que ingressaram menos estudantes no ensino superior. De uma única assentada, o Governo pretende transferir mais custos para os estudantes e desresponsabilizar-se de assegurar o financiamento das instituições de ensino superior.

A autonomia não é aumentar propinas. A autonomia é garantir os meios e os recursos humanos e financeiros às instituições de ensino superior, para que estas não fiquem dependentes de interesses privados.

Com estas opções, o Governo será responsável por impedir o acesso de milhares de estudantes ao ensino superior, sendo o ensino superior um investimento na juventude e no País.

O Governo afirmou que o ECIC (Estatuto da Carreira de Investigação Científica) iria trazer mais previsibilidade e estabilidade. Um ano depois da sua aprovação, a ciência continua marcada pela precariedade.

Por isso, pergunto-lhe: para quando a passagem das bolsas de investigação a contratos de trabalho? Para quando a integração dos investigadores em situação de precariedade na carreira? Quanto aos concursos, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 57/2016, que continuam a não ser abertos, ou abrem-se sem respeitar a lei, para quando a sua resolução? E para quando a aplicação das progressões obrigatórias para os investigadores e docentes de carreira?

No INSA (Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge) e no IPMA (Instituto Português do Mar e da Atmosfera), só para dar um exemplo, os concursos para a integração dos técnicos superiores doutorados na carreira especial de investigação científica estão muito atrasados. Para quando a integração de todos estes técnicos na respetiva carreira?

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, um dos grandes objetivos do novo modelo de ação social que apresentámos é, precisamente, o de garantir a igualdade de oportunidades, para que nenhum estudante fique excluído do acesso ao ensino superior por razões económicas.

Por isso, o modelo que desenhámos é um modelo em que são tidas em conta as condições efetivas que cada estudante tem, em termos financeiros, para poder estudar e os custos reais de estudar. É com base nessa diferença que calculamos a bolsa e, nos custos, está incluída a propina.

A propina — temos dito sistematicamente que, quando o estudante não pode pagar, ela é coberta pela ação social — não é uma razão para a exclusão do acesso ao ensino superior. Não pode ser. Nunca pode ser.

Discordamos é que a sociedade portuguesa toda pague o ensino superior de alguns, que são aqueles que, precisamente, depois vão ter melhores empregos e melhores salários. Isso é uma injustiça, porque, quando não temos propinas ou baixamos as propinas, temos aqueles que não conseguiram entrar no ensino superior a pagar os estudos dos que conseguiram entrar no ensino superior. Essa é uma situação que consideramos injusta.

Por isso, a justiça e a igualdade de oportunidades são garantidas pela ação social. É na ação social que temos de colocar o foco, é a ação social que deve garantir a igualdade de oportunidades.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Em relação às questões que colocou sobre o emprego científico, tenho dito por diversas vezes que o nosso País só vai ser um país mais qualificado e com mais educação, ciência e inovação, se obviamente aumentarmos o emprego científico. Só que o emprego científico não se aumenta por decreto.

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.*

O emprego científico aumenta-se quando criamos condições para a geração desse emprego de forma sustentada. Não é criar uma instituição para contratar doutorados, é criar instituições que têm projetos que, para a sua realização, precisam de doutorados. É dessa inversão que precisamos.

É que, sabe, na lei da ciência, na sua versão mais atual, temos instituições que foram criadas com o objetivo de gerar emprego científico. Do meu ponto de vista, isso está errado. Uma instituição científico-tecnológica é gerada para gerar conhecimento e inovação e, para o fazer, tem de ter projetos que, obviamente, precisam de emprego qualificado. Por isso, o emprego qualificado é o resultado de termos instituições vibrantes, com capacidade de geração de conhecimento e de inovação. Felizmente, temos muitas em Portugal.

Em relação às questões mais específicas que colocou do ECIC, as condições, neste momento, estão criadas para os laboratórios do Estado poderem começar a contratar. A FCT já está a contratar, penso que já concluiu uma série de concursos.

Os concursos, como sabe, não podem ser feitos com fotografia. Os concursos, para respeitarem a Constituição, são feitos para que haja concorrência. É preciso tornar isto muito claro: um concurso que seja feito à medida de alguém é feito de forma inconstitucional.

As instituições estão a abrir esses concursos e isso não é responsabilidade do Governo. São as instituições que agora têm de contratar as pessoas. O Governo não contrata os investigadores, como sabe.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Continuamos no tempo do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tendo a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, investir na educação é investir nos jovens, e bem sabemos que esse investimento terá repercussões no desenvolvimento do nosso País.

Portanto, é de uma profunda injustiça tudo aquilo que o Sr. Ministro veio aqui dizer. Aquilo que é necessário é remover os obstáculos que impedem os estudantes de aceder ao ensino superior. É preciso, sim, reforçar uma ação social escolar. E é preciso, também, aumentar a oferta de camas públicas, mas sobre isto não estamos a ver o Governo fazer nada.

Há milhares de alunos que continuam sem aulas. O problema não se resolve com remendos, o problema resolve-se com soluções estruturais, nomeadamente a valorização da carreira docente. E aquilo que o Governo se está a preparar para fazer é, mais uma vez, atacar os direitos dos professores e empurrar «para as calendas» aquilo que é, de facto, o âmago, a necessidade de atrair mais professores para o ensino. Dois anos de governação do PSD...

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — Mais 10 000!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — ... e do CDS e não há uma efetiva inclusão das crianças e jovens com necessidades específicas nas escolas: faltam professores de educação especial, faltam auxiliares de ação educativa, faltam técnicos, faltam manuais escolares e materiais adaptados.

Diga lá o que é que pretende fazer. É que, em dois anos, ainda não conseguiu referir nada das suas opções relativamente à educação inclusiva.

*Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.*

Foi obrigado a reconhecer que não há dinheiro para requalificar as escolas e as verbas alocadas às competências na educação transferidas para as autarquias são insuficientes. Vai ou não assumir as suas responsabilidades e assegurar os meios financeiros que são necessários? O Governo decidiu colocar em consulta pública um conjunto de propostas de alteração das Aprendizagens Essenciais, sem que se conheça a avaliação e sem envolver os professores na avaliação das atuais Aprendizagens Essenciais. Esperamos que não seja um prenúncio de retrocesso nas aprendizagens.

Por último, queria referir-lhe ainda o seguinte: os estudantes são confrontados com sistemáticos atropelos à democracia nas escolas quando é impedida a realização de reuniões gerais de alunos ou quando a direção se intromete nos processos eleitorais das associações de estudantes. É inaceitável. Era importante também saber que orientações é que o Governo vai dar para assegurar que a escola pública garante, de facto, a participação e a democracia.

*Aplausos do Deputado do PCP Alfredo Maia.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, com o tempo que tenho, dou-lhe dois números.

O orçamento do Ministério da Educação, Ciência e Inovação aumentou 6 % em 2026. Estamos a falar de mais de 600 milhões de euros. Se isto não é aposta na Educação, Ciência e Inovação, não sei o que é.

Em relação às escolas, como disse há pouco, 1550 milhões de euros é o investimento que está previsto em escolas até o final da década.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar ao tempo do Grupo Parlamentar do CDS-PP. Para fazer perguntas ao Governo, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, uma recente reportagem do Jornal *Público* denunciou que dezenas de escolas receberam a visita de *influencers* e de atores para espetáculos absolutamente impróprios em ambiente escolar. A notícia está aqui.

*O orador exibiu o documento que mencionou.*

São figuras absolutamente questionáveis, que incitam a comportamentos vulgares, que estão na linha entre o indecente, o degradante ou, pura e simplesmente, o ordinário. E estas exposições chocaram as comunidades escolares e chocaram também as famílias, que, para além do mais, não foram informadas nem consultadas sobre estas «animações culturais».

*Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.*

O Governo tem tido, desde o primeiro momento, uma política bem definida e nesta, como noutras situações, tem agido de forma decisiva, desde logo: restringindo o uso de telemóveis nas escolas; revendo a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, retirando os conteúdos mais ideológicos e mais de feição;...

*Protestos do L, do PCP e do BE.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Isso foi mal feito!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... e, neste caso em particular, esclarecendo imediatamente as orientações para que este tipo de situações não se voltasse a repetir nas escolas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E, Sr. Ministro, neste sentido, o Governo divulgou mesmo ontem que já foram enviadas novas recomendações às escolas, para que este tipo de situações não volte a ocorrer.

Por isso, deixava-lhe duas perguntas: a primeira, se pode assegurar aqui, ao Parlamento e às famílias portuguesas, que são apuradas todas as responsabilidades relativamente a estas situações passadas; e se podemos estar seguros de que novas situações não se voltarão a repetir nas escolas portuguesas de uma forma impune.

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Núncio, de facto, esta reportagem no *Público* foi uma reportagem importante, deu a conhecer ao País — e, reconheço, mesmo ao Ministério — este tipo de atividades que, de facto, ultrapassam um conjunto de linhas vermelhas,...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Não ouviram o Chega! Já tínhamos alertado!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — ... e que não devem acontecer nas escolas.

É preciso ter em atenção que, de facto, vivemos fenómenos que são novos. Os diretores poderão, em alguma medida, ter sido surpreendidos.

Por exemplo, em relação às consequências — isto foi público —, houve diretores que, manifestamente, não percebiam quais eram as suas responsabilidades e foi aberto inquérito imediatamente. Em relação aos restantes, foram ouvidos e a Inspeção-Geral de Educação e Ciência está a produzir um relatório sobre essa audição.

Vejam, quando estamos a falar de cerca de 80 escolas, aquilo de que estamos a falar não é — diria eu — uma situação de negligência, mas talvez uma situação que, pela sua novidade, surpreendeu os diretores. E,

por isso, o objetivo do Ministério, a posição do Ministério é: se tiver havido negligência, obviamente tem de haver consequências disciplinares; nos casos em que, face à novidade destes fenómenos, é preciso termos outro tipo de comportamento, em que todos os agentes têm de aprender com eles, penso que as recomendações no documento que o grupo de trabalho ontem enviou às escolas podem ser muito úteis, porque nos devem fazer pensar a todos, em particular às direções das escolas, sobre como é que se regula a entrada de outras entidades nas escolas.

Já tínhamos suscitado essa questão no âmbito da revisão da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, em que já prevíamos, precisamente, que qualquer entrada na escola, mesmo para efeitos de participação nessa disciplina, tinha de estar prevista no plano de atividades...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — ... e validada pelo Conselho Geral. E, no fundo, isto aplica-se a toda a entrada de entidades externas na escola.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Ainda no tempo do Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem outra vez a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, para colocar questões.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, faço uma pergunta sobre ensino superior e sobre uma polémica relacionada com a Universidade Nova.

Pergunto-lhe, não só como Ministro, mas também como professor universitário, se considera que o projeto da Nova SBE, da Nova *School of Law* e da Nova *Medical School* é prejudicado ou é favorecido por ter ensino em língua inglesa e por ser aberto a professores contratados internacionalmente.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Já nem tem siglas em português!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E, do ponto de vista da internacionalização, e em particular dos *rankings*, que impactos poderia ter nos resultados dessas instituições uma mudança de rumo, face àquele que foi trazido até agora?

*Aplausos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Então aqui o português já não interessa?! Não são como os *ubers*?!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Nuncio, estes projetos da Universidade Nova que referiu são projetos de referência a nível internacional, que alcançaram resultados que devem orgulhar o País. Contribuíram, tal como outras instituições, para que Portugal hoje seja visto pelo mundo como um País que gera talento ao mais alto nível.

Esta Universidade, como outras em Portugal, atrai estudantes de todo o mundo —...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — ... de toda a Europa, dos Estados Unidos, do Canadá, de muitos países — e, obviamente, estes projetos são essenciais para a internacionalização do ensino superior português e para a sua competitividade.

Nós estamos, cada vez mais, num espaço europeu de ensino superior, num espaço internacional, e precisamos de que as nossas instituições tenham instrumentos para poderem competir com as outras instituições.

A discussão que está a acontecer está no âmbito da autonomia e penso que não está em causa a proibição do ensino em inglês. Isso ainda não ouvi.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem outra vez a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, para uma pergunta.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, uma última questão relacionada com a indisciplina nas salas de aula.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Pensei que fosse a indisciplina no Parlamento!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É uma das principais preocupações das famílias, dos professores, dos diretores e dos profissionais que trabalham nas escolas. E atenção, Sr. Ministro, não estamos a falar só de violência fora das escolas, estamos a falar de ruído, estamos a falar de desordem, estamos a falar de insubordinação na sala de aulas, que prejudicam o ensino e a aprendizagem dos alunos.

O RASI, *Relatório Anual de Segurança Interna*, foi ontem publicado — já foi referido — e denuncia um aumento de 76 % das ocorrências não criminais provocadas no meio escolar entre 2024 e 2025. Isto não é aceitável.

E, por isso, pergunto-lhe: que medidas tem o Governo pensadas para combater a insubordinação nas salas de aula? E para quando a revisão do Estatuto do Aluno e Ética Escolar?

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Nuncio, obviamente a autoridade do Diretor e a autoridade dos professores na escola são essenciais. Aliás, nós tornámos crime público — aliás, aqui, na Assembleia, por proposta do Governo — qualquer agressão a um professor. E é fundamental que essa imagem de autoridade do professor seja cada vez mais robustecida.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar ao tempo do Bloco de Esquerda. Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, para colocar questões.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministro, hoje é dia 1 de abril, dia das mentiras, não podia haver data mais adequada para termos este debate.

*Protestos da IL e do CH.*

A AD completa 729 dias de governação e o problema da falta de professores está pior do que no primeiro dia. Recordemos que, em novembro de 2024, o Sr. Ministro anunciou triunfante: Menos 89 % de alunos sem professor.» — foi capa de jornal, motivo de orgulho no Governo, mas foi, acima de tudo, mentira.

Foi como medir toda a água que entrou pelo telhado durante o inverno, comparar com o que goteja no verão, num dia de sol, e dizer que o telhado está arranjado. Como é evidente, foi descoberta a mentira.

O Sr. Ministro encomendou uma auditoria à KPMG (Klynveld Peat Marwick Goerdeler), pagou 53 000 € e a auditoria chegou três meses atrasada, para concluir que não consegue concluir coisíssima nenhuma, que não consegue dizer ao País quantos professores faltam.

Entretanto, o problema agravou-se. No final deste segundo período, sabemos que há mais 10 % de horários sem professores, 40 000 alunos por semana sem, pelo menos, um docente e nenhum distrito do País poupado.

O Governo pondera agora tirar Saramago, o único Nobel português, do ensino obrigatório de Português.

O Sr. **Marcus Silva** (CH): — E bem!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Em parte, o Sr. Ministro já tinha feito isso, porque em parte do território nacional já não há professores que lecionem José Saramago no ensino obrigatório.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Graças a Deus!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — São 729 dias, Sr. Ministro. A receita para resolver estruturalmente o problema existe, é conhecida: profissionalização extraordinária, mestrados gratuitos com mais vagas, salários dignos e um Estatuto que respeite quem escolhe ser professor.

O problema, como o Sr. Ministro sabe, não está na receita, está mesmo no cozinheiro que, em vez de cozinhar, decidiu auditar a ementa.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ah!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Não digas isso que eles ainda não almoçaram!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, lá está, suponho que o Sr. Deputado seja um defensor da escola pública, mas não sei como é que uma pessoa que defende a escola pública vem dar um número aqui em que diz que 10 % — foi isso que disse, não é? —...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Mais de 10 %!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — ... estão em falta, ou seja, 10 % dos horários não estão preenchidos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Mais 10 %!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Mais 10 %? Gostava de saber qual é a sua fonte de informação, porque eu vou repetir.

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — É a FENPROF.

*Protestos da IL.*

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Está a ver, se eu não tivesse dado esse número no meu discurso, ainda podia aceitar que viesse enganado para aqui, mas vou repetir: na última semana, e este tem sido o valor ao longo das últimas semanas — depois de eliminarmos uma quantidade enorme de horários repetidos que sobrestimavam a falta de professores —, o número de professores em falta era 488, sendo que apenas cerca de 260 eram completos.

Sabe o que é que isto quer dizer? Estamos a falar, se considerarmos horários completos e incompletos, de 0,4 % ou 0,2 %.

Por isso, não há razão para alarmismo. Veja uma coisa, eu não estou a desvalorizar o problema. Mesmo quando estamos com 0,4 % de horários por preencher, tendo em conta que estamos a falar de mais de

120 000 professores, é um número elevado, não estou a desvalorizar a gravidade. Mas, felizmente, não se compara com aquilo que o Sr. Deputado pensa que é o problema.

Felizmente, a escola pública está em muito melhor situação do que o Sr. Deputado pensa.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, farei distribuir as fontes — aliás, o Sr. Ministro conhece-as, pois estão reproduzidas na comunicação social, desde o dia 30 de março — e farei chegar os documentos à bancada do Governo.

*Protestos do PSD.*

O Sr. Ministro entrou neste debate com uma novidade para o País: afinal, não temos falta de professores, temos é professores a mais.

**Vozes do PSD:** — Não diga isso!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É pena que este debate seja no dia 1 de abril, porque no dia 2 de abril tenho a certeza de que o Sr. Ministro não teria coragem de dizer isto a todas as famílias que diariamente veem os seus alunos com falta de professores.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ó valha-me Deus!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado, aquilo que eu disse, fique a saber, é verdade: há escolas em Portugal que têm professores a mais.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Onde? Qual é a escola?

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação:** — Olhe, vou dar-lhe um exemplo, de uma que está identificada e que tem 27 professores a mais. Sabe o que é isso?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Qual é a escola? Diga lá!

*Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva e contraprotestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.*

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação:** — Se se preocupasse com recursos públicos...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Qual é a escola?!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação:** — Está sob inquérito, não posso falar agora.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Ah...!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação:** — São várias, não é só uma. Eu sei que os recursos públicos para o Sr. Deputado não são uma preocupação.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Ministro: Hoje ficámos, de facto, a saber que existe algum preconceito ideológico no que respeita a retirar Saramago dos currículos e, se dúvidas houvesse, bastaria ouvir a sua afirmação de há pouco e até a comparação com o facto de haver outros escritores associados ao PCP para percebermos, claramente, ao que vem.

O Sr. Ministro até conseguiu fazer a proeza — e vou falar-lhe em gíria futebolística, tendo em conta aquilo que tem sido, de alguma forma, a paixão do Governo nesta matéria — de deixar alunos e reitores insatisfeitos: alunos com o aumento das propinas; os reitores com a revisão dos currículos e também com o modelo de acesso e de nomeação nas universidades.

Por isso mesmo, tendo em conta esta atualidade, Sr. Ministro, acho que há, claramente, aqui um rumo que tem de ser afinado e não me parece que esteja a ir por um bom caminho.

Mas há duas questões que gostaria de lhe deixar de forma muito clara. Uma delas tem a ver com as camas de alojamento estudantil, que ainda hoje aqui não foi abordado. Havia uma meta a cumprir — e falamos de 18 000 camas até agosto —, mas até hoje, apenas 3700 camas foram executadas. Isto é, de facto, algo para ser aqui digno do Dia das Mentiras, mas não é.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Outra vez? A mesma conversa!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — E, portanto, gostaríamos de saber quais as metas concretas e como é que o Sr. Ministro vai garantir que não perdemos mais de 500 milhões de euros do PRR para executar estas camas.

Uma segunda questão prende-se também com os conteúdos pedagógicos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E as touradas?!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Saudamos, porque verificámos que há matérias como o ambiente e a proteção animal que estão incluídas,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah...!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... mas a violência doméstica e a violência de género não estão desenvolvidas suficientemente.

Por isso, Sr. Ministro, gostaria de perceber isto. É que já hoje foram aqui expressas algumas preocupações, nomeadamente pelas bancadas que suportam o Governo, em particular o CDS, em relação ao que é dado nas escolas,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — As touradas são uma tradição portuguesa!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... mas o que é importante para combatermos um dos maiores flagelos do nosso País, que é a violência doméstica, não está, neste momento, a ser suficientemente desenvolvido e deveria estar a ser, até em idades mais jovens — refiro-me, nomeadamente, à violência sexual baseada em imagens e à normalização da violência no namoro.

Como falou há pouco na questão da limitação dos telemóveis, pergunto-lhe o que é que vai ser feito na revisão dos conteúdos para garantir que também esta dimensão tem a devida prevenção e a dignidade que merece nos conteúdos letivos.

*Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente João Pedro Aguiar-Branco.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, referiu, no fundo, as reformas que estamos a fazer, ou seja, nós estamos a mudar muitas coisas e quando estamos a mudar é natural que haja discussão. Mas, daí a dizer que há um conjunto de oposição àquilo que estamos a fazer, posso dar-lhe muitos exemplos de apoio daquilo que estamos a fazer entre os grupos que referiu.

A reforma da ação social apresentada pelo Governo foi unanimemente saudada pelas instituições de estudantes, por exemplo, e na iniciativa sobre os graus e diplomas está a ser discutido um aspeto específico que, ainda assim, foi mal interpretado.

*Protestos da Deputada do PAN Inês de Sousa Real.*

Sabe, eu sei que, se calhar, foram demasiados anos habituada a que nada mudasse.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — E nós, como estamos a mudar coisas — estamos mesmo a mudar —, é natural que haja discussão, mas a discussão, para este Governo, é positiva.

O facto de termos discussões com associações de estudantes, com o Conselho de Reitores, com o CCISP é positivo. Nós reunimos com os sindicatos sobre educação. Veja, os sindicatos reconhecem que nunca nenhum Governo reuniu tanto com eles como nós. Por isso, nós estamos mesmo disponíveis para a discussão e a discussão é uma coisa boa, faz parte da democracia.

Em relação às residências, que é uma matéria muito importante, é das matérias mais importantes para o sucesso escolar e para o bem-estar dos estudantes, estou em crer que vamos cumprir as metas que estão definidas.

Há alguns atrasos que resultaram das tempestades, ou seja, houve um conjunto de residências, nomeadamente em Leiria, mas também outras que dependiam de empreiteiros da região de Leiria, que podem estar afetadas, mas a preocupação inicial que houve, foi, neste momento, bastante diminuída, porque o tempo melhorou e estou convicto de que os prazos vão ser cumpridos, embora possa haver uma ou outra residência que fique para trás.

Mas, de qualquer maneira, também gostava de deixar aqui esta palavra: as verbas do PRR que financiam as residências são empréstimos e, por isso, o efeito não seria tão negativo se tivéssemos a componente de subsídios, que não acontece neste caso.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Governantes, amanhã celebramos 50 anos da Constituição da República Portuguesa, que é um marco maior da nossa democracia e que consagrou a educação como um direito fundamental e um dever do Estado.

Estamos também a celebrar os 50 anos das autonomias regionais da Madeira e dos Açores, igualmente consagradas nessa lei fundamental.

Mas é precisamente neste momento simbólico que importa questionar e saber se o Estado português está verdadeiramente a cumprir na sua plenitude esse dever para com todos os cidadãos, incluindo todos aqueles que vivem nas regiões autónomas.

Os dados do Conselho Nacional de Educação, no relatório *O Estado da Educação 2024*, mostram que persistem desigualdades no acesso ao sistema educativo, e essas desigualdades e disparidades, devido, como é óbvio, aos constrangimentos de diversa ordem, são ainda mais profundos nas regiões autónomas, como na Madeira e nos Açores.

Na Universidade da Madeira cerca de 41 % dos estudantes dependem de bolsas de estudo, mais do dobro do que a média nacional. Este número revela não apenas fragilidades sociais, mas também um sistema que não está a garantir igualdade de oportunidades para todos. E acresce que muitos dos jovens são obrigados a

sair das suas regiões, por falta de oferta formativa adequada, como é o caso das regiões autónomas; e quando o fazem, enfrentam custos elevadíssimos, desde habitação, água, luz, alimentação, transportes e propinas, encargos que pesam muito nos orçamentos familiares.

Deixo-lhe, Sr. Ministro, três perguntas, muito diretas. Primeira: que medidas concretas tem o Governo para reduzir essas desigualdades no acesso à educação, principalmente no ensino superior? Segunda: está o Governo disponível para criar apoios específicos para estudantes deslocados, garantindo que nenhum jovem é penalizado pela sua origem geográfica? Terceira: relativamente às regiões autónomas, está o Estado preparado para assumir uma maior responsabilidade financeira no acesso à Universidade da Madeira?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Filipe Sousa, a igualdade de oportunidades no acesso à educação, referimo-lo sempre, é em todo o território nacional: continente e regiões autónomas.

O modelo de ação social que desenhamos e que propusemos permitirá acomodar precisamente as questões que referiu, porque se aplica a todos os estudantes, independentemente da localização que têm no território nacional, pelo que se aplica aos do continente, aos da Madeira e aos dos Açores e funciona da maneira que eu já expliquei há pouco. Assim, tem em conta a disponibilidade financeira da família e os custos reais que vão ser suportados no local para onde vai estudar, ou seja, é ajustado ao local para onde vai estudar.

Por isso, penso que o novo modelo de ação social responde, do ponto de vista dos madeirenses, à questão que colocou, porque serve da mesma maneira para qualquer português em qualquer ponto do nosso País.

Em relação ao papel da Universidade da Madeira e da Universidade dos Açores, são duas instituições essenciais, têm os seus desafios, têm algumas dificuldades que têm de superar, mas é impossível pensarmos o desenvolvimento da Madeira e dos Açores sem estas instituições.

Por essa razão, o Governo já anunciou que haverá uma majoração no próximo Orçamento, de 30 % no orçamento dessas duas instituições, para acomodar os custos da insularidade. Obviamente que isto não resolve tudo, mas penso que é, precisamente, o reconhecimento de um conjunto de desafios que essas instituições insulares têm.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Com esta intervenção do Sr. Ministro terminou o ponto dois da nossa agenda. Agradeço ao Sr. Ministro e aos restantes Membros do Governo a sua presença, sendo que temos agora substituição do Sr. Ministro, com a rapidez com que se substituem os professores.

*Risos.*

*Pausa.*

Já temos o Sr. Ministro presente, pelo que pedia aos Srs. Deputados que estão em pé o favor de se sentarem todos.

*Pausa.*

Srs. Deputados, estamos em condições de passar ao ponto três da nossa ordem do dia, que consiste na reapreciação do Decreto da Assembleia da República n.º 17/XVII — Alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade e do Decreto da Assembleia da República n.º 18/XVII — Altera o Código Penal, criando a pena acessória de perda da nacionalidade, discutido conjuntamente com Petições n.ºs 12/XVII/1.<sup>a</sup> (Ilia Bobin e outros) — Pela criação de um regime transitório que mantenha temporariamente o prazo de cinco anos para a naturalização dos estrangeiros residentes legalmente em Portugal, em caso de alteração à Lei da Nacionalidade (Lei n.º 37/81), 60/XVII/1.<sup>a</sup> (Juliet Cristino e outros) — Alteração à Lei da

Nacionalidade relativa à contagem dos cinco anos de residência legal em Portugal para naturalização, e 73/XVII/1.<sup>a</sup> (Priscila Santos Nazareth Correa e outros) — Solicitam a alteração da Lei da Nacionalidade, no sentido de o prazo de residência, para efeitos de naturalização, continuar a contar-se a partir do momento do pedido da autorização de residência, por qualquer via formulado, e de ser estabelecida uma norma transitória para quem já reúne o requisito vigente da residência legal de cinco anos mas ainda não apresentou o seu pedido.

Dou a palavra ao Sr. Ministro da Presidência, para fazer a intervenção inicial.

O Sr. **Ministro da Presidência** (António Leitão Amaro): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Durante décadas houve em Portugal um consenso sobre a lei da nacionalidade. Um consenso de que para atribuir cidadania portuguesa se exigia ligação efetiva à comunidade nacional.

Era um consenso de que a cidadania pressupõe já haver integração e não que seja uma ajudinha que se dá para chegar à integração, mas um consenso de que o passaporte português não pode ser um produto para comerciar.

Infelizmente, aquele consenso de décadas foi quebrado a partir de 2018 por outros Governos e outras maiorias.

Mas hoje — hoje! — é o dia de repor aquele consenso nacional corrigindo o facilitismo de sete anos. Hoje, todas as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados têm o poder de dar a Portugal a Lei da Nacionalidade que os portugueses querem. E alguns partidos têm até a oportunidade de corrigir os seus erros históricos. Hoje é o dia de escolher entre deixar andar o facilitismo ou repor o consenso e a exigência de que tem de haver ligação efetiva para acesso à nacionalidade portuguesa.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, este é um processo que já vai longo. Corre exatamente há um ano. Foi no início de abril de 2025, ainda antes das últimas eleições legislativas, que nós, no Governo, propusemos ao País reformar a Lei da Nacionalidade para reforçar a exigência e alargar prazos de residência.

Ao longo deste ano tivemos, muitos de nós, paciência, espírito efetivo de diálogo, respeito pelas instituições — todas as instituições —, mas nunca prescindimos do nosso reformismo, nunca prescindimos do reformismo.

Hoje, cada Deputado decide se quer realinhar Portugal com as democracias europeias e se quer, ou não, repor o consenso que valoriza o conhecimento da língua portuguesa, o compromisso com os nossos valores fundamentais e o respeito indispensável com os direitos e deveres estabelecidos na lei portuguesa.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a Lei da Nacionalidade é das mais importantes leis de um país. É a lei que define quem é o povo, quem lhe pertence e quem tem o leque máximo de direitos e deveres.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Define quem é a nossa comunidade — mas como comunidade cívica, não uma definição como comunidade étnica. Não é a cor da pele, não é a religião, nem é uma ideologia que nos define — é a comunhão de valores fundamentais, de língua, de cultura; é a nossa história coletiva; é uma responsabilidade comum de direitos e deveres que aceitamos partilhar uns com os outros; é uma comunidade de pertença e de orgulho na história e orgulho na Pátria.

Sim, patriotismo é bom. O nacionalismo é que é mau. E são tão diferentes um do outro! Patriotismo é pertença, amor ao que é nosso, preservação do nosso chão comum, do que nos é próprio, como a cultura, a língua e a tradição. O patriotismo é respeito pelos outros — povos e pessoas. O nacionalismo é que é exclusão, mania de superioridade, rejeição do que é diferente, raiva e confrontação. Patriotismo é amor ao que é nosso e é comunidade. Nacionalismo é que é ódio e hostilidade.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, hoje somos chamados à aprovação da nova Lei da Nacionalidade, reafirmando mudanças que aprovámos há uns meses e que se destinam a repor consensos.

E agora, hoje, aqui, estamos estritamente focados em ultrapassar as objeções levantadas pelo Tribunal Constitucional. Poderia recordar que o Tribunal validou a grande maioria das alterações da lei e validou tudo o que é essencial na lei aprovada aqui no Parlamento, dos prazos mais longos aos requisitos mais exigentes, e

mesmo a perda da nacionalidade que é referida expressamente na própria Constituição. Eu poderia notar aqui que várias das desconformidades identificadas pelo Tribunal não estavam na proposta original do Governo, mas resultaram da especialidade, aqui no Parlamento.

Mas eu prefiro destacar que hoje é o dia de dar a Portugal uma nova Lei da Nacionalidade. Nacionalidade que é de sangue e de solo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Uma lei que é de abertura, mas mais exigente. Que é de patriotismo, sim, mas não de nacionalismo. É uma lei equilibrada, exigente e humanista que cumpre as exigências constitucionais, que é pedida pelos portugueses e que pode merecer a aprovação alargada deste Parlamento.

Esta é a lei de que Portugal precisa. Isto é reformar por Portugal.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, do Chega.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O País vota hoje uma nova Lei da Nacionalidade, não nova no seu espaço e no seu tempo, mas uma procura incessante de dar ao País a resposta que após o veto do Tribunal Constitucional era imperioso dar.

Quem se torna português, quem quer ser português, quem deseja ser português, não pode ser português de papel. Quem quer e quem deseja ser português não pode ser português num documento. Quem quer e deseja ser português tem de ter uma ligação efetiva a esta Pátria que amamos, a esta cultura que amamos e a este País que prezamos.

*Aplausos do CH.*

Por isso, era importante corrigir aquilo que era um desequilíbrio histórico que o Partido Socialista e a extrema-esquerda trouxeram para Portugal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — A ideia de que qualquer um podia ser nacional desde que aqui parasse, ou mesmo que os que aqui nunca pararam viessem a obter nacionalidade portuguesa através de um qualquer documento arranjado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Hoje é o Dia das Mentiras!

O Sr. **André Ventura** (CH): — A ideia de que se pode pertencer a uma comunidade sem ser parte dessa comunidade. A ideia de que Portugal estava à venda e a ideia de que qualquer um podia comprar a sua parte.

Hoje, nós conseguimos a reposição de uma realidade e de um valor fundamental, que é o de que quem quer fazer parte desta comunidade tem de começar por dizer e sentir isto — eu amo esta comunidade, eu amo este País!

*Aplausos do CH.*

Mas nem só de amor é feita esta lei. É também feita para aqueles que, tendo obtido a nacionalidade portuguesa, cometeram depois crimes, traindo a confiança da comunidade que neles a depositou. Nas negociações levadas a cabo entre o Chega, o Governo e a maioria PSD/CDS, conseguimos a alteração de coisas importantíssimas como a de que quem seja condenado após obter a nacionalidade, por crimes de associação criminosa, ligação a tráfico de droga ou de armas, não permaneça como português.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Francamente, isto nem deveria ser objeto de discussão, nem do Chega, nem do PS, nem do PSD, nem do CDS. Isto deveria ter sido feito desde o início. Não o fizemos por uma razão: o PS traiu o seu País. Nós estamos a repor hoje a verdade dessa traição. O PS traiu o seu País!

*Aplausos do CH.*

O Chega, naturalmente, queria ir mais longe nesta lei, mas entendemos que a democracia é mesmo assim. Entendemos que chegar a um consenso nesta matéria era melhor do que não ter nenhuma Lei da Nacionalidade.

Aquilo que damos hoje é um passo importante para garantir que aqueles que cometem crimes na Pátria portuguesa perderão a nacionalidade que obtiveram, precisamente, dessa Pátria portuguesa. Garantimos hoje que os que obtiveram fraudulentamente a nacionalidade portuguesa não a voltarão a obter, pois que verdadeiramente a obtiveram de forma fraudulenta.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, esta não é apenas uma lei banal, esta não é uma lei procedimental, esta não é apenas uma norma que a Assembleia da República aprovará hoje.

Hoje, perante as instituições, o País e a Europa, realinhamo-nos com o melhor que tem sido feito na Europa, realinhamo-nos com o melhor que tem sido feito no mundo, mas, sobretudo, transmitimos aos quatro cantos do mundo e às nossas instituições dois sinais importantes: às nossas instituições, todas elas internas, a mensagem de que nada pode bloquear a vontade de um povo, de que nada pode bloquear a vontade do povo português;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... e ao mundo inteiro, à Europa inteira, a mensagem que desde cedo devíamos ter passado e que a esquerda não aceitou passar, de que Portugal não está, nunca estará à venda!

*Aplausos do CH, de pé.*

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Governantes, esta reapreciação deve ter um objetivo claro: dar a resposta necessária ao Tribunal Constitucional sem desvirtuar aquilo que foi amplamente debatido e aprovado pela maioria nesta Assembleia.

O Tribunal Constitucional apontou problemas concretos e normas concretas. O que se impõe ao legislador é corrigir esses pontos com rigor, com respeito pela Constituição. Mas isso não significa deitar fora todo o sentido político da lei, nem apagar o trabalho e a vontade maioritária desta Câmara.

As propostas apresentadas pelo JPP, que vamos seguramente apreciar e votar, vão precisamente nesse sentido, de corrigir o que tem de ser corrigido, expurgar as normas mais problemáticas e contribuir para uma solução constitucionalmente segura, sem abdicar do essencial da adoção política que foi votada.

É esse o nosso sentido de responsabilidade que espero ver comum nesta aprovação nesta Casa.

O Sr. **Presidente**: — Surpreendentemente, não tenho mais inscrições para intervenção.

*Burburinho na Sala.*

Não há inscrições, portanto, vou encerrar o ponto da ordem de trabalhos.

Entretanto, a Mesa recebeu a inscrição da Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real.

Faça favor, tem a palavra para uma intervenção.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, o PAN entende que este assunto é demasiado sério para que efetivamente nos furtemos ao debate, apesar de hoje ser o Dia das Mentiras.

*Protestos do CH e do CDS-PP.*

Devíamos estar aqui a debater os problemas reais do País, mas, ao invés, estamos aqui a debater um pseudoproblema do Chega a que lamentavelmente o PSD agora se juntou.

Nós podíamos estar apenas a discutir aqui as questões...

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Desculpe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, pedia aos serviços para pararem a contagem do tempo.

Estamos a ouvir todos os intervenientes com o direito à diferença e, portanto, agora, está a intervir a Sr.<sup>a</sup> Deputada, pelo que acho que é um princípio básico ouvi-la.

*Protestos do CH e do CDS-PP.*

Srs. Deputados, vamos ouvir a Sr.<sup>a</sup> Deputada da mesma forma que ouvimos o Sr. Deputado André Ventura, não é?

*Protestos do CH.*

Não é diferente, é igual.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor, tem a palavra.

*Aplausos do L e do BE.*

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Por muito que o Chega não goste, a legitimidade é igual, somos todos eleitos pelo povo português.

*Protestos do CH.*

E, sobretudo, há uma grande diferença, é que o Chega insiste e teima em relação àquilo que são as objeções do Tribunal Constitucional. Compreendemos, por isso, que depois também seja tão difícil para o Chega conseguir eleger quem quer que seja para o Tribunal Constitucional.

*Protestos do CH.*

A verdade é que já vimos o mesmo com a lei da identidade de género e vemo-lo agora com a Lei da Nacionalidade. Estar aqui a propor penas acessórias não só levanta, de facto, dúvidas de constitucionalidade, como não vimos um exemplo prático. Aliás, não vimos nenhum exemplo concreto por parte do Sr. Deputado André Ventura, naquilo que possa ser a necessidade de aplicação desta pena acessória.

*Protestos do CH.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não? O violador!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Por isso mesmo, o PAN não dá para este peditório da proposta, não só da alteração da Lei na Nacionalidade. Entendemos que uma discussão séria seria debatermos os problemas da AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo), os reforços humanos.

Nesse aspeto, Sr. Ministro, lamentamos profundamente, que ao fim deste tempo...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, é o mesmo povo português que votou na Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real — é o mesmo, exatamente o mesmo!

*Aplausos do PS, do L e do BE.*

**Vozes do CH**: — Com um bocadinho menos de votos!...

O Sr. **Presidente**: — Portanto, é verdade quando dizem que é preciso respeitar quem votou no Chega, mas o mesmíssimo respeito temos de ter pelos portugueses que votaram na Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, certo? É a mesma coisa, cada voto vale um voto, cada português vale exatamente o que vale outro português.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mucho, que também está aqui sem ser convidado, mas que tem portugueses que votaram no Sr. Deputado Paulo Mucho.

Faça favor, para uma intervenção, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Sr. Presidente, felizmente fui convidado pelos portugueses para aqui estar.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, permitam-me também que saúde os petionários das três petições que discutimos aqui em conjunto com esta reapreciação da Lei da Nacionalidade.

Reafirmamos aqui aquilo que já dissemos sobre esta matéria: não está demonstrada a necessidade de fazermos alterações profundas à Lei da Nacionalidade, nem que exista um problema com a atribuição de nacionalidade no nosso País.

Este foi um processo apressado em que a maioria de direita não quis ouvir ninguém. Aliás, o consenso e a paciência de que o Sr. Ministro ali falou faltou muito na especialidade, e por isso é que aqui estamos novamente.

O Livre apresenta várias propostas de alteração: desde logo, manter o prazo dos cinco anos, como temos na nossa lei neste momento, para a atribuição da nacionalidade.

Tendo em conta que esta lei que foi aprovada cria especiais dificuldades às crianças na aquisição da nacionalidade, em vez dos cinco anos de residência dos progenitores, propomos dois anos.

Também na proteção das pessoas apátridas, tema que preocupa especialmente o Livre, apresentamos alterações para que essa proteção seja efetiva e não apenas uma fachada.

Os partidos da direita insistem na perda de nacionalidade e não vemos como é que esta proposta pode ser constitucionalmente viável. Estas propostas de alteração não o resolvem. Nós esperaríamos que o PSD já tivesse percebido que legislar ao sabor dos desmandos da extrema-direita tem este resultado: legislar contra a Constituição.

*Aplausos do L e do PS.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está a ver? É um provocador!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Sr. Presidente, em resposta aos pedidos que também nos chegam das várias petições que aqui analisamos hoje, quaisquer alterações aos prazos devem acautelar as legítimas expectativas dos nossos concidadãos e prever regimes transitórios.

Por fim, o Sr. Ministro falou-nos ali de patriotismo e fez uma defesa do seu patriotismo. Sr. Ministro, ser patriota é valorizar a nossa cultura e a nossa língua, não é relegar para segundo plano o Nobel da literatura português.

*Aplausos do L.*

**Vozes do CH:** — Oh!...

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Ser patriota não é bater no peito porque não se pode vender a nacionalidade, quando foram os senhores que criaram um regime que previa precisamente a venda da nacionalidade e que criou uma das maiores crises de habitação do nosso País.

*Aplausos do L.*

Sr. Ministro, ser patriota é respeitar a nossa história; é respeitar a história de milhares e milhares de portugueses que emigraram, que foram para o estrangeiro e que lá tiveram de ouvir as mesmas coisas que agora se ouvem aqui neste Plenário.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Como a Joacine!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Ministro, os patriotas não são aqueles que dão as mãos à extrema-direita,...

*Protestos de Deputados do CH.*

... que se aliam àqueles que nos querem dividir e àqueles que querem destruir o sistema por dentro. Sr. Ministro, os patriotas não estão desse lado. Os patriotas estão deste lado, a defender a Constituição e a defender a nossa comunidade.

*Aplausos do L e da Deputada do PS Lia Ferreira.*

*Protestos do CH e do CDS-PP e contraprotestos do L.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Chama a Joacine!

O Sr. **Presidente:** — Agora vai intervir o Sr. Deputado Rui Rocha.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A posição que defendemos relativamente a aspetos essenciais da nossa relação com os estrangeiros, no momento histórico atual, pode ser resumida em três aforismos.

Primeiro, quem tem trabalho entra.

Segundo, quem cumpre a lei fica.

Terceiro, quem permanece durante um período alargado e adere aos princípios e valores da nossa comunidade pode aspirar a adquirir a nacionalidade portuguesa.

Ora, hoje é precisamente este terceiro ponto da nacionalidade que discutimos. Isso obriga-nos a explicitar a ideia que temos da nacionalidade, quer o conteúdo dos valores quer os princípios aos quais é necessário aderir para a adquirir.

Quanto à nacionalidade, Miguel Torga descrevia a Pátria como o espaço telúrico e moral, cultural e afetivo, onde cada natural se cumpre humana e civicamente. Só nele, dizia, a respiração é plena, o instinto sossega, a inteligência fulgura, o passado tem sentido e seu presente tem futuro. É uma boa descrição que pode servir de chão para erigir a ideia de nacionalidade.

A aquisição da nacionalidade portuguesa não pode, em consequência, ser um mero ato de secretaria.

*Protestos do Deputado do L Rui Tavares.*

Não se reduz a um documento, não pode bastar-se com o mero passar do tempo, não pode ser uma mera transação.

A nacionalidade portuguesa deve ser vista como uma conquista, como um prémio que decorre de um vínculo vivo com a nossa história, um compromisso com o nosso presente e um investimento no nosso futuro.

Quanto aos princípios e aos valores, ocorrem, a título meramente exemplificativo, o reconhecimento da dignidade intrínseca a todos os seres humanos, a liberdade individual, a liberdade económica e a propriedade privada, a igualdade perante a lei, a não discriminação em função das características, escolhas ou grupos de pertença, a proteção dos mais frágeis, as garantias contra o abuso do Estado, a separação entre Estado e religião, a separação e interdependência dos poderes do Estado, o primado da lei ou a cidadania com deveres, obrigações e direitos.

Ora, se esta é a visão que temos, importa perceber qual é a posição do Parlamento e, ao contrário do que é eventualmente a perceção pública e o condicionamento que resulta de certa opinião publicada, a verdade é que existe um grande consenso em três aspetos fundamentais em discussão.

Primeiro consenso: o prazo de residência mínimo para aquisição de nacionalidade deve ser alargado. Entre os que consideram que o prazo-base deve ser alargado para dez anos e os que consideram que o prazo deve ser alargado para nove anos, temos pelo menos 220 Deputados em 230. É esmagador, Srs. Deputados. São mais de 95 % dos Deputados.

Segundo consenso: a condenação prévia por determinado tipo de crimes deve constituir impedimento para a aquisição da nacionalidade portuguesa. Mais uma vez, é esmagador o consenso, são mais de 95 % os Deputados que consideram isto.

Terceiro consenso: a condenação por determinados crimes pode implicar a perda da nacionalidade. Aqui, o consenso não é tão vasto, mas representa, ainda assim, pelo menos 70 % dos Deputados.

Ora, se temos este consenso neste Parlamento, se o País quer uma nova Lei da Nacionalidade, a nossa responsabilidade é aprová-la nestes exatos termos.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Depois de o Tribunal Constitucional ter arrasado a Lei da Nacionalidade, estamos novamente perante um exercício, por parte de PSD, CDS, Chega e também de Iniciativa Liberal, tal como já tinha ocorrido com a lei dos estrangeiros, para manter no essencial os pressupostos iniciais.

A proposta de alteração ao Código Penal para criar uma pena acessória de perda de nacionalidade foi declarada inconstitucional, por unanimidade, pelo Tribunal Constitucional. Sobre esta famigerada proposta não ficou pedra sobre pedra.

Perante a declaração de inconstitucionalidade de um decreto aprovado, o que a Assembleia da República tem de fazer é expurgar essa inconstitucionalidade. Mas não é isso que PSD, CDS e Chega estão a propor.

O que o PSD e o CDS vêm hoje propor à Assembleia da República é que, em vez de abandonar uma proposta manifestamente inconstitucional, se procure driblar o tribunal e fintar a Constituição, fazendo entrar pela janela o que o Tribunal Constitucional não permitiu que entrasse pela porta.

*Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.*

O Chega insiste na inconstitucionalidade à descarada e quer afrontar diretamente os direitos constitucionais e o Tribunal Constitucional. O PSD e o CDS querem fazer o mesmo, mas de forma artilosa, visando o mesmo objetivo.

*Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.*

A declaração de inconstitucionalidade da alínea a) do n.º 2 do artigo 69.º-D é pura e simplesmente ignorada. Não há expurgo nenhum dessa inconstitucionalidade declarada.

Quanto à proibição constitucional de penas de carácter perpétuo que PSD e CDS fazem, é propor um mecanismo que na prática conduz ao mesmo resultado, pelo que o decreto que sai é tão inconstitucional como o decreto que entrou.

O entendimento entre PSD, CDS e Chega só demonstra a sua natureza e as opções retrógradas e reacionárias que partilham.

*Protestos de Deputados do CH.*

Registamos a disponibilidade do Partido Socialista para embarcar em cedências, ainda que em parte.

Quanto às propostas do Livre sobre este decreto, francamente não entendemos nem o que pretendem, nem o que estão aqui a fazer.

*Protestos de Deputados do PSD, do CH e da IL.*

Esta absurda e inconstitucional pena acessória, com carácter automático, não tem ponta por onde se lhe pegue; é para rejeitar.

O País tem muitos problemas por resolver — a Lei da Nacionalidade não é um deles. O Governo não resolve o problema dos baixos salários, da precariedade, do SNS (Serviço Nacional de Saúde), da habitação, mas a sua prioridade é alterar a Lei da Nacionalidade para impor retrocessos.

É de uma total hipocrisia querer alterar a Lei da Nacionalidade para dificultar o acesso à nacionalidade portuguesa por naturalização, evocado um surto migratório, quando todos sabemos que a esmagadora maioria dos processos de concessão de nacionalidade portuguesa nos últimos anos fez-se no âmbito da chamada «lei dos sefarditas»,...

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Essa é que é essa!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — ... com que PSD, CDS, Chega e IL nunca se preocuparam e que permitiu que até o oligarca russo Abramovich tenha obtido a nacionalidade portuguesa.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Ministros, Sr. Secretário de Estado: O Sr. Ministro da Presidência há instantes recordava uma personagem de 1984, O'Brien. É aquele homem que faz explicar a Winston Smith que, no fundo, a verdade é ao contrário. Ou seja, dois mais dois podem ser cinco, desde que haja vontade férrea e convicção no mesmo.

Diz o Sr. Ministro que se quebrou o consenso — o consenso que o próprio PSD validou na maioria das propostas que hoje vem aqui alterar.

Diz mais, o Sr. Ministro: vai repor o consenso — quando, por exemplo, enjeita aquilo que o Primeiro-Ministro em funções, Luís Montenegro, aqui dizia nesta Câmara, em 2005 e 2006, quando defendia um tratamento mais favorável e uma diferenciação que deveria assentar em prazos mais curtos do que aqueles que hoje propõem.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Diz ainda o Sr. Ministro: «Vamos aproximar-nos das democracias europeias», quando, na verdade, as propostas que estão presentes no atual diploma afastam-na da Convenção Europeia sobre a Nacionalidade, afastam-na das recomendações sobre a integração de migrantes e sobre o papel que a nacionalidade deve desempenhar nesse sentido.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É falso! É falso! É falso!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Diz o Sr. Ministro: «Vamos repor requisitos!» Repor requisitos que, por acaso, nunca estiveram na lei.

*Protestos do Deputado do PS Pedro Pinto.*

Diz mais: «Vamos defender os requisitos que estavam em ameaça: a língua.» Nunca ninguém sugeriu nada no que respeitasse à língua portuguesa; antes a valorizamos e valorizamos aqueles que a falam como língua materna.

Diz ainda: «O TC (Tribunal Constitucional) validou as propostas do Governo.» Não, o Governo pronunciou-se sobre aquelas em que entendia que havia inconstitucionalidades, analisou uma meia dúzia em que não identificou inconstitucionalidades e, sobre todas as outras, não disse nada. Portanto, colocar na boca do Tribunal Constitucional palavras que não proferiu também não me parece da melhor boa-fé.

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

Finalmente, convoca o patriotismo. Mas convoca o patriotismo em todo o mal! Em vez de pensar, por exemplo, e pensava que ia por aí; duas semanas depois da morte de Habermas, pensei que pudesse ser o patriotismo constitucional, em torno dos valores, em torno da comunidade, para enjeitar, precisamente, os nacionalismos — mas é o patriotismo que se alia com os nacionalismos para aprovar as alterações! Onde é que está a coerência, Sr. Ministro?

*Aplausos do PS e do L.*

Não ouvimos o que gostávamos de ter ouvido: «Tinham razão, Srs. Deputados. Falhámos, identificámos uma série de inconstitucionalidades e tivemos a oportunidade, na recolha de pareceres e no processo de construção da lei, de atender aos avisos que aqui deixaram.»

Mas não só não justificam, como deixam o problema estrutural, como já foi referido, na perda da nacionalidade. Parece que há passagens do acórdão que não leram ou que preferiram ignorar. O problema mantém-se e a solução que apresentam não é solução para parte dos problemas identificados.

*Aplausos do PS.*

O caminho é conhecido: falhas na auscultação, falhas na ponderação de vários interesses, alterações politicamente objetáveis porque desequilibram verdadeiramente e causam dificuldades às pessoas onde não havia vontade, onde não havia necessidade de criar essas dificuldades na obtenção da nacionalidade.

O Partido Socialista fez algo que parece que era o seu dever. Mais do que tentar insistir porque sabe que não tem maioria — e, nesse aspeto, de facto, estas não são as propostas que proporíamos se tivéssemos a oportunidade de legislar sobre esta matéria —, o que tentámos fazer foi diminuir o dano, tentar com que as alterações não fossem tão gravosas e tão penalizadoras para as pessoas. Aqui estamos de novo com esta boa-fé e basta ler todas as propostas que apresentámos deste setembro para ver como se foram gradualmente aproximando das tentativas de consenso. Mas ficámos parados a meio da ponte à espera de que alguém se dignasse dizer que estavam com essa disponibilidade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tanta fé, tens de ir a Fátima!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Fizeram uma escolha. Tinham a opção de aprovar uma Lei da Nacionalidade menos radical, uma Lei da Nacionalidade com o consenso que se impunha para proteger as pessoas — e optaram por aprová-la com um partido de extrema-direita, cuja visão, cuja narrativa, cuja linguagem é profundamente contrária aos valores da democracia.

*Aplausos do PS.*

Mas ignora mais: ignora tudo aquilo que nos chega da parte das pessoas que nos disseram — e queria saudar os peticionários, porque não desmobilizaram e estiveram sempre presentes na defesa dos seus interesses e direitos — que a Administração Pública falha quotidianamente perante estas pessoas. Estas pessoas enfrentam atrasos no IRN (Instituto dos Registos e do Notariado), enfrentam atrasos na AIMA, enfrentavam atrasos no SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), e não haver um mínimo de disponibilidade para reconhecer isto e para, de alguma forma, proteger as pessoas de falhas que não lhes são imputáveis, pura e simplesmente não é de um Estado que se quer apresentar como pessoa de bem. Tinham essa oportunidade, até de uma forma mais razoável, transitoriamente, para pelo menos dizer que o período de tempo que estas pessoas estiveram à espera devia ser considerado para o seu período de residência ser ponderado na lei. É esse empenho cívico que procurámos traduzir aqui.

Temos três conjuntos de propostas: aquelas que corrigem as inconstitucionalidades corrigíveis, aquelas que introduzem um regime transitório...

*Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

Porque não é perfeitamente natural, não é compreensível que, de um dia para o outro, se dupliquem os prazos de residência para a naturalização. Não é razoável que se desatenda a que todas as pessoas, centenas, que mandam *emails*, que contactam o Parlamento e que dizem que estão à espera há anos de um cartão de residência continuem a ficar com a porta fechada, sem sequer esta possibilidade de gradualmente ir fazendo esse caminho.

Portanto, a escolha que está aqui em cima da mesa é ouvir ou não estas pessoas: os imigrantes que nos falam, pessoas que são arquitetos, que estiveram envolvidos na construção de 200 apartamentos, que preencheriam os requisitos no dia 15 de julho deste ano e que vão ter de esperar mais cinco anos até à nacionalidade.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É a consequência do que vocês fizeram!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Pessoas perfeitamente integradas, filhos de migrantes que nasceram em território nacional, menores que nasceram em território nacional, que vão ter um período de espera mais longo. Pessoas residentes em território nacional, casados com cidadãos da União Europeia, que neste momento tinham vislumbre de, daqui a três anos, poderem ser cidadãos nacionais e vão ter de esperar quase até 2032 ou 2033. Estão integradas, a trabalhar, a contribuir com os seus impostos, com o seu suor e com o seu esforço. São pessoas que vieram para Portugal confiando no que o Estado lhes dizia: que verdadeiramente deviam confiar nas suas opções.

É uma questão de escolhas. As nossas estão feitas: escolhemos defender estas pessoas, escolhemos defender uma Lei da Nacionalidade digna e esperamos que possam fazê-lo também.

*Aplausos do PS e do L.*

O Sr. **Presidente**: — Agora é a vez do Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP. Faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado, Srs.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Hoje é dia de recentrarmos a discussão...

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — É, é!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... e repormos a dignidade naquilo que é a atribuição da nacionalidade portuguesa. A atribuição da nacionalidade portuguesa não é uma coisa qualquer, não é uma discussão como outra qualquer que se faça neste Parlamento. Nós estamos a discutir aquilo que é mais importante num país,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... que é dizer quem pertence e quem não pertence à nossa comunidade. E, por isso, é mesmo uma questão de dignidade.

Portanto, o primeiro requisito não pode ser outro que não o da ligação efetiva.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Neste momento, é preciso dizer-se que é possível ser português sem ter uma ligação efetiva a este País. É possível porque a geringonça e o PS permitiram que assim fosse possível.

*Protestos do PS.*

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É verdade, é!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Também é dia de dizer que a nacionalidade portuguesa não é um direito. A nacionalidade portuguesa é uma consequência: ou já se é português e pode-se ter nacionalidade ou então não se tem qualquer outro direito, porque é preciso ser português primeiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É preciso dizer que a nacionalidade não é uma política de imigração. Nós não damos a nacionalidade como um prémio para quem imigrou para Portugal. A nacionalidade é algo que representa a pertença a essa comunidade, independentemente de cá termos nascido ou termos vindo depois.

Hoje é o dia de terminarmos com o ciclo de facilitismo. O Partido Socialista e a geringonça permitiram que o País, de um momento para o outro, tivesse mais 1 milhão de imigrantes. E o que estávamos a dizer agora é que, de repente, podia...

**Vozes do PS:** — Um milhão?!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É 1 milhão, é! É 1 milhão, é!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — É mais!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E o que estaríamos a dizer...

*Protestos do PS, do L e do BE.*

Podem fazer barulho à vontade, não me incomoda nada.

O que estaríamos a dizer era que, de repente, podíamos ter 10 % da população nacional que era naturalizada de um dia para o outro.

*Protestos da Deputada do PS Isabel Alves Moreira.*

Nós sabemos o que se está a fazer em Espanha para que isso aconteça. Mas isto não é Espanha e isto não é um país qualquer que concede nacionalidade às três pancadas. Não é! Não é!

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

E é por isso que temos de dizer que nós terminámos com o ciclo de facilitismo, mas também terminámos com o ciclo de falta de noção. Sobre esta falta de noção, digo-o com toda a frontalidade: foi a falta de noção da geringonça, foi a falta de noção do Partido Socialista e foi a falta de noção do Tribunal Constitucional, num ativismo judicial que tem de ser denunciado.

*Aplausos do CH e de Deputados do PSD.*

Não é legítimo que o Tribunal Constitucional ache que pode dizer que este requisito é legítimo e o outro não e que este número de anos é legítimo e o outro número de anos não é legítimo. Isso não é fiscalização de constitucionalidade, isso é ativismo e é tentativa de invasão daquilo que é a liberdade deste Parlamento de poder legislar livremente.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Não gostam de liberdade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Temos de dizer claramente que pode atribuir-se nacionalidade, mas também temos de ter o poder de a retirar. O CDS foi o primeiro partido a propor neste Parlamento a retirada da nacionalidade para quem cometesse crimes graves.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E com razão!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Fizemo-lo e hoje vamos concretizá-lo, porque, efetivamente, quem não é digno da nacionalidade que recebeu, tem de a ver retirada.

*Aplausos do CDS-PP, do PSD e do CH.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves está a pedir a palavra para uma interpelação à Mesa. Faça favor.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, queria solicitar, por favor, a distribuição do Acórdão n.º 1133/2025, do Tribunal Constitucional, onde fica claro que o Tribunal nunca se pronuncia sobre a duração de residência como critério de inconstitucionalidade e até diz que a ausência de regime transitório não é inconstitucional. Falta de ativismo é das bancadas da direita na defesa da Constituição, não é seguramente no Palácio Ratton.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Será distribuído.

Sr. Deputado Fabian Figueiredo, tem a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A direita, hoje, no Plenário, em nome da suposta defesa do patriotismo, decide atacar as principais instituições democráticas da República,...

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — É verdade! É verdade!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... da Pátria e a separação de poderes. Ainda bem que o Tribunal Constitucional se pode pronunciar livremente em relação às decisões da Assembleia da República.

*Aplausos do PS e do L.*

É assim em qualquer democracia evoluída.

É desse patriotismo que nos orgulhamos, da separação de poderes, e amanhã faz 50 anos que o patriotismo se funde com os nossos princípios constitucionais.

É, aliás, adequado que a direita e a extrema-direita hoje queiram alterar esta lei. Não fazia o mínimo sentido alterar esta lei noutra dia que não 1 de abril, Dia das Mentiras, porque ela funda-se numa mentira.

Todos nós recordamos que o Sr. Ministro disse que havia um abuso ao recurso à nacionalidade portuguesa, que iriam verificar os dados que iam sair. Saíram os dados e baixaram, à exceção de um dispositivo na lei, a lei dos sefarditas. Essa, sim, pôs a nacionalidade portuguesa à venda e garantiu que um oligarca russo acedesse à nacionalidade portuguesa. De resto, os dados baixaram.

Mas, Sr. Ministro, da mesma forma que as leis se mudam num sentido, mudar-se-ão também em nome do patriotismo...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — E faltou vergonha!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nessa altura, era o PS!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado António Rodrigues, do PSD.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Somos novamente confrontados com a apreciação da Lei da Nacionalidade. Esta discussão foi tida e consensualizada neste Parlamento.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Consensualizada no sentido em que a maioria votou, a maioria aprovou e a maioria discutiu os conceitos que estavam em causa. Ninguém foi capaz de apresentar um novo argumento hoje relativamente a esta discussão, porque não é isso que está em causa.

Unicamente o que esteve aqui em causa foram duas coisas. Em primeiro lugar, a acomodação de tudo aquilo que foi apontado pelo Tribunal Constitucional na pronúncia que fez sobre os Decretos da Assembleia da República n.ºs 17 e 18/XVII. Em segundo lugar — julgo que esta talvez seja a questão mais importante que importa aqui referir —, estes Decretos da Assembleia da República n.ºs 17 e 18/XVII são uma reforma, são uma verdadeira alteração ao regime jurídico que existe.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — São uma alteração em função das circunstâncias, em função da mudança que há no País e também, dizemo-lo claramente, em função da alteração das políticas e da perspetiva política que há na sociedade portuguesa.

E aqueles que querem negar isto não se esqueçam de que uns ganharam as eleições e outros perderam-nas — e esta é a questão relevante que também temos de apontar aqui.

*Aplausos do PSD.*

Nada tem de ficar na mesma, a não ser que se seja de esquerda. E é essa a mensagem que a esquerda aqui nos veio trazer, ou seja, de que são incapazes de uma reforma, são incapazes de uma alteração, são incapazes de fazer algo de diferente apenas e só porque as circunstâncias são diferentes.

Esta é uma reforma que faz parte de um conjunto de outros diplomas que o Governo já apresentou. E o que é que nos diz a esquerda, nomeadamente o Partido Socialista? «Adiem a reforma. Nós, que somos tão bons a governar, nós que somos tão extraordinários a fazer, queremos apenas e só que, quando os senhores têm uma reforma e nós não temos a maioria, adiem essa reforma». Foi dito hoje aqui pelo Partido Socialista. Foi dito nos últimos meses pelo Partido Socialista.

Regime transitório: «Adiemos essas alterações para 2028, talvez 2033».

Chama-se a isto legislar dentro de uma legislatura. E é isto que o Partido Socialista nos oferece, é isto que a esquerda nos oferece, que é a incapacidade de ver que o mundo mudou, a política mudou, o Governo mudou, e o Governo protagonizou esta mudança nestes diplomas.

Tivemos esta discussão na lei dos estrangeiros. Tivemos esta discussão quando criámos a Unidade Especial de Polícia. Tivemos esta discussão na primeira fase do debate da Lei da Nacionalidade. Teremos esta discussão na apreciação da lei do retorno.

Tudo isto faz parte de uma lógica, de uma estratégia, de uma mudança que foi iniciada por este Governo. Quem quer a mudança, apoia; quem tem a perspectiva de que o mundo está diferente no País, apoia; quem quer continuar no lamaçal que tinha, que criou, que provocou e que ainda hoje defende, estará, obviamente, contra esta mesma realidade.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Não faz sentido hoje retomar a discussão sobre a nacionalidade. Se extraíssemos as normas que foram pronunciadas inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional, teríamos, mesmo assim, lei. As normas foram alteradas, mas, se não fossem, nós continuaríamos a ter essa lei. Poderia, eventualmente, a lei ser menos eficaz, seria seguramente menos relevante, mas podíamos ter lei — bastava só confirmarmos o texto originário, onde não foi apontada uma única inconstitucionalidade. E podíamos tê-lo feito, mas decidimos não o fazer.

Decidimos aceitar as questões que foram apontadas pelo Tribunal Constitucional. E o que fizemos? Alterámo-las. O que é que assumimos? Quanto a essas propostas e a esse mesmo entendimento, não obstante todas as caracterizações que quisermos fazer de questões políticas do Tribunal Constitucional, nós dizemos: é uma instituição do País, é uma instituição prevista na Constituição portuguesa, vamos acomodar, vamos aceitar, vamos fazer.

Tal não significa que, perante isto, nós não mudemos politicamente o estado em que estava a Lei da Nacionalidade, destruída que foi sendo ao longo dos últimos anos. Não a reconhecemos e não a assumimos, e entendemos, tal como fizemos com outros diplomas, que era preciso mudar. E fizemo-lo com coragem. Não se diga, e não percebo como é que se pode dizer, que uma lei não foi discutida na sociedade portuguesa de junho até março do ano seguinte — são nove meses de discussão! Ainda hoje, voltam a usar os argumentos com que foram derrotados há três meses, quando discutimos esta lei aqui no Parlamento. É continuar a cavar o buraco onde vão enfiar a cabeça.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — É querer continuar as situações do passado.

*Aplausos do PSD.*

É querer dizer: «Nós não evoluímos. Nós somos, apenas e só, aqueles que defendemos os pequenos nichos de responsabilidade. Uns vamos buscar porque nos interessa, outros vamos buscar porque não os queremos contrapor, nem contrariar. E até vamos buscar petições e, se não as apreciássemos hoje, estaríamos daqui a três meses a pôr em causa novamente a própria Lei da Nacionalidade.»

Aceitámos as petições hoje não porque elas tragam algo novo, não porque elas vão contribuir para um qualquer conhecimento novo desta lei, mas, acima de tudo, porque hoje a lei é votada, é aprovada, é assumida e é para entrar em vigor na sua plenitude, a partir do momento em que o Presidente da República a promulgar, a partir do momento em que ela seja publicada, apenas e só. Acreditamos nas suas soluções, acreditamos que elas são boas para o País e nem vamos discutir as questões de patriotismo.

Há uma questão fundamental: todos aqui somos portugueses; se não fôssemos, não éramos Deputados eleitos.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Isso entendo perfeitamente!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Todos somos Deputados eleitos e esta lei vai ser aprovada, no final, por todos nós.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Com esta intervenção, termina este ponto da ordem de trabalhos e passamos agora às votações regimentais.

*Pausa.*

Peço que seja aberto o sistema para fazermos a verificação de quórum.

O guião de votações já vai na quarta versão e ainda pode chegar uma nova versão. Temos 20 páginas para votar e, para que corra bem, se por acaso entretanto não chegar a versão definitiva do guião, faremos a leitura e a votação dos votos de pesar.

Portanto, peço que seja aberto o sistema para os Srs. Deputados se registarem, inclusive eu próprio. Como habitualmente, se alguém tiver alguma dificuldade, agradeço que o anuncie à Mesa, que é mais fácil para ficar devidamente assinalado pelos serviços.

*Pausa.*

Parece que não há nenhum problema, pelo que o sistema de verificação de quórum pode ser encerrado.

Estão 218 Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados presentes, pelo que temos a maioria necessária para procedermos às votações que são hoje objeto da nossa atenção.

A primeira votação é relativa ao Projeto de Voto n.º 461/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo BE) — De pesar pelo falecimento de Sérgio Fernandez. Peço ao Sr. Secretário José Carvalho o favor de ler o respetivo voto.

O Sr. **Secretário** (José Carvalho): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:  
«Faleceu aos 89 anos, no passado dia 26 de março de 2026, o arquiteto Sérgio Fernandez.

Nascido no Porto, em 1937, Sérgio Fernandez deixa uma marca indelével na arquitetura portuguesa. A sua obra, desenvolvida ao longo de décadas, traduziu com rigor e sensibilidade os princípios do movimento moderno às especificidades do território e da cultura portugueses. Do Bairro do Leal à requalificação do Cinema Batalha e do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, em parceria com Alexandre Alves Costa, no Atelier 15, construiu espaços que respeitam as pessoas e o lugar.

Como professor na Escola do Porto, formou gerações de arquitetos, transmitindo não apenas conhecimento técnico, mas também uma ética de responsabilidade social e rigor profissional.

O seu compromisso com a democracia e a justiça social expressou-se na participação no programa SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), após o 25 de Abril de 1974, no apoio à criação do Bloco de Esquerda e em múltiplas iniciativas cívicas pela preservação da memória da resistência à ditadura e da construção da democracia portuguesa.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Sérgio Fernandez e apresenta sentidas condolências à família e amigos.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

*Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.*

Segue-se o Projeto de Voto n.º 462/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de Silvino Louro. Peço ao Sr. Deputado Francisco Figueira o favor de o ler.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, passo a ler o projeto de voto:

«Faleceu, no passado dia 19 de março, aos 67 anos, Silvino Louro, antigo internacional português e figura marcante do futebol nacional.

Natural de Setúbal, Silvino Louro construiu uma carreira de grande consistência como guarda-redes, tendo representado clubes históricos como o Sport Lisboa e Benfica e o Futebol Clube do Porto, ao serviço dos quais conquistou diversos títulos nacionais e acumulou mais de duas dezenas de internacionalizações pela Seleção Nacional.

Após terminar a sua carreira como jogador, Silvino Louro destacou-se como treinador de guarda-redes, integrando as equipas técnicas de José Mourinho, com quem trabalhou em alguns dos maiores clubes europeus, contribuindo para importantes conquistas desportivas.

Reconhecido pela sua competência, dedicação e discrição, Silvino Louro foi uma das figuras mais respeitadas no universo do futebol, sendo amplamente valorizado pelo seu contributo para o desenvolvimento de gerações de guarda-redes e para a afirmação do futebol português além-fronteiras.

O seu desaparecimento constitui uma perda significativa para o desporto nacional, suscitando manifestações de pesar e reconhecimento por parte de diversas instituições e personalidades do futebol.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, presta homenagem à memória de Silvino Louro, reconhecendo o seu inestimável contributo para o desporto e para a projeção de Portugal no mundo, e expressa à sua família e amigos as mais sentidas condolências.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa deste projeto de voto.

*Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.*

Passamos ao Projeto de Voto n.º 464/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Lionel Jospin, antigo Primeiro-Ministro da República Francesa. Peço à Sr.<sup>a</sup> Secretária da Mesa Joana Lima o favor de o ler.

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária** (Joana Lima): — Sr. Presidente, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Faleceu no passado dia 22 de março, aos 88 anos, o antigo Primeiro-Ministro da República Francesa Lionel Jospin.

Nascido a 12 de julho de 1937, em Meudon, Jospin concluiu o ensino secundário em Sèvres. Ingressou, em 1956, no Instituto de Estudos Políticos de Paris e, em 1963, na École Nationale d'Administration. A sua atividade política ativa tem início neste período, filiando-se em formações trotskistas.

Admitido em 1965 no Ministério dos Negócios Estrangeiros, viria, porém, a renunciar às funções pouco depois, em 1968, em desalinhamento com a resposta do presidente De Gaulle aos protestos estudantis desse ano.

Ingressou em 1971 no Partido Socialista, onde, ao longo da década seguinte, se torna dirigente nacional e próximo da liderança de François Mitterrand. Durante a presidência deste último, a partir de 1981, Jospin assume a liderança do PS francês, até 1988, e viria a integrar os Governos socialistas, entre 1988 e 1992, como Ministro da Educação.

Depois de ter perdido a corrida presidencial de 1995 para Jacques Chirac, Jospin voltou a assumir a liderança do Partido Socialista francês, vencendo as eleições legislativas antecipadas de 1997. Formou então um Governo de coligação, denominado “Esquerda Plural”, que implementaria reformas relevantes, como a semana de trabalho de 35 horas, a lei sobre a paridade na política, o alargamento do acesso à saúde gratuita e a regulamentação das uniões civis.

O insucesso em passar à segunda volta das eleições presidenciais de 2002 determinaria a sua opção de encerrar a sua longa intervenção política. Posteriormente, viria ainda a exercer funções no Conselho Constitucional, entre 2015 e 2019.

Em março de 2005, foi agraciado pelo Presidente Jorge Sampaio com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade de Portugal.

Assim, reunida em sessão plenária, a Assembleia da República manifesta o seu pesar pelo falecimento de Lionel Jospin, prestando homenagem ao seu percurso cívico e político e à amizade que sempre manifestou

em relação a Portugal, transmitindo as suas condolências à República Francesa, à família, aos amigos e ao Partido Socialista francês.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, passamos a votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

*Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.*

Srs. Deputados, vamos guardar 1 minuto de silêncio.

*A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.*

Vamos continuar, porque o guião suplementar está quase a chegar, mas as primeiras três votações que temos para fazer não carecem desse guião suplementar.

Portanto, vou pôr à votação, na generalidade, na especialidade e em votação final global, o Projeto de Lei n.º 243/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Elevação de Botão à categoria de vila.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Votamos agora, na generalidade, na especialidade e em votação final global, o Projeto de Lei n.º 244/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Elevação de Cernache à categoria de vila.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Segue-se a votação, na generalidade, na especialidade e em votação final global, do Projeto de Lei n.º 246/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Elevação de Nogueira do Cravo à categoria de vila.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

E, agora, só um ligeiro compasso de espera, para ver se já temos o guião.

*Pausa.*

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Façamos já as outras três.

O Sr. **Presidente**: — É melhor dizer para o microfone, Sr. Deputado, porque não estou a ouvir.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, se me permite, sugeria que fizéssemos as outras três votações do guião principal enquanto se estabiliza o guião suplementar, para termos condições de o votar.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo objeções, passamos à votação de um requerimento, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, a solicitar a prorrogação do prazo para reapreciação na generalidade, na Comissão de Orçamento e Finanças, por mais 60 dias, dos Projetos de Lei n.ºs 8/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Procede à adaptação da Lei de Enquadramento Orçamental ao disposto na Lei de Bases do Clima e 387/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Altera a Lei de Enquadramento Orçamental, compatibilizando-a com a Lei de Bases do Clima

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Em seguida, votamos um requerimento, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, a solicitar a prorrogação do prazo para reapreciação na generalidade, na Comissão de

Orçamento e Finanças, por mais 60 dias, dos Projetos de Lei n.ºs 14/XVII/1.ª (CH) — Prevê a redução da taxa de IVA aplicável às garrafas de gás butano e propano, 373/XVII/1.ª (IL) — Redução do IVA do gás engarrafado para a taxa mínima, 377/XVII/1.ª (BE) — Reduz o IVA no fornecimento de garrafas de gás butano e propano e 384/XVII/1.ª (L) — Reduz o IVA sobre o gás destinado a consumo doméstico.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Procedemos agora à votação do texto final, apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 474/XVII/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo que reconheça a ilegitimidade do regime venezuelano e apoie a transição democrática no país, 573/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo o reforço dos apoios à comunidade portuguesa na Venezuela e a intensificação de esforços que garantam a libertação dos presos políticos portugueses e lusodescendentes, 674/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que apoie a transição democrática na República Bolivariana da Venezuela, o regresso livre dos líderes da oposição e a realização de eleições justas e transparentes e 681/XVII/1.ª (L) — Em defesa do direito internacional e de uma transição democrática para o povo venezuelano.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e o voto contra do PCP.*

Agora, peço a vossa paciência, mas há várias versões do guião suplementar, que foi sendo alterado e, portanto, é para ver se não há baralhação.

*Pausa.*

O guião está a ser distribuído, segundo a informação que me estão a dar. Para ver se estamos todos com o mesmo, consta assim na página 1: «Versão 4, este guião substitui o anteriormente distribuído.» Foi distribuído, via *email*, às 18 horas e 20 minutos, segundo a informação que me está a ser dada.

O Sr. Pedro Delgado Alves pediu a palavra, faça favor.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, o guião suplementar tem 22 páginas... aliás, agora já deve ir nas 25. Suspeito que muitas votações sejam prejudicadas e, portanto, demore menos do que aparenta, mas, de facto, precisávamos de uns instantes só para poder afinar. Talvez se desse 5 minutos para o efeito...

O Sr. **Presidente**: — Vou suspender por 5 minutos, sem sairmos daqui, para podermos verificar a respetiva versão.

*Pausa.*

As lideranças parlamentares, logo que tenham tudo, informem a Mesa... Quem já estiver OK que o diga.

*Pausa.*

Ora então, estamos quase?

*Pausa.*

Ora bem, só falta um grupo parlamentar concluir o trabalho.

Só para que fique claro que o problema não é da Mesa nem dos serviços, não é!

*Pausa.*

O Grupo Parlamentar do PSD já está em condições?

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então, agradeço o favor de se sentarem e de acompanharmos a votação com cuidado, para que não haja nenhum erro ou engano.

Todos temos a versão 4 do guião suplementar, pelo que podemos dar início a estas votações.

No âmbito da reapreciação do Decreto da Assembleia da República n.º 17/XVII — Alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade, vamos proceder à votação, na especialidade, de propostas apresentadas pelos diversos grupos parlamentares, que incidem sobre os artigos previstos no artigo 2.º do referido decreto.

Começamos por votar a proposta, apresentada pelo BE, de eliminação do artigo 1.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE e do PAN e as abstenções do PS e do JPP.*

Segue-se a votação da proposta, apresentada pelo JPP, de substituição do n.º 3 do artigo 1.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, do PS, da IL, do PCP e do CDS-PP e os votos a favor do L, do BE, do PAN e do JPP.*

*Era a seguinte:*

#### Artigo 1.º

[...]

3 — A atribuição da nacionalidade portuguesa ao abrigo da alínea *d*) do n.º 1 pressupõe o preenchimento dos requisitos constantes das alíneas *c*) a *e*) e *g*) a *h*) do n.º 1 do artigo 6.º.

O Sr. **Presidente**: — Votamos agora a proposta, apresentada pelo BE, de eliminação do artigo 3.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE e do PAN e as abstenções do PS e do JPP.*

Srs. Deputados, vamos votar a proposta, apresentada pelo JPP, de substituição do n.º 4 do artigo 3.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, do PS, da IL, do PCP e do CDS-PP e os votos a favor do L, do BE, do PAN e do JPP.*

*Era a seguinte:*

#### Artigo 3.º

[...]

4 — A aquisição da nacionalidade com fundamento nos n.ºs 1 e 3 depende da não verificação de nenhuma das situações previstas nas alíneas *g*) e *h*) do n.º 1 do artigo 6.º.

O Sr. **Presidente**: — Prosseguimos com a votação da proposta, apresentada pelo BE, de eliminação do artigo 5.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, IL e CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE e do PAN e as abstenções do PS e do JPP.*

Srs. Deputados, vamos votar a proposta, apresentada pelo BE, de substituição do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE e do PAN e as abstenções do PS e do JPP.*

*Era a seguinte:*

#### Artigo 6.º

[...]

1 – O Governo concede a nacionalidade portuguesa aos indivíduos que, no momento do pedido, satisfaçam cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Serem maiores de idade, segundo a lei portuguesa;
- b) Residirem legalmente no território português há pelo menos sete anos, no caso de nacionais de países de língua oficial portuguesa e de cidadãos de Estados-Membros da União Europeia, ou 10 anos, no caso de nacionais de outros países;
- c) Comprovarem, através de teste ou de certificado, conhecer suficientemente a língua e a cultura portuguesas, a história e os símbolos nacionais;
- d) Conhecerem suficientemente os direitos e deveres fundamentais inerentes à nacionalidade portuguesa e a organização política do Estado português;
- e) Declararem solenemente a sua adesão aos princípios fundamentais do Estado de direito democrático;
- f) Não terem sido condenados, com trânsito em julgado da decisão judicial, com pena de prisão igual ou superior a 2 anos, por crime punível segundo a lei portuguesa;
- g) Não constituírem perigo ou ameaça para a segurança ou a defesa nacional, nomeadamente pelo envolvimento em atividades relacionadas com a prática de terrorismo, criminalidade violenta, especialmente violenta ou altamente organizada;
- h) Não serem destinatários de medidas restritivas aprovadas pela Organização das Nações Unidas ou pela União Europeia, na aceção da Lei n.º 97/2017, de 23 de agosto;
- i) Possuírem capacidade para assegurar a sua subsistência.

2 – O Governo concede a nacionalidade aos menores nascidos no território português, filhos de estrangeiros, desde que, no momento do pedido, estejam cumulativamente preenchidos os seguintes requisitos:

- a) Um dos progenitores resida legalmente em território nacional há pelo menos cinco anos;
- b) O menor se encontre inscrito e a frequentar regularmente a escolaridade obrigatória, quando aplicável;
- c) Caso tenha completado a idade da imputabilidade penal, o menor cumpra os requisitos das alíneas e) a h) do número anterior.

3 – O Governo concede a nacionalidade portuguesa aos apátridas que residam legalmente em Portugal há pelo menos quatro anos, que satisfaçam cumulativamente os requisitos previstos nas alíneas c) a h) do n.º 1.

4 – O Governo pode conceder a nacionalidade, designadamente ponderando o superior interesse da criança, aos menores acolhidos em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, na sequência de medida de promoção e proteção definitiva, judicial ou administrativa, aplicada ao abrigo da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada em anexo à Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, cabendo ao Ministério Público promover o respetivo procedimento de naturalização.

5 – (Revogado.)

6 – O Governo pode conceder a nacionalidade, com dispensa do requisito previsto na alínea *b*) do n.º 1, aos indivíduos que, mantendo laços de ligação efetiva à comunidade nacional, tenham perdido a nacionalidade portuguesa e nunca tenham adquirido outra.

7 – (Revogado.)

8 – O Governo pode conceder a nacionalidade, com dispensa do requisito previsto na alínea *b*) do n.º 1, aos indivíduos que sejam descendentes em 3.º grau na linha reta de portugueses originários e que tenham residência legal em território nacional há pelo menos cinco anos.

9 – O Governo pode conceder a nacionalidade, com dispensa dos requisitos previstos nas alíneas *b*) e *c*) do n.º 1, aos estrangeiros que tenham prestado ou sejam chamados a prestar serviços relevantes ao Estado português.

10 – Presume-se que os nacionais de países de língua oficial portuguesa preenchem o requisito da primeira parte da alínea *c*) do n.º 1, salvo nos casos em que a falta de domínio da língua portuguesa, evidenciada pelo requerente junto dos serviços competentes, seja manifesta.

11 – A prova da inexistência de condenação, com trânsito em julgado da decisão judicial, com pena de prisão igual ou superior a 2 anos, referida na alínea *f*) do n.º 1, faz-se mediante a exibição de certificados de registo criminal emitidos:

a) [...]

b) [...]

12 – O procedimento de naturalização das pessoas abrangidas pelos n.ºs 2, 3 e 4 é gratuito.

13 – (Revogado.)

O Sr. **Presidente**: — Passamos à votação da proposta, apresentada pelo Livre, de eliminação da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do PCP e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP.*

Votamos agora a proposta, apresentada pelo PS, de substituição da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP e do BE, o voto a favor do PS e as abstenções do PAN e do JPP.*

*Era a seguinte:*

#### Artigo 6.º

[...]

1 — O Governo concede a nacionalidade portuguesa aos indivíduos que, no momento do pedido, satisfaçam cumulativamente os seguintes requisitos:

a) [...];

b) Residirem legalmente no território português há pelo menos seis anos, no caso de nacionais de países de língua oficial portuguesa e de cidadãos de Estados-Membros da União Europeia, ou nove anos, no caso de nacionais de outros países;

O Sr. **Presidente**: — Votamos, de seguida, a proposta, apresentada pelo Livre, de substituição da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do L e do PAN e as abstenções do PS, da IL, do BE e do JPP.*

*Era a seguinte:*

Artigo 6.º  
[...]

1 — [...]:

a) [...];

b) [...];

c) Comprovem, através de teste ou de certificado, conhecer suficientemente a língua, a História e os símbolos nacionais;

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar à votação da proposta, apresentada pelo Livre, de substituição da alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, do PCP e do CDS-PP e os votos a favor do PS, da IL, do L, do BE, do PAN e do JPP.*

*Era a seguinte:*

Artigo 6.º  
[...]

1 — [...]:

a) [...];

b) [...];

c) [...];

d) Conhecerem suficientemente os princípios fundamentais e os direitos e deveres fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa inerentes à nacionalidade portuguesa e a organização política do Estado português;

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora proceder à votação da proposta, apresentada pelo JPP, de eliminação da alínea f) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, do PS, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do L.*

O Sr. Deputado António Rodrigues pede a palavra para que efeito?

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, é para informar a Mesa que o PSD retira a proposta que iria ser votada seguidamente.

O Sr. **Presidente**: — Assim sendo, Srs. Deputados, prosseguimos com a votação da proposta, apresentada pelo PS, de substituição da alínea f) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP e os votos a favor do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.*

*Era a seguinte:*

Artigo 6.º  
[...]

1 — [...]:

- a) [...];
- b) [...];
- c) [...];
- d) [...];
- e) [...];

f) Não terem sido condenados, com trânsito em julgado da decisão judicial, com pena de prisão efetiva superior a 5 anos, por crimes de terrorismo, criminalidade violenta, criminalidade especialmente violenta, criminalidade altamente organizada, contra a segurança do Estado ou de auxílio à imigração ilegal, punível segundo a lei portuguesa;

O Sr. **Presidente**: — Temos agora para votar a proposta, apresentada pelo Livre, de substituição da alínea f) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, do PS, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor da IL, do L e do PAN e as abstenções do BE e do JPP.*

*Era a seguinte:*

Artigo 6.º  
[...]

- 1— [...];
- a) [...];
  - b) [...];
  - c) [...];
  - d) [...];
  - e) [...];

f) Não terem sido condenados, com trânsito em julgado da decisão judicial, a pena de prisão efetiva superior a cinco anos, pela prática de crimes de terrorismo, de criminalidade violenta ou especialmente violenta, de criminalidade altamente organizada, contra a segurança do Estado, ou de auxílio à imigração ilegal, nos termos da lei;

O Sr. **Presidente**: — Votamos seguidamente a proposta, apresentada pelo Chega, de substituição da alínea f) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos contra do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.*

*É a seguinte:*

Artigo 6.º  
[...]

- 1— [...];
- a) [...];
  - b) [...];
  - c) [...];
  - d) [...];
  - e) [...];

f) Não tenham sido condenados, com trânsito em julgado da sentença, com pena de prisão igual ou superior a 3 anos, por crime punível segundo a lei portuguesa.

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar a proposta, apresentada pelo PS e Livre, de eliminação da alínea i) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP e os votos a favor do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.*

De seguida votamos a proposta, apresentada pelo PS, de substituição da alínea a) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do PCP, do CDS-PP, do BE e do PAN, o voto a favor do PS e as abstenções do L e do JPP.*

*Era a seguinte:*

Artigo 6.º  
[...]

2 — [...]:

a) Um dos progenitores resida legalmente em território nacional há pelo menos três anos, se for cidadão de país de língua oficial portuguesa ou da União Europeia, ou quatro anos nos demais casos;

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pero Delgado Alves pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — É para pedir uma confirmação, Sr. Presidente. Votámos agora a proposta de alteração do PS, de substituição da alínea a) n.º 2 do artigo 6.º, a penúltima votação da página 5. Foi isto?

O Sr. **Presidente**: — Exatamente, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Então está certo. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Agora vamos passar à votação da proposta, apresentada pelo Livre, de substituição da alínea a) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PAN e do JPP e as abstenções do PS e do BE.*

*Era a seguinte:*

Artigo 6.º  
[...]

2 — [...]:

a) Um dos progenitores resida legalmente em território nacional há pelo menos dois anos;

O Sr. **Presidente**: — Prosseguimos com a votação da proposta, apresentada pelo JPP, de substituição da alínea c) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do PAN e do JPP e a abstenção do BE.*

*Era a seguinte:*

Artigo 6.º  
[...]

2 — [...]:

a) [...];

b) [...];

c) Caso tenha completado a idade da imputabilidade penal, o menor cumpra os requisitos das alíneas e), g) e h) do número anterior;

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora votar a proposta, apresentada pelo JPP, de substituição do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do PCP e do CDS-PP, o voto a favor do JPP e as abstenções do BE e do PAN.*

*Era a seguinte:*

Artigo 6.º  
[...]

3 — O Governo concede a nacionalidade portuguesa aos apátridas que residam legalmente em Portugal há pelo menos quatro anos, que satisfaçam cumulativamente os requisitos previstos nas alíneas c) a e) e g) a h) do n.º 1.

O Sr. **Presidente**: — Procedemos agora à votação da proposta, apresentada pelo Livre, de substituição do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do PCP e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP.*

*Era a seguinte:*

Artigo 6.º  
[...]

3 — O Governo concede a nacionalidade portuguesa aos apátridas que residam habitualmente em Portugal há pelo menos quatro anos, que satisfaçam cumulativamente os requisitos previstos nas alíneas c) a h) do n.º 1.

O Sr. **Presidente**: — De seguida, vamos votar a proposta, apresentada pelo Livre, de substituição do n.º 5 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do PCP e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP.*

*Era a seguinte:*

Artigo 6.º  
[...]

5 — [Revogado].

O Sr. **Presidente**: — Seguidamente votamos a proposta, apresentada pelo Livre, de substituição do n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do PCP e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP.*

*Era a seguinte:*

Artigo 6.º  
[...]

6 — O Governo concede a nacionalidade portuguesa às crianças nascidas no território português, filhas de pais refugiados, nos casos em que não seja viável adquirir a nacionalidade de algum deles.

O Sr. **Presidente**: — Temos agora para votar a proposta, apresentada pelo Livre, de substituição do n.º 7 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do PCP e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP.*

*Era a seguinte:*

Artigo 6.º  
[...]

7 — O Governo concede a nacionalidade portuguesa aos refugiados e beneficiários de proteção subsidiária, reconhecidos nos termos da lei que regula o asilo, que residam legalmente em Portugal há pelo menos quatro anos, independentemente do título.

O Sr. **Presidente**: — Vamos prosseguir com a votação da proposta, apresentada pelo Livre, de substituição do n.º 8 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do L e do PAN e as abstenções do PS, do BE e do JPP.*

*Era a seguinte:*

Artigo 6.º  
[...]

8 — [anterior número 6] — [...]

O Sr. **Presidente**: — Votamos agora a proposta, apresentada pelo Livre, de substituição do n.º 9 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do L e do PAN e as abstenções do PS, do BE e do JPP.*

*Era a seguinte:*

Artigo 6.º

[...]

9 — [anterior número 7] — [...]

*Burburinho na Sala.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, é mesmo muito maçador, podem acreditar, estar na Mesa a ouvir-vos a falar e ter de interromper. É mesmo maçador. Portanto, pedia um bocadinho de respeito.

Além disso, é regimentalmente proibido estar a interromper as votações.

Prosseguindo, temos agora para votar a proposta, apresentada pelo Livre, de substituição do n.º 10 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PAN e do JPP e as abstenções do PS e do BE.*

Era a seguinte:

Artigo 6.º

[...]

10 — [anterior número 8] — [...]

O Sr. **Presidente**: — Seguidamente votamos a proposta, apresentada pelo JPP, de eliminação do n.º 11 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, do PS, da IL, do L e do CDS-PP, os votos a favor do BE e do JPP e as abstenções do PCP e do PAN.*

Votamos agora a proposta, apresentada pelo Livre, de substituição do n.º 11 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do PCP e do CDS-PP, o voto a favor do L e as abstenções do PS, do BE, do PAN e do JPP.*

Era a seguinte:

Artigo 6.º

[...]

11 — [anterior número 9] — [...]

O Sr. **Presidente**: — Passamos à votação da proposta, apresentada pelo Livre, de substituição do n.º 12 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do PCP e do CDS-PP, o voto a favor do L e as abstenções do PS, do BE, do PAN e do JPP.*

Era a seguinte:

Artigo 6.º

[...]

12 — [anterior número 10] — [...]

O Sr. **Presidente**: — Continuamos, com a votação da proposta, apresentada pelo Livre, de substituição do n.º 13 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada com os votos contra do PSD, do CH, do PS, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor da IL, do L, do PAN e do JPP e a abstenção do BE.*

*Era a seguinte:*

Artigo 6.º

[...]

13 — [anterior número 11] — A prova da inexistência de condenação, com trânsito em julgado na decisão judicial, com pena de prisão efetiva igual ou superior a 5 anos, referida na alínea f) do n.º 1, faz-se mediante a exibição de certificados de registo criminal emitidos:

- a) [...]
- b) [...]

O Sr. **Presidente**: — Passamos à votação da proposta, apresentada pelo PSD e pelo CDS-PP, de aditamento do n.º 14 ao artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos contra do PS, do L, do PCP, do BE e do JPP e as abstenções da IL e do PAN.*

*É a seguinte:*

Artigo 6.º

[...]

14 — O requisito previsto na alínea f) do n.º 1 constitui presunção ilidível, cuja apreciação compete ao Ministério Público, na sequência de pedido dos serviços competentes, devendo ser ponderados os seguintes elementos:

- a) A medida da pena aplicada;
- b) O tipo de crime cometido;
- c) A natureza dolosa ou negligente do crime;
- d) O tempo decorrido desde a prática do crime;
- e) A eventual reincidência na prática criminosa;
- f) As circunstâncias concretas que objetivamente confirmem ou infirmem a existência de um vínculo de integração efetiva e genuína do agente na comunidade nacional.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves pediu a palavra. Faça favor.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, é apenas para informar que a votação seguinte fica prejudicada.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Do mesmo modo, a votação da proposta, apresentada pelo Livre, de aditamento do n.º 14 ao artigo 6.º fica também prejudicada.

Assim sendo, seguimos com a votação da proposta, apresentada pelo PSD e pelo CDS-PP, de aditamento do n.º 15 ao artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos contra do PS, do L, do PCP e do BE e as abstenções da IL, do PAN e do JPP.*

*É a seguinte:*

Artigo 6.º

[...]

15 — Quando o Ministério Público decida pela aplicação do efeito impeditivo do requisito previsto na alínea f) do n.º 1, o interessado pode intentar ação judicial que requeira o afastamento desse efeito, considerando os elementos de ponderação referidos no número anterior.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, fica prejudicada a votação seguinte, da proposta, apresentada pelo Livre, de aditamento do n.º 15 ao artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves pede a palavra? Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Penso que não fica prejudicada, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Não fica prejudicada a votação? Não é o mesmo número, Sr. Deputado?

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, o número é o mesmo, mas o conteúdo é diferente. Na verdade, penso que nem esta nem a anterior proposta, apresentada pelo Livre, ficam prejudicadas, Sr. Presidente.

A proposta do PS fica prejudicada, seguramente, mas na proposta do Livre há uma renumeração. Portanto, acho que é necessário voltar atrás e votar a proposta de alteração do Livre, que não fica prejudicada, e seguidamente votar esta, do PSD e CDS-PP, porque a numeração é distinta. Ou seja, apesar de o número ser o mesmo, a temática é outra.

O Sr. **Presidente**: — Então, vamos votar a proposta, apresentada pelo Livre, de aditamento do n.º 14 ao artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PAN e do JPP e a abstenção do BE.*

*Era a seguinte:*

Artigo 6.º

[...]

14 — [anterior número 12] - O procedimento de naturalização das pessoas abrangidas pelos n.ºs 2, 3, 4, 6 e 7 é gratuito.

O Sr. **Presidente**: — Votamos agora a proposta, apresentada pelo Livre, de aditamento do n.º 15 ao artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada com os votos contra do PSD, do CH, do PCP e do CDS-PP, o voto a favor do L e as abstenções do PS, da IL, do BE, do PAN e do JPP.*

*Era a seguinte:*

Artigo 6.º

[...]

15 — [anterior número 13] — [...]

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Mário Amorim Lopes pediu a palavra. Faça favor.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, peço desculpa, é apenas para ratificar um sentido de votação, porque a situação está, de facto, bastante confusa.

Na votação da proposta apresentada pelo Livre, de aditamento do n.º 14, o nosso sentido de voto é contra. A tal proposta cuja votação aparentemente tinha ficado prejudicada, mas que foi votada posteriormente.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado, que o sentido de voto da Iniciativa Liberal nessa votação é contra.

Posto isto, Srs. Deputados, passamos à votação da proposta, apresentada pelo PSD e o CDS-PP, de aditamento do n.º 16 ao artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP e do PAN, os votos contra do PS, do L, do PCP e do BE e a abstenção do JPP.*

*É a seguinte:*

#### Artigo 6.º

[...]

16 – A instrução do pedido de nacionalidade suspende-se logo que seja apresentado pedido de apreciação pelos serviços competentes até à respetiva pronúncia do Ministério Público ou à conclusão do respetivo processo judicial, caso este seja instaurado.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, na votação da proposta apresentada pelo PSD e pelo CDS-PP, que acabou de ser feita, o sentido de voto do PAN é contra.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Fica registado, Sr.ª Deputada.

Prosseguimos com a votação da proposta, apresentada pelo Bloco de Esquerda, de eliminação do artigo 8.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP e do BE e as abstenções do PS, do PAN e do JPP.*

Vamos agora proceder à votação da proposta, apresentada pelo Bloco de Esquerda, de eliminação do artigo 9.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE e do PAN e as abstenções do PS e do JPP.*

Seguidamente votamos a proposta, apresentada pelo PSD e o CDS-PP, de substituição da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos contra do PS, do L, do PCP, do BE e do PAN e a abstenção do JPP.*

É a seguinte:

Artigo 9.º

[...]

1 – [...]:

a) A inexistência de laços de efetiva ligação à comunidade nacional, tendo em consideração os parâmetros materiais constantes das alíneas c) a i) do n.º 1 do artigo 6.º, incluindo a ponderação de condenação por crime de ultraje aos símbolos nacionais.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, penso que as próximas três votações ficam prejudicadas.

O Sr. **Presidente**: — Refere-se à votação das propostas apresentadas pelo JPP, pelo PS e pelo Livre, de substituição da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, certo?

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então avançamos, como no Monopólio, para a votação da proposta, apresentada pelo JPP, de substituição do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada com os votos contra do PSD, do CH, do PS, da IL, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do PAN e do JPP e as abstenções do L e do BE.*

Era a seguinte:

Artigo 9.º

[...]

2 — Não há oposição à aquisição da nacionalidade portuguesa quando o casamento ou a união de facto tenha mais de seis anos ou quando existam filhos comuns do casal com nacionalidade portuguesa, exceto com fundamento nos parâmetros materiais das alíneas g) e h) do n.º 1 do artigo 6.º.

O Sr. **Presidente**: — De seguida votamos a proposta, apresentada pelo Bloco de Esquerda, de eliminação do artigo 10.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE e do PAN e as abstenções do PS e do JPP.*

Votamos agora a proposta, apresentada pelo Bloco de Esquerda, de eliminação do artigo 12.º-B da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE e do PAN e as abstenções do PS e do JPP.*

Temos agora para votar a proposta apresentada pelo Livre e JPP, de eliminação do n.º 3 do artigo 12.º-B da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do L, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.*

Votamos seguidamente a proposta, apresentada pelo PSD e pelo CDS-PP, de substituição do n.º 3 do artigo 12.º-B da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do CDS-PP e do JPP, os votos contra do PCP e do BE e as abstenções do L e do PAN.*

*É a seguinte:*

#### Artigo 12.º-B

[...]

3 — A consolidação prevista no n.º 1 não opera no caso de a titularidade da nacionalidade ter sido obtida de forma fraudulenta, salvaguardando-se a nacionalidade obtida por terceiros de boa-fé.

O Sr. **Presidente**: — Fica prejudicada a votação seguinte, da proposta, apresentada pelo PS, de substituição do n.º 3 do artigo 12.º-B.

Sendo assim, seguimos para a votação da proposta, apresentada pelo Bloco de Esquerda, de eliminação do artigo 12.º-C da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE e do PAN e as abstenções do PS e do JPP.*

De seguida, vamos votar a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, de eliminação do artigo 14.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE e do PAN e as abstenções do PS e do JPP.*

Votamos de seguida a proposta, apresentada pelo Bloco de Esquerda, de eliminação do artigo 15.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE e do PAN e as abstenções do PS e do JPP.*

Procedemos agora à votação da proposta, apresentada pelo Bloco de Esquerda, de eliminação do artigo 16.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do BE e do PAN e as abstenções do PS, do PCP e do JPP.*

Votamos de seguida a proposta, apresentada pelo Bloco de Esquerda, de eliminação do artigo 17.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do BE e do PAN e as abstenções do PS, do PCP e do JPP.*

A seguir temos para votar a proposta, apresentada pelo Bloco de Esquerda, de eliminação do artigo 25.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

*Submetida à votação, foi rejeitada com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do BE e do PAN e as abstenções do PS, do L, do PCP e do JPP.*

Passamos ao Artigo 5.º.

Coloco à votação a proposta, apresentada pelo Bloco de Esquerda, de substituição do artigo 5.º do decreto.

*Submetida à votação, foi rejeitada com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE e do PAN e as abstenções do PS e do JPP.*

*Era a seguinte:*

Artigo 5.º  
Norma revogatória

São revogados os n.ºs 7 e 13 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

O Sr. **Presidente**: — Passamos ao artigo 7.º.

Coloco à votação a proposta, apresentada pelo Livre, de substituição do n.º 1 do artigo 7.º do decreto.

*Submetida à votação, foi rejeitada com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.*

*Era a seguinte:*

Artigo 7.º  
Aplicação no tempo

1 — A presente lei produz efeitos seis meses após a data da sua publicação.

Srs. Deputados, vamos votar as propostas apresentadas pelo PSD, CDS-PP, BE e Livre, que eliminam o n.º 3 do artigo 7.º do decreto.

*Submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade.*

Vamos votar a proposta, apresentada pelo PS, que substitui o n.º 3 do artigo 7.º do decreto.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.*

*Era a seguinte:*

3 — A redação anterior da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, aplica-se ainda às pessoas que reúnam os requisitos de atribuição e aquisição da nacionalidade nela previstos na data de entrada em vigor da presente lei e que iniciem o respetivo procedimento até 31 de junho de 2026, aplicando-se, contudo, a nova redação da alínea h) do n.º 1 do artigo 6.º.

O Sr. **Presidente**: — Agora, votamos a proposta, apresentada pelo JPP, que substitui o n.º 3 do artigo 7.º do decreto.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.*

*Era a seguinte:*

3 — Aos cidadãos estrangeiros que, à data da entrada em vigor da presente lei, já residam legalmente em território nacional, continua a aplicar-se, para efeitos de aquisição da nacionalidade portuguesa por naturalização, o prazo de residência legal de cinco anos previsto na redação anterior da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar de seguida as propostas apresentadas pelo PSD, CDS-PP, BE e Livre, que eliminam o n.º 4 do artigo 7.º do decreto.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, nós tínhamos alertado os serviços, mas, por economia processual, o guião foi feito assim e refere «propostas de alteração do PSD, do CDS-PP, do BE e do Livre», o que dá a entender que todos estes partidos apresentaram uma proposta em conjunto e não é assim, e isso pode induzir em erro.

É que houve três propostas diferentes que estão agregadas numa mesma votação, porque o objeto é o mesmo, mas esta não é a melhor técnica para a elaboração do guião, portanto, deixamos aqui esta nota.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, isso só acontece nas propostas de eliminação, que são absolutamente idênticas, ou seja, não há sequer conteúdo, são mesmo só de eliminação.

Portanto, acho que é razoável a tal economia processual, mas induz em erro, de facto.

O Sr. **Presidente**: — Para que o voto seja um voto esclarecido, agradeço aos Srs. Deputados o esclarecimento.

Vamos, então, proceder à votação das propostas apresentadas pelo PSD, CDS-PP, BE e Livre, que eliminam o n.º 4 do artigo 7.º do decreto.

*Submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade.*

Vamos passar à votação da proposta, apresentada pelo PS, que substitui o n.º 4 do artigo 7.º do decreto.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do PCP e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP.*

*Era a seguinte:*

4 — Os prazos de residência em território nacional para efeitos dos procedimentos de naturalização previstos no n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, são transitoriamente os seguintes:

a) 6 anos para as pessoas que preencheriam em 2026 o prazo de 5 anos previsto na anterior redação da alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º;

b) 7 anos para as pessoas que preencheriam em 2027 o prazo de 5 anos previsto na anterior redação da alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º;

c) 8 anos para as pessoas que preencheriam em 2028 o prazo de 5 anos previsto na anterior redação da alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º.

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar a proposta, apresentada pelo JPP, que substitui o n.º 4 do artigo 7.º do decreto.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção da IL.*

*Era a seguinte:*

4 — O disposto no número anterior aplica-se igualmente aos procedimentos administrativos pendentes à data da entrada em vigor da presente lei.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se a votação da proposta, apresentada pelo PS, que adita um n.º 5 ao artigo 7.º do decreto.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.*

*Era a seguinte:*

5 — Até 31 de dezembro de 2026, o Governo pode conceder a nacionalidade, por naturalização, com base na redação anterior do n.º 9 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar a proposta, apresentada pelo PS, que adita um n.º 6 ao artigo 7.º do decreto.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção da IL.*

*Era a seguinte:*

6 — Até 31 de dezembro de 2028, aplica-se à contagem do prazo de residência legal a redação anterior do n.º 4 do artigo 15.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos, agora, proceder à votação eletrónica, devido à necessidade de ficar devidamente certificada a votação por maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções.

Aproveito para informar que o Sr. Deputado João Tilly está a assistir remotamente e irá votar.

Srs. Deputados, vamos, então, votar o novo decreto, com as alterações introduzidas.

*Submetido à votação, obteve os votos da maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções, tendo-se registado 152 votos a favor (85 do PSD, 57 do CH, 8 da IL e 2 do CDS-PP), 64 votos contra (54 do PS, 6 do L, 2 do PCP, 1 do BE e 1 do PAN) e 1 abstenção (JPP).*

*Aplausos do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP.*

Srs. Deputados, vamos agora passar à votação, na especialidade, do Decreto da Assembleia da República n.º 18/XVII — Altera o Código Penal, criando a pena acessória de perda de nacionalidade.

Começaremos pelo artigo 2.º — Aditamento ao Código Penal, votando a proposta, apresentada pelo PSD e CDS-PP, que substitui o n.º 1 do artigo 69.º-D do Código Penal.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é apenas para informar a Câmara de que o Grupo Parlamentar do PSD e o do CDS retiram essa proposta.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza, Sr. Deputado.

Vamos, então, passar à votação da proposta, apresentada pelo Chega, que substitui o n.º 1 do artigo 69.º-D do Código Penal.

*Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos contra do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.*

*É a seguinte:*

1 — Pode ser aplicada a pena de perda da nacionalidade portuguesa a quem, sendo nacional de outro Estado, tenha sido condenado em pena de prisão efetiva de duração igual ou superior a 5 anos, por um dos crimes previstos no n.º 4, e os factos tenham sido praticados nos 15 anos posteriores ao momento a partir do qual se produziram os efeitos da obtenção da nacionalidade.

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora votar a proposta, apresentada pelo PSD e CDS-PP, que substitui a alínea a) do n.º 4 do artigo 69.º-D do Código Penal.

*Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos contra do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.*

*É a seguinte:*

a) Crime de homicídio qualificado, previsto no 132.º;

O Sr. **Presidente**: — Seguimos para a votação da proposta, apresentada pelo PSD e CDS-PP, que substitui a alínea b) do n.º 4 do artigo 69.º-D do Código Penal.

*Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos contra do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.*

*É a seguinte:*

b) Crime de escravidão, previsto no artigo 159.º;

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, para tentar acelerar os trabalhos, penso que podemos votar conjuntamente, e o PSD corrija-me se eu estiver equivocado, as propostas de substituição das alíneas c), d), e), f) e g) do n.º 4 do artigo 69.º-D do Código Penal.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, havendo consenso, assim faremos.

Vamos então votar as propostas, apresentadas pelo PSD e CDS-PP, que substituem as alíneas c), d), e), f) e g) do n.º 4 do artigo 69.º-D do Código Penal.

*Submetidas à votação, foram aprovadas, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos contra do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.*

*São as seguintes:*

c) Crime de tráfico de pessoas, previsto no artigo 160.º;

d) Crime de violação, previsto no artigo 164.º;

- e) Crimes de abuso sexual, previstos nos artigos 165.º, 166.º, 171.º e 172.º;
- f) Crimes contra a segurança do Estado, previstos nos artigos 308.º, 316.º, 317.º, 318.º, 319.º, 325.º, 326.º, 327.º, 329.º e 333.º;
- g) Crimes relativos a infrações relacionadas com um grupo terrorista, a infrações terroristas e infrações relacionadas com atividades terroristas e ao financiamento do terrorismo, previstos nos artigos 3.º, 4.º e 5.º-A da lei de combate ao terrorismo, aprovada pela Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto;

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Rodrigues.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, é para anunciar à Câmara que o PSD e o CDS retiram a proposta de eliminação da alínea *h*) do n.º 4 do artigo 69.º-D do Código Penal.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza, Sr. Deputado.

Passamos, então, para a votação da proposta, apresentada pelo Chega, que substitui a alínea *h*) do n.º 4 do artigo 69.º-D do Código Penal.

*Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos contra do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.*

*É a seguinte:*

*h) Crime de associação criminosa, quando o agente seja chefe ou dirigente da associação, nos termos do artigo 299.º;*

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar à votação da proposta, apresentada pelo PSD e CDS-PP, que elimina a alínea *i*) do n.º 4 do artigo 69.º-D do Código Penal.

*Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos contra do PS, do L, do PCP, do BE e do JPP e a abstenção do PAN.*

Vamos votar a proposta, apresentada pelo PSD e CDS-PP, que elimina a alínea *j*) do n.º 4 do artigo 69.º-D do Código Penal.

*Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos contra do PS, do L, do PCP e do BE e as abstenções do PAN e do JPP.*

O Sr. **Presidente**: — Passamos a votar a proposta, apresentada pelo PSD e CDS-PP, que substitui o corpo do n.º 5 do artigo 69.º-D do Código Penal.

*Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos contra do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.*

*É a seguinte:*

5 — Quem for condenado à pena de perda da nacionalidade pode requerer a sua reobtenção a partir de momento a fixar dentro dos seguintes limites:

a) Para os crimes referidos na alínea *d*), *e*) e *g*) do n.º 4, até ao máximo de 25 anos após o trânsito em julgado da condenação na pena acessória de perda da nacionalidade;

b) Para os crimes referidos nas restantes alíneas do n.º 4, até ao máximo de 15 anos após o trânsito em julgado da condenação na pena acessória de perda da nacionalidade.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a proposta do Chega de substituição do corpo do n.º 5 do artigo 69.º-D está assim prejudicada.

Votemos agora a proposta, apresentada pelo PSD e CDS-PP, que adita uma alínea a) ao n.º 5 do artigo 69.º-D do Código Penal.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Rodrigues.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, é para anunciar à Câmara que o PSD e o CDS retiram esta proposta.

*Protestos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Passamos então à votação da proposta, apresentada pelo Chega, que adita uma alínea a) ao n.º 5 do artigo 69.º-D do Código Penal.

*Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos contra do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.*

*É a seguinte:*

a) Para os crimes referidos na alínea d), e) e g) do n.º 4, num período fixado entre 15 e 25 anos após o trânsito em julgado da condenação na pena acessória de perda da nacionalidade;

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado António Rodrigues queria dizer alguma coisa?

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sim, Sr. Presidente. Era para informar que o PSD e o CDS também retiram a proposta de aditamento de uma alínea b) ao n.º 5 do artigo 69.º-D do Código Penal.

*Protestos do PS.*

Estão incomodados?!

O Sr. **Presidente**: — Nesse caso, prosseguimos para a votação da proposta, apresentada pelo Chega, que adita uma alínea b) ao n.º 5 do artigo 69.º-D do Código Penal.

*Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos contra do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.*

*É a seguinte:*

b) Para os crimes referidos nas restantes alíneas do n.º 4, num período fixado entre 10 e 15 anos após o trânsito em julgado da condenação na pena acessória de perda da nacionalidade.

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora votar a proposta, apresentada pelo PSD e CDS-PP, que substitui o n.º 6 do artigo 69.º-D do Código Penal.

*Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos contra do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.*

*É a seguinte:*

6 — A fixação do momento a partir do qual, nos termos do n.º 5, o condenado pode requerer a reobtenção da nacionalidade, é da competência do juiz que aplique a pena de perda da nacionalidade, e deve ponderar as

necessidades de prevenção, o grau de ilicitude do facto e o seu modo de execução, a gravidade das suas consequências, o grau e intensidade de culpa do agente, o grau de violação dos deveres que lhe são impostos e, ainda, as circunstâncias do que caso, que não fazendo parte do tipo de crime, deponham a favor ou contra este.

O Sr. **Presidente**: — Agora, vamos fazer a votação eletrónica deste novo decreto, com as alterações introduzidas.

Vamos, então, proceder à votação.

*Submetido à votação, obteve os votos da maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções, tendo-se registado 151 votos a favor (85 do PSD, 56 do CH, 8 da IL e 2 do CDS-PP) e 65 votos contra (54 do PS, 6 do L, 2 do PCP, 1 do BE, 1 do PAN e 1 do JPP).*

*Aplausos do CH e do CDS-PP, de pé, e de Deputados do PSD.*

O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, era só para anunciar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entregará uma declaração de voto escrita sobre esta última votação.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, fica registado.

O Sr. Deputado Filipe Sousa informa a Mesa de que também apresentará uma declaração de voto escrita relativa à mesma votação.

Como sabem, amanhã, a nossa Sessão Comemorativa do 50.º Aniversário da Constituição da República Portuguesa começa às 10 horas e a ordem do dia para a sessão do dia 8 de abril, às 15 horas, encontra-se devidamente distribuída e disponível para consulta nos suportes institucionais da Assembleia da República.

Boa tarde e até amanhã.

Está encerrada a sessão.

*Eram 19 horas e 33 minutos.*

---

#### *Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação*

**Nota:** *As declarações de voto anunciadas pelo Deputado do PS Pedro Delgado Alves e pelo Deputado do JPP, Filipe Sousa, não foram entregues no prazo previsto no n.º 4 do [artigo 87.º](#) do Regimento da Assembleia da República.*

---

*Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.